

Texto Principal

A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres (The Bright Side of the Poor)

**Coordenação:
Marcelo Cortes Neri
mcneri@fgv.br**

Versão original - 10 de Setembro de 2010
Rio, 28 de Setembro de 2010 - **Versão 3.0**

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres / Marcelo Côrtes Neri (Coord.). - Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

The New Middle Class in Brazil: The Bright Side of the Poor / Marcelo Côrtes Neri (Coord.). - Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2010.

[149] p.

1. Classes Econômicas 2. Desigualdade 3. Pobreza 4. Mobilidade Social 5. Nova Classe Média I. Neri, M.C

© Marcelo Neri 2010

Centro de Políticas Sociais

Fundação Getúlio Vargas¹

Marcelo Côrtes Neri

mcneri@fgv.br

+55-21-3799-6887

Equipe do CPS:

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo

Samanta dos Reis Sacramento

André Luiz Neri

Lucas Moreira

Ana Lucia Salomão Calçada

¹ Agradecemos o apoio de Carlos Ivan Simonsen Leal na concepção inicial desta linha de pesquisa sobre a Nova Classe Média Brasileira há alguns anos, como também a inúmeraspessoas que participaram do processo de aprendizado desde jornalistas nacionais e estrangeiros, pesquisadores, empresários, autoridades e acima de tudo ao cidadão comum brasileiro.

ÍNDICE

Prefácio

Sumário

Capítulo 1 – *Boom* à Brasileira

Capítulo 2 - Sobre o Descolamento entre Renda da PNAD e o PIB

Capítulo 3 - Depois da Crise (D.C.)

Capítulo 4 - Mensuração de Classes

Capítulo 5 – Monitorando as Classes Econômicas

Capítulo 6 – Indicadores Sociais Clássicos baseados em renda

Capítulo 7 – Análise de decomposição de renda em Ingredientes Trabalhistas

Capítulo 8 - Consumidores, Produtores e Marcadores de Classes

Capítulo 9 - Crônica de uma Crise Anunciada

Capítulo 10 - Conclusões

Bibliografia

Apêndice I: Exercícios Multivariados.

Apêndice II: Análise de Componentes Principais para definição de Classes Econômicas

Apêndice III: Dados De Fontes Diversas Sobre A Nova Classe Média

O Centro de Políticas Sociais: Informações sobre a realidade social brasileira ao alcance do *mouse*.

Prefácio

Me lembro da primeira vez que vesti óculos para miopia. Da indescritível sensação de começar a perceber a profundidade e clareza das coisas ao redor. Olhava maravilhado os contornos do mundo a minha volta. As possibilidades de enxergar o Brasil também tem evoluído. Um marco foi 1995 quando o IBGE abriu os microdados de suas pesquisas conferindo liberdade a cada um de olhar desde uma perspectiva própria os brasileiros em suas casas.

Me lembro em 1994, mais ou menos na mesma época que fui introduzido aos óculos, de ler no New York Times sobre os determinantes do peso das crianças, pensava comigo quão distante disto estava o Brasil. À época pensava antes e acima de tudo na inflação nossa de cada dia que distorcia sentidos e preocupações. Hoje a cada PNAD, debatemos nossas conquistas e percalços.

O problema dos analistas é que a PNAD é uma base multifacetada dificultando a síntese de seus resultados em conclusões do tipo: e aí melhorou ou piorou a vida dos brasileiros?². Este é o desafio da presente pesquisa. Nossa estratégia é através do instrumental da literatura de bem estar social sintetizar um amplo espectro de informações pnadianas numa mesma dimensão. Projetar o conjunto de informações na dimensão renda. A promessa é uma vez integrada podemos produzir a divisão ordenada do conjunto como peças de um quebra-cabeças para identificar a magnitude relativa das causas das mudanças observadas.

Portanto se voce quiser saber como anda a nova classe média brasileira seus bolsos, bens e aspirações acesse o site www.fgv.br/cps/ncm que além de textos, slides e vídeos da pesquisa, disponibilizará amplo banco de dados interativo para generalizar resultados e responder as suas perguntas de interesse.

Além da resposta ao por que mudou? Precisamos saber quando mudou? leia-se antes, durante e depois da crise internaciona, ultrapassando a data da última PNAD para

² Como veremos, a edição de 2009 da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio) guarda diversas novidades no questionário da pesquisa o que torna a multidimensionalidade um problema ainda mais crítico. De todas as inovações introduzidas no questionário a que eu gostei mais - e que tenho um certo orgulho através de sugestão do movimento Todos pela Educação que faço parte - é a abertura dos alunos por redes de ensino público: federais (2,4 %), estaduais (43%)e municipais (55%). Isto permitirá responsabilizar cada ator na cobrança de metas para tornar esta década a da qualidade da educação. Pois neste campo só o que temos são desafios.

com dados factuais até julho de 2010. Num país grande, diverso e desigual como o Brasil a evolução da média nacional esconde tanto quanto revela. É preciso também saber onde mudou? (região, estados, tipo de habitação etc), quem mudou? (mulheres, idosos, pretos etc) e que estrato econômico essas pessoas estavam antes e estão agora.

A presente pesquisa analisa a evolução das classes econômicas brasileiras leia-se A, B, D, E e por último e mais importante a C que batizamos em pesquisa anterior de nova classe média brasileira. Retramos em alguns pontos as classes num nível maior de desagregação que nos nossos estudos anteriores (C1, C2, D1 etc). Estas classes são definidas por suas rendas per capita de todas as fontes. Uma parte central da análise é desagregar essas fontes de renda em trabalho, aluguéis, aposentadoria, programas sociais etc, outra é aproveitar a ida da pesquisa as casas das pessoas para computar seus bens de consumo (carro, duráveis, moradia etc) e o respectivo uso e acesso a ativos de produção (educação, internet, carteira de trabalho etc). Estes atributos tomados de forma conjunta permitem analisar o grau de sustentabilidade das transformações em curso (isto é, saber até que ponto mudou pra valer?). Neste aspecto a análise da crise e da saída da mesma lançando mão de dados frescos da PME permite testar o estado dos amortecedores da sociedade brasileira a choques de grande magnitude a que a economia mundial foi submetida.

Alguns argumentarão, com alguma razão que a estratégia reducionista transformará o retrato colorido fornecido pela PNAD numa foto em preto e branco. Respondemos a este ponto citando as vantagens de olhar as partes sem perder a visão do todo que constitui o cerne de nossa estratégia. Lembrando que cada um pode produzir uma espécie de refração ordenada de um raio de luz unidimensional transformando-o de volta no seu arco iris onde reza a lenda ao fim existe um pote de ouro.

Na minha opinião o grande momento de um pesquisador empírico não é quando ele confirma o que já sabia mas quando ele se surpreende com algo que não sabia. Sensação comparável a de um garoto que acha uma moeda preciosa despercebida jogada na calçada. O que posso dizer que bem ao fim da presente pesquisa é que achei a não só um moeda preciosa mas o tal arco iris.

Marcelo Neri – mcneri@fgv.br

Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPS/FGV)

O sítio da pesquisa www.fgv.br/cps/nmc oferece um amplo banco de dados com dispositivos interativos e amigáveis de consulta às informações. Através dele, você pode decompor e analisar os níveis e as mudanças de indicadores sociais baseados em renda desde uma perspectiva própria, incluindo um amplo conjunto de informações a respeito dos fluxos de renda e indicadores associados, assim como o potencial de consumo e da capacidade de geração de renda. As estatísticas estão disponíveis até 2009 (com projeções futuras) e permitem investigar como e onde se deu a evolução recente da distribuição de renda.

Versão em inglês
www.fgv.br/cps/nmc

Vídeos da Nova Classe Média

Você pode acessar vídeos com reportagens, entrevistas e debates na página da pesquisa.

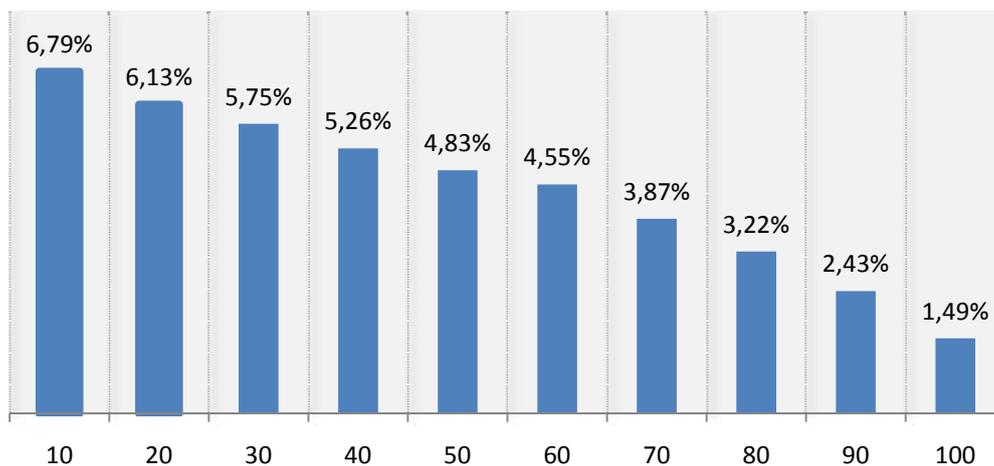


Capítulo 1 - *Boom à Brasileira*

O Brasil está como se diz na gíria bombando. No primeiro trimestre de 2010, o crescimento do PIB per capita atingiu 8% em relação ao primeiro trimestre de 2009, ou 10,6% em relação ao último trimestre de 2009. Embora ganhando impulso, provavelmente devido à proximidade das eleições, a economia brasileira cresce desde o fim da recessão de 2003. De 2003 a 2009, a taxa de crescimento do PIB per capita foi em média de 2,88% ao ano, sendo superada em 1,83 pontos percentuais ao ano pela renda PNAD de 4,71% ao ano, a perspectiva aqui seguida. Na última PNAD a diferença quase dobra. O PIB per capita cresce cerca de -1,5% em 2009 contra um crescimento este sim positivo de 2,04% da renda da PNAD. Na China e na Índia ocorreu o oposto, o PIB cresceu mais que a das pesquisas domiciliares, o tamanho da goleada de crescimento sofrida pelo Brasil frente a outros Brics depende do tipo de placar.

A desigualdade de renda no Brasil vem caindo desde 2001. Entre 2001 e 2009, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou em 1,49% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres cresceu a uma notável taxa de 6.79% por ano. Nos demais Brics a desigualdade embora mais baixa, seguiu subindo.

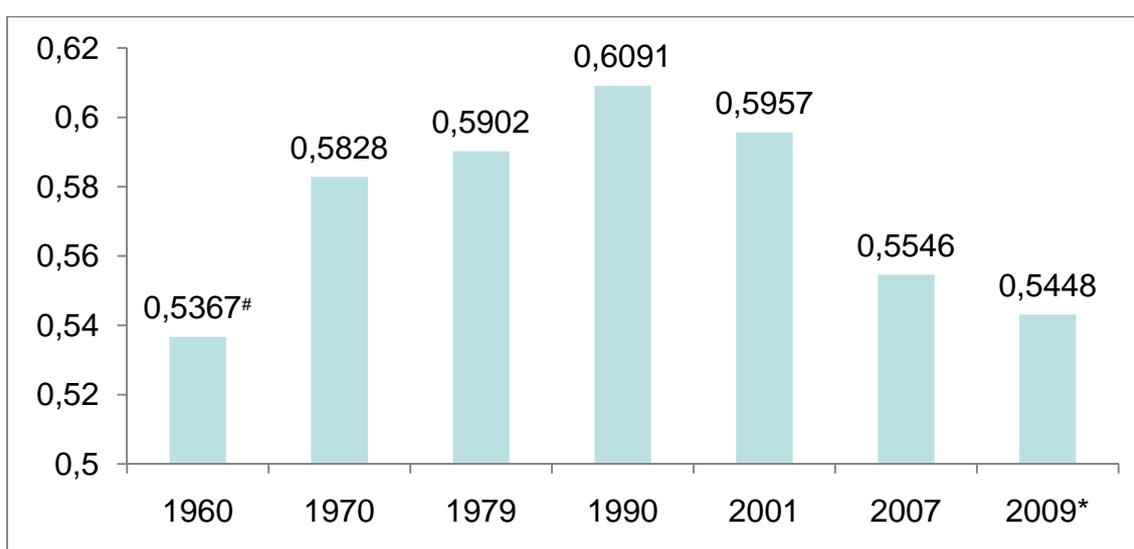
Variação Per Capita da Renda Média por Décimos de Renda - Brasil (2009/2001)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD

O tamanho do bolo brasileiro está crescendo mais rápido e com mais fermento entre os mais pobres. O Brasil está prestes a atingir o seu menor nível de desigualdade de renda desde registros iniciados em 1960. Na verdade, a desigualdade no Brasil permanece entre as dez maiores do mundo, e levaria 30 anos no atual ritmo de crescimento para atingir níveis dos Estados Unidos; porém, isso significa que existem consideráveis reservas de crescimento pró-pobres, que só começaram a serem exploradas na década passada.

Desigualdade - Índice de Gini



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD, e Censos / IBGE

Baseada na variação de renda individual entre Censos de 1960 e 1970 incluindo a população sem rendimentos de Langoni 1973.

Como consequência da manutenção do crescimento com redução da desigualdade a pobreza também continua a sua tendência decrescente que vem desde 2003 quando o número de pobres segundo a linha da FGV era 49 milhões de pessoas que cooresponde em nossa metodologia de segmentação de classes a classe E. Após a recessão do primeiro ano do governo Lula até 2008, 19,5 milhões de pessoas saíram da pobreza adicionamos ano passado mais 1 milhão no ultimo ano, chegamos a uma população de 28,8 milhões de pobres, um contingente ainda expressivo, sem dúvida. A taxa de pobreza cai de 16,02% para 15,32% entre 2008 e 2009, uma queda de 4,32% em pleno ano de crise.

Mudanças na Estrutura da População

Evolução das Classes

| | 2009-2003 | 2008-2009 |
|-------------|-----------|-----------|
| Classe E | -45.50% | -4.32% |
| Classe D | -11.63% | -3.00% |
| Classe C | 34.32% | 2.49% |
| Classe B | 38.51% | 3.49% |
| Classe A | 40.99% | 0.18% |
| Classe AB/C | 35.23% | 2.38% |
| Classe D/E | -29.00% | -3.52% |

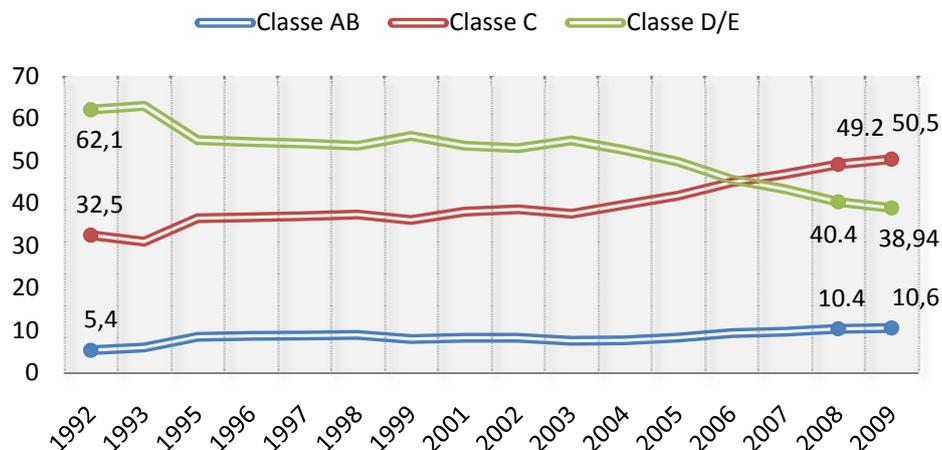
Diferença (população)

| | 2009-2003 | 2008-2009 |
|-------------|-------------|------------|
| Classe E | -20,481,069 | -1,022,145 |
| Classe D | -2,431,443 | -946,083 |
| Classe C | 29,063,545 | 3,172,653 |
| Classe B | 3,391,694 | 443,181 |
| Classe A | 3,253,636 | 106,487 |
| Classe AB/C | 35,708,875 | 3,722,321 |
| Classe D/E | -22,912,512 | -1,968,228 |

Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Olhando mais para cima e para o alto da distribuição, cerca de 29 milhões ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média (Classe C) entre 2003 e 2009, sendo 3.2 milhões entre as duas últimas PNADs. Na época de crise a classe C cresceu mais em termos proporcionais (2,5%) do que as demais classes chegando em 2009 a 94,9 milhões de brasileiros os que corresponde a mais da metade da população (cerca de 50,5% da população). Já as classes AB foram as que cresceram mais em termos relativos (39,6%) no período total de 2003 a 2009 quando 6,6 milhões foram incorporados atingindo 20 milhões de brasileiros (cerca de 10,5% da população).

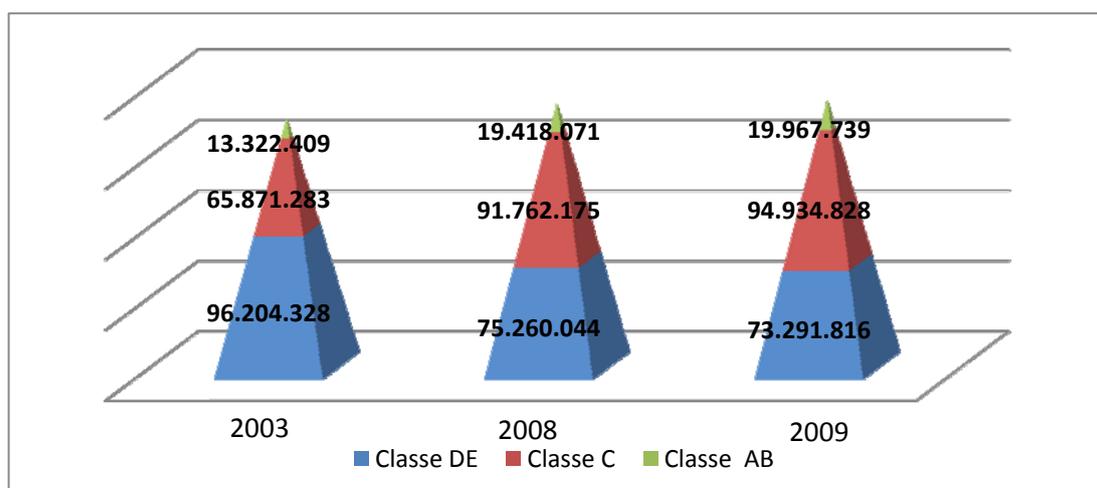
Evolução das Classes Econômicas



Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Nas soma destes estratos econômicos médios e altos da distribuição sintetizados nas classes ABC 35,7 milhões foram adicionados no período 2003 a 2009 cerca de 3,7 milhões a mais do que os 31,9 milhões adicionados no quinquênio 2003 a 2008. Em contrapartida a base da pirâmide econômica formada pelas classes D e E foi reduzida de 96,2 milhões em 2003 para 73,2 milhões em 2009, sendo 2 milhões mesmo no ano da crise internacional. Isso significa que, nas últimas sete PNADs mais de meia população do Reino Unido foi incorporada às classes ABC. As pirâmides populacionais abaixo ilustram a evolução da população brasileira dividida nos diversos estratos econômicos.

A Pirâmide Populacional dividida em Classes Econômicas

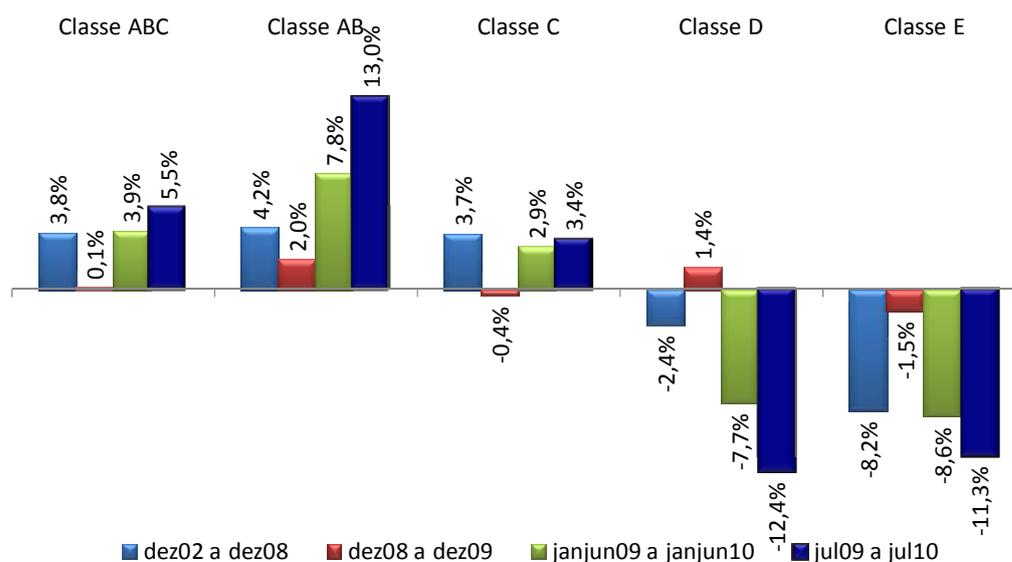


Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Os números acima ensejam duas reflexões, uma política e outra econômica. Os 94,9 milhões de brasileiros que estão na nova classe média correspondem a 50,5% da população. Isto significa que a nova classe média brasileira não só inclui o eleitor mediano tido como aquele que decide o segundo turno de uma eleição, mas que ela poderia sozinha decidir um pleito eleitoral. Complementarmente, esta também é a classe dominante do ponto de vista econômico, pois concentram mais 46,24 do poder de compra dos brasileiros em 2009 (era 45,66% em 2008) superando as classes AB estas com 44,12% do total de poder de compra. As demais classes D e E tem hoje 9,65% do poder de compra caindo do nível de 19,79% logo antes do lançamento do plano Real.

Mas como foram os detalhes da dinâmica do bolso do brasileiro no período pós-crise internacional? Dados das famílias sobre os ganhos de renda familiares para as seis principais regiões metropolitanas do Brasil mostram que em janeiro de 2009, a crise atingiu os bolsos brasileiros de forma intensa, causando um aumento de 6,8% na pobreza apenas nesse mês. No entanto, desde fevereiro de 2009, o Brasil livrou-se da crise e recuperou seu ritmo de crescimento pré-crise. Indo além do último valor disponível da PNAD e do PIB, o Brasil está, agora, superando seu período de ouro anterior: nos 12 meses terminando em Julho de 2010, a pobreza caiu 11,3%, a classe C cresceu 3,4%. Isto porque a renda está crescendo 25% a mais e a desigualdade 50% a mais que no período da pequena grande década compreendido entre 2003 e 2008.

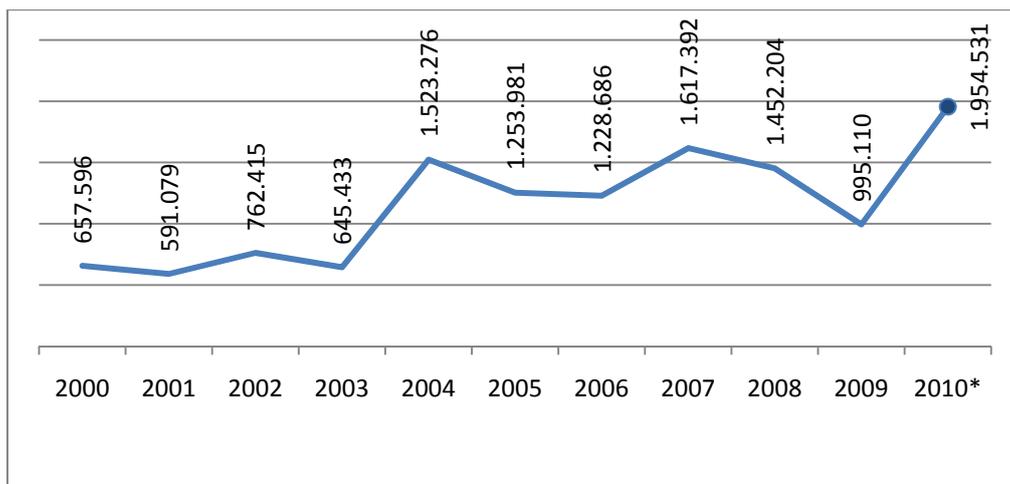
Varição 12 Meses das Classes Econômicas – Pré-Crise, Crise e Pós Crise



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Agora quão sustentável é o recente padrão de crescimento inclusivo tupiniquim? Primeiro, o crescimento robusto do emprego formal, duplicado desde 2004, é o principal símbolo do surgimento da classe média brasileira. O Brasil estava até a pouco, mês após mês, quebrando seu recorde anterior mais elevado de geração de novas carteiras de trabalho, apesar da ausência de qualquer reforma trabalhista e previdenciária significativa do governo. Segundo o Caged nos sete primeiros meses do ano o Brasil gerou 1,7 milhões de postos de trabalho formais superando qualquer ano completo da série. Uma previsão conservadora para 2010 é de dois milhões de novos empregos formais, que, dados os custos de contratação e demissão de trabalhadores anormalmente elevados na legislação do Brasil, sugere que as expectativas empresariais são bastante positivas.

Geração Líquida de Emprego Formal - Acumulado no Ano (2000 a 2009)



Fonte: CPS/FGV a partir dos dados do CAGED /M T E. *dados até Agosto de 2010

Complementarmente, a pesquisa destrincha a importância de diferentes fontes de renda no avanço dos indicadores sociais do país. Os resultados apontam que embora tenha havido aumento forte da renda derivada de programas sociais e aposentadorias ligadas ao salário mínimo, a parcela devida ao trabalho fica próxima ao expressivo crescimento de renda de 4,72% desta fase entre 2003 e 2009. O incremento médio de 4,61% ao ano da renda trabalhista por brasileiro, que corresponde a 76% da renda média percebida pelo brasileiro, confere uma base de sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais.

Da mesma forma, as evoluções do nível de desigualdade e de anos de escolaridade indicam uma melhoria continuada no futuro. Aumentos nos anos de escolaridade no período 2003-09 são responsáveis por 65,3% do expressivo crescimento de 7,95% ao ano da renda per capita média dos 20% mais pobres no país, correspondendo no extremo oposto da distribuição de renda a 24% do aumento de 3,66% dos 20% mais ricos. Mais genericamente, usando a métrica das equações de salários para a construção de indicadores estruturais de potencial consumo (bens duráveis, moradia, serviços públicos etc.) e de capacidade de geração de renda (bens físicos, tais como CITs, educação, qualidade do emprego etc.) revelam que o lado do produtor está cresceu 38% mais rápido do que o lado do consumidor no período 2003 a 2009: 31,2% de aumento do índice do produtor contra 22,59% do índice do consumidor. Durante o ano da crise estes índices cresceram 3,05% e 2,49%, respectivamente. Traduzindo a riqueza de dados sobre estoques de ativos, agrupados sob duas perspectivas, a do consumidor e a do produtor, nos termos da fábula de La Fontaine a pesquisa permitiu separar os brasileiros em cigarras e formigas. Mostramos que na foto os brasileiros são mais como cigarras do que formigas, porém o filme dos últimos 5 anos mostra metamorfose gradual em direção às formigas. Então não é que os brasileiros estão indo fazer compras a crédito, mas que quem foi mais à escola no passado, isto são os pobres, estão obtendo agora proporcionalmente mais empregos formais.

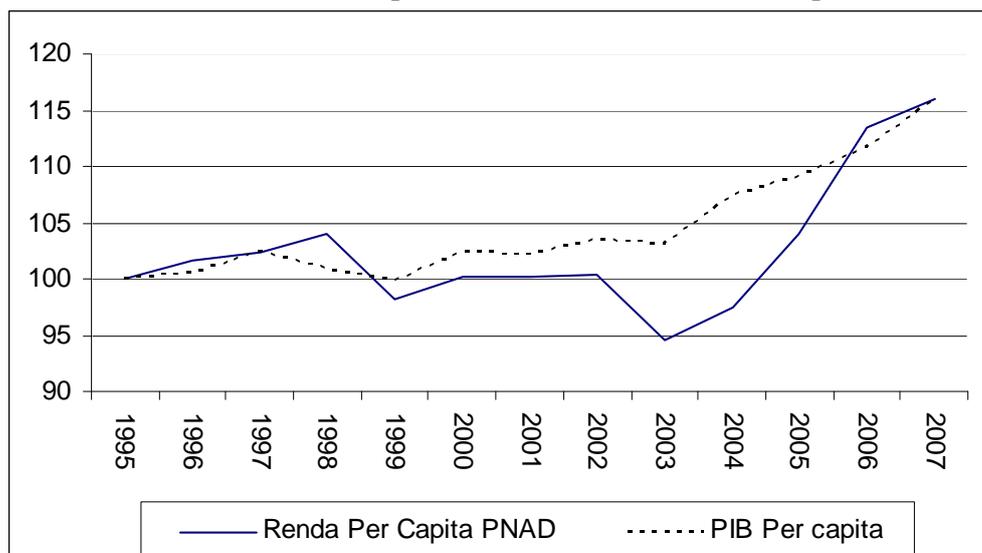
As taxas de crescimento do Brasil ainda estão aquém das de outros BRICs, especialmente a China. No entanto, a qualidade do crescimento brasileiro é indiscutivelmente melhor do que a da China em vários aspectos: melhor tratamento do meio ambiente e do trabalho juntamente com a igualdade crescente. O Brasil é uma democracia que aprendeu de maneira dura como é difícil promover uma boa política dentro do funcionamento do nosso bagunçado sistema. O Brasil ainda enfrenta muitos obstáculos, incluindo um sistema de ensino fraco, baixas taxas de poupança e um emaranhado de obstáculos regulatórios. Mas para as perspectivas de crescimento futuro, o que importa não é o nível absoluto desses fatores, mas como eles evoluem no tempo. O Brasil pode avançar verticalmente se escolher os caminhos certos em direção a sua fronteira de possibilidades.

Capítulo 2 - Sobre o Descolamento entre Renda da PNAD e o PIB

Nos últimos anos tem havido forte descolamento do crescimento da renda da PNAD que pauta as principais pesquisas sociais brasileiras e o PIB per capita que é o principal indicador econômico brasileiro. Nesta última PNAD que acabou de sair o problema se agravou. Senão vejamos: A magnitude da retomada do crescimento do período 2003-08 depende da base de dados utilizada, nas óticas das contas nacionais e do seu produto mais popular, o PIB. Mesmo após as sucessivas revisões para cima, o PIB cresce 3,78% em termos per capita ao ano, velocidade menor que a da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 5,26% por ano, também descontando o crescimento populacional e a inflação. A diferença acumulada em 5 anos entre renda Pnad e PIB foi de 8,8 pontos de porcentagem. Isso representa mais dois anos em cinco anos.

É verdade que a discrepância entre estas taxas tende a desaparecer ao longo do tempo. Por exemplo, no período 1995 a 2008 a diferença acumulada é de 2,13 pontos de porcentagem favorável ao PIB. A notícia tranquilizadora é que no longo prazo as duas séries parecem convergir conforme o gráfico de 1995 a 2007 em número índice com base 1995=100 ilustra.

Renda Domiciliar Per Capita PNAD* versus Pib Per Capita



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

De qualquer forma resta a pergunta se há convergência de fato a prazo mais longo, o que puxa o que: o PIB puxa a Pnad para baixo, ou a Pnad puxa o PIB para cima. Se depender da PNAD 2009, nenhuma das alternativas acima, pois o PIB per capita cresce cerca de -1,5% em 2009 contra um crescimento este sim positivo de 2,04% da renda por pessoa pndiana.

O relatório da comissão comandada por Amartya Sen e Joseph Stiglitz divulgado em setembro de 2009 constata fortes discrepâncias entre as pesquisas domiciliares e os PIBs mundo afora, sendo as taxas de crescimento do PIB em geral superiores. Na China e na Índia ocorreu o oposto do Brasil, o PIB cresceu mais que a das pesquisas domiciliares. O relatório argumenta pelo uso das pesquisas domiciliares como medida de performance de uma dada sociedade. Outra vantagem da Pnad é permitir olhar a distribuição dos frutos do crescimento. Neste aspecto a renda dos 40% mais pobres cresceu 3,15% no último ano contra 1,09 dos 10% mais ricos brasileiros dando seqüência a uma queda inédita de desigualdade que percorreu todos os anos desta década que se encerra nesta PNAD.

Além de um crescimento maior da PNAD e reconhecido como pró-pobre, o crescimento se dá para o período 2003 a 2009 com taxas de crescimento da renda do trabalho em níveis equivalentes ao da renda de todas as fontes o que confere alguma sustentabilidade ao processo e mais do que isso um caráter simbólico. Existem poucos símbolos mais fortes do surgimento da nova classe média brasileira que a multiplicação da carteiras de trabalho mesmo em tempo da crise que passou.

Capítulo 3 - Depois da Crise (D.C.)

“2009, ano da crise foi uma parada súbita, mas todos indicadores já voltaram a crescer em 2010 ao ritmo superior ao do período 2003 a 2008.”

“Completamos um ano depois dos efeitos da instabilidade partir do bolso do brasileiro: o Ano I depois da crise (D.C.).”

“Estamos para experimentar a desigualdade mais baixa de nossas séries históricas que se iniciam no Censo de 1960.”

A pesquisa Pequena Grande Década: Crise, Cenários e a Nova Classe média www.fgv.br/cps/c2010 fez um retrospecto das principais mudanças dos movimentos no bolso dos brasileiros durante o período da crise em termos macro (a floresta, ou seja, a sociedade brasileira como um todo), meso (os bosques, isto é setores específicos como indústria X financeiro, capitais x periferias etc.) e indivíduos (as árvores – leia-se a mobilidade de cada pessoa). Olhando para os grandes da floresta tupiniquim na crise. Começamos janeiro de 2009 com forte deterioração de todos os indicadores baseados em renda per capita seguida de paulatina recuperação de tal sorte que terminamos o ano num nível similar ao do ano anterior. Este empate com muitos gols acontece para uma vasta gama de indicadores: média (-0,3%) e desigualdade de renda (0%), participação das classes AB (2%), C (-0,4%), D (1,4%) e E (-1,5%), este último equivalente a proporção de pobres. Apesar da restrição da cobertura geográfica e de fontes de renda dos dados ao trabalho nas seis principais metrópoles brasileiras, a PME (Pesquisa Mensal do Emprego) tem se revelado um bom previsor da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras ao Domicílio). Esta aderência não se deve apenas por cobrir 80% das rendas PNAD, mas pelo fato da renda de programas sociais e aposentadoria ter acompanhado de perto nos últimos anos o boom trabalhista. A PME permite a partir de amostras de mais de 100 mil entrevistados a cada mês antecipar em média em 17 meses a divulgação das estatísticas pnadianas.

Inflexão - Volto à análise da conjuntura social, não por falta de assunto, mas pela inflexão observada, mas estatísticas já em janeiro de 2010: ao compararmos fevereiro de 2010 com fevereiro de 2009 encontramos resultados bastante distintos da comparação entre dezembro de 2009 e dezembro de 2008, apesar de haver sobreposição de 10 meses nas séries comparadas. Conforme o gráfico mais a seguir demonstramos voltamos ao ritmo de melhora das séries expressas em termos de crescimento anualizado, similar ao do período pré-crise compreendido entre dezembro de 2002 e dezembro de 2008. Senão vejamos: a classe E cai num ritmo bem maior agora em Julho de 2010 (-13,1% agora contra -8,2%) assim como a classe D que cai bem mais agora (12,46% em 12 meses terminado em julho de 2010 contra -2,39% do período de bonanza). Olhando mais ao topo da distribuição, a Classe C sobe a uma velocidade menor agora (3,4% contra 3,8%), mas a classe AB bem mais rápido (13% contra 4,2%). Ou seja, saímos do marasmo da crise para a mesma direção o ritmo mais acelerado para todas as classes menos a C da pequena grande década ocorrida entre 2003 e 2008.

Se colocarmos a comparação entre janeiro de 2009 e 2010 com 11 meses de sobreposição com as outras duas dezembro de 2008 e 2009 e fevereiro de 2009 e 2010, ela se parece mais com a última. Toda diferença provém de trocar a passagem entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009 quando a crise chegou com a força de uma ressaca as nossas séries pela de dezembro de 2009 para janeiro de 2010. Neste sentido estamos completando um ano depois dos efeitos da instabilidade partir do bolso do brasileiro. Recém-completamos o Ano I depois da crise (D.C.).

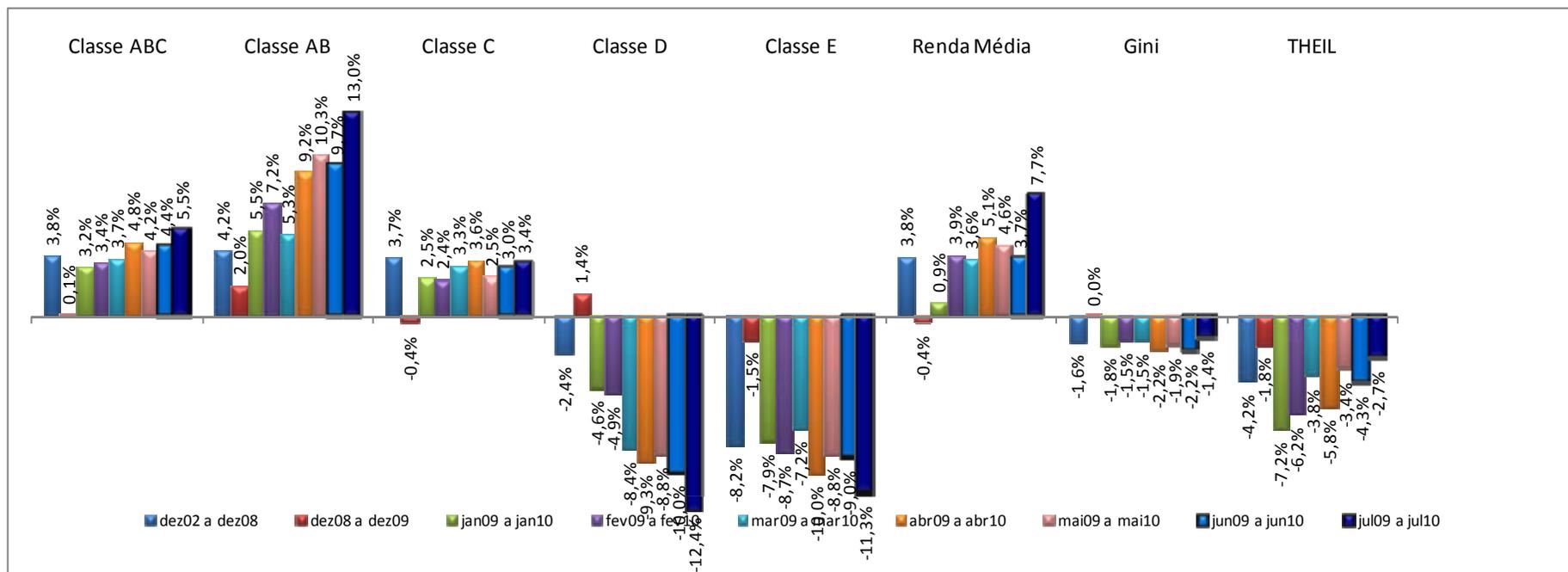
A crise não foi nem marolinha, nem tsunami, mas ressaca tão forte quanto passageira. Do estouro da crise lá fora em 15 de setembro de 2008 até a chegada nas séries da PME demorou três meses e meio, defasagem similar ao da chegada da crise asiática de setembro de 1997 às mesmas séries. A diferença é que o efeito da última persistiu por cinco anos em nossas séries e o da crise recente começou a ser revertido um mês depois.

Mas o que explica a melhora recente (fora o clima eleitoral)? A similaridade dos movimentos agregados da média e da desigualdade dos últimos 12 meses com o anterior são ainda mais próxima. A renda per capita que sobe 7,7% nos últimos 12 meses contra 3,8% do período pré-crise. A desconcentração de renda medida pelo índice de Gini varia quase os mesmos -1,5% nos dois períodos. O índice de Gini piorou em janeiro de

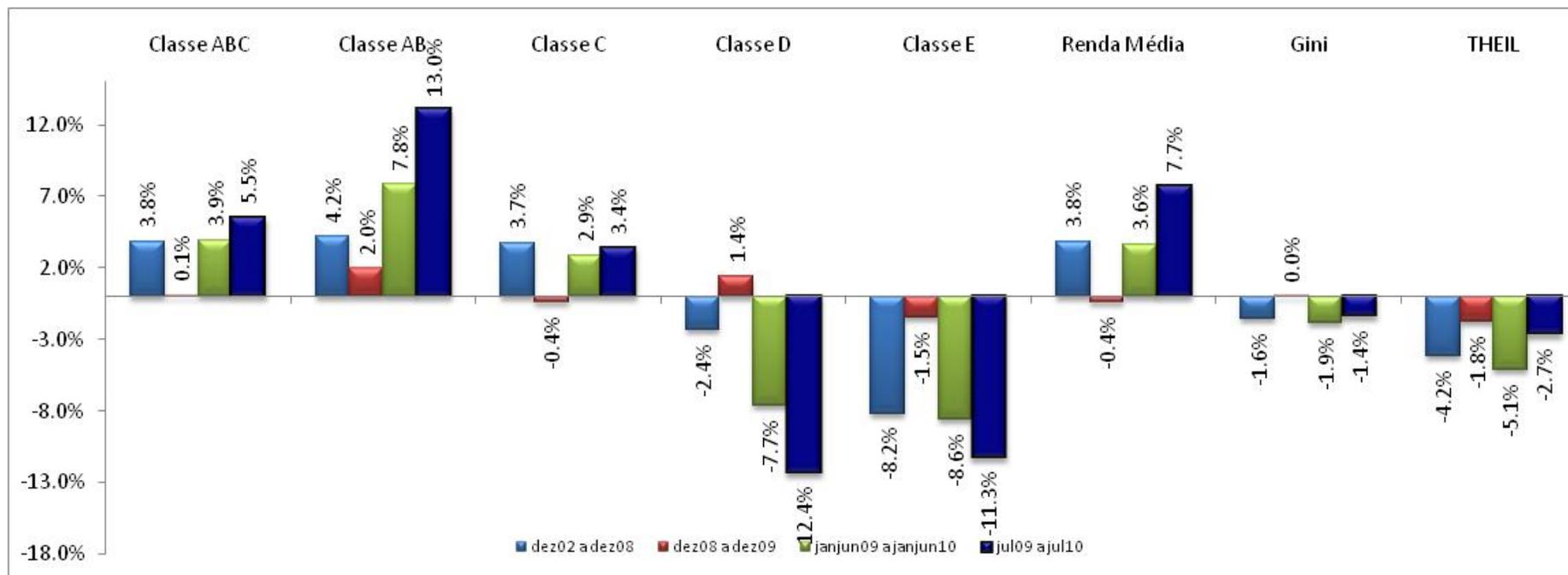
2009 (+2,5%) e depois cumpriu à risca o script de empate com variação nula de dezembro 2008 a dezembro 2009, sofre variação de -1,5% na comparação dos últimos 12 meses terminados em maio em ritmo idêntico a de -1,4% ao ano do boom anterior, conhecido aqui e alhures como da queda da desigualdade brasileira. Estes dois pontos são relevantes o primeiro por ir além do período do PIB recém-lançado terminado em junho de 2010, ao passo que a desigualdade não é captada por nenhuma das estatísticas padrões utilizadas em análises conjunturais.

Como cada medida de desigualdade encerra julgamento de valor específico associado à função bem estar social da qual ela é derivada, convém checar a robustez dos resultados. O índice de Theil-T, mais sensível a mudanças ocorridas na cauda inferior da distribuição de renda, cai 3,2% ao ano entre dezembro de 2002 a dezembro de 2008 enquanto de fevereiro de 2009 e 2010 o mesmo cai 6,2%, indicando aceleração da queda de desigualdade brasileira. Este ponto merece destaque, pois talvez a maior inovação sócio-econômica brasileira na década passada foi a desconcentração da renda. Os dados do período pós-crise sugerem continuidade desta tendência equalizadora de resultados de renda.

Obviamente há que se fazer as ressalvas sobre a cobertura geográfica e dos conceitos de renda utilizados na PME além de alguma instabilidade dos dados mensais.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Capítulo 4 – Mensuração de Classes

Os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia. A nossa classe C auferi a renda média brasileira, ou seja, é classe média no sentido estatístico.

A Classe C subiu % de 2003 a 2009 enquanto a Classe A & B subiu %. Para quem acha classe média mais rica que a classe C, a conclusão que a classe média cresceu não é afetada, pelo contrário.

O Brasil foi promovido no primeiro semestre de 2008 a “*investment grade*” pelas agências de *rating* internacionais. No fim de 2007, o país passou a integrar o grupo de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto pela ONU. Exploramos aqui a contrapartida disto no dia a dia da parte mais sensível da anatomia humana: o bolso.

Estratos Econômicos – A nossa abordagem de mensuração de classes econômicas é olhar para toda a distribuição de renda e organizá-la sob a forma de estratos. Preferimos centrar inicialmente nesses indicadores sociais baseados em renda per capita o qual existe vasto instrumental e literatura a respeito. Desta forma, aplicamos o conhecimento desenvolvido na área de estudos de pobreza no Brasil que levou a instalação do International Poverty Center (IPC) no Brasil entre todos os países para análise de toda a distribuição de renda, e não apenas a inferior da mesma. A nossa opção é por usar como ponto de partida um indicador que sabemos bem suas virtudes e limitações para depois estende-lo a outras dimensões usando a renda por pessoa como fio condutor da análise. Exploramos três perspectivas adicionais para se qualificar as classes econômicas em geral e a nova classe média, em particular.

Potencial de Consumo

Uma forma alternativa de definir as classes econômicas (E, D, C, B e A) usual é pelo potencial de consumo. O Critério Brasil usa o acesso e o número de bens duráveis (TV, rádio, lava-roupa, geladeira e freezer, vídeo-cassete ou DVD), banheiros, empregada doméstica. Este critério estima os pesos a partir de uma equação clássica minceriana de renda e classifica as pessoas por faixas de pontos usando características

mais permanentes que a renda corrente. Nossa abordagem é usar calculo similar não para definir as fronteiras entre as classes, mas para avaliar o potencial de consumo das pessoas em cada classe. Calculamos os índices de potencial de consumo e não na criação de um esquema de classificação estanque de classes³. Usamos o mesmo tipo de equação de renda do Critério Brasil que é usual na literatura de economia do trabalho. Outra diferença é que expressamos os resultados de maneira contínua através de um simulador que mantém o valor dos coeficientes estimados do modelo original sem arredondamentos que tiram desnecessariamente a precisão das estimativas. Aplicamos esta abordagem a uma miríade de informações domiciliares com a vantagem de utilizarmos amostras que no Brasil só as pesquisas domiciliares do IBGE atingem no seu desenho como no seu tamanho⁴.

Em suma, criamos então um índice de potencial de consumo que usa a métrica da renda como fio condutor e unidade de medida do indicador. As pessoas entendem com mais facilidade a métrica de renda que faz parte do seu dia a dia do que uma métrica artificial de pontos discretos. Depois de definir o modelo quantificamos o indicador por cada característica das pessoas, em particular as classes econômicas baseadas em renda corrente. O leitor iniciado em economia talvez reconheça o conceito de renda permanente criado por Milton Friedman 1957 em nosso indicador de potencial de consumo. Desde o seminal trabalho de Robert Hall de 1977 sabemos que o consumo corrente deveria em tese conter toda informação sobre os padrões futuros de consumo das famílias.

Capacidade de Geração de Renda

Na nossa pesquisa as pessoas não são pobres, ricos ou nova classe média mas estão, ou não nesses estados em diferentes instantes do tempo quando as pesquisas representativas da população como um todo vai a campo. Agora concordamos que temos de testar até que ponto os níveis de renda e de consumo serão ou não sustentáveis no futuro. Nos termos da fábula de La Fontaine há que se distinguir as formigas trabalhadoras das cigarras consumistas.

³ Outro ponto é que a relação entre diferentes itens e a renda tal como usado na equação que dá origem ao Critério Brasil e o nosso índice de potencial de consumo pode não ser estável ao longo do tempo, porém hipótese de instabilidade dos coeficientes foi rejeitada em nossos testes.

⁴ Por exemplo, a amostra da PME envolve mais de 100 mil indivíduos por mês por mais de 30 anos, a PNAD envolve cerca de 400 mil indivíduos por ano e está disponível há 35 anos e a amostra do censo envolve mais de 18 milhões de pessoas por década.

Além de estarmos medindo o potencial de consumo a partir da miríade de informações das pesquisas domiciliares, propomos conceituação complementar para medir a evolução da nova classe média no Brasil também do ponto de vista do produtor usando a equação de renda função agora de ativos produtivos dos diversos membros da família. Ou seja, há que se observar a capacidade de se manter de fato este padrão de vida através da geração e manutenção da renda ao longo do tempo. Acreditamos que a separação do hedonismo consumista ou do consumo por necessidade de quem está próximo da subsistência ou longe do crédito daqueles que tem capacidade de produção geram duas análises complementares entre si e com a análise da renda corrente

Este tipo de preocupação com educação e inserção ocupacional consta em critérios aplicados na Inglaterra, Portugal e Índia. A única variável neste sentido contemplada no Critério Brasil é a escolaridade do chefe do domicílio. O aspecto inovador da nossa metodologia é a sua capacidade de olhar para aspectos simbólicos da classe média para além do consumo incorporando elementos ligados a esfera de geração de renda das famílias tais como a carteira de trabalho do marido ou da mulher, a entrada do filho na universidade ou na era da informática aliarmos a aspecto de status social ligado a demanda privada por bens que eram monopólio do Estado como previdência, escola, saúde e crédito imobiliário. Quantificamos o lado do produtor usando a métrica de renda usando a equação minceriana que permite a integração com as demais características do lado do consumidor e a própria renda.

Expectativas sobre o Futuro

Uma última abordagem que usamos é pela análise das atitudes e expectativas das pessoas. Este tipo de abordagem que foi bastante desenvolvido nos anos 50 e 60 por George Katona, psicólogo behaviorista que tinha no Nobel de Economia, James Tobin, um de seus grandes admiradores. Seguindo, nesta linha, Thomas Friedman, colunista internacional do New York Times em seu recente best-seller “O Mundo é Plano” define classe média como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro. Esta fábrica de realização de sonhos individuais é o motor fundamental para conquista da riqueza das nações. O combustível é o anseio de subir na vida já o lubrificante seria o ambiente de trabalho e negócios. Complementarmente propomos o em pesquisa anterior o Índice de Felicidade Futura (IFF) desenvolvido por nós em projeto para o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) a partir de uma amostra de mais de 132 países cobertas pelos microdados do Gallup World Poll de

2006. A atualização deste índice para o período pós-crise será analisado neste livro. O que podemos dizer é que os dados indicam que a classe média no Brasil medida pelo nível esperado de satisfação com a vida no futuro continua alta vis a vis outros países.

Detalhando o Critério de Renda

Há algumas considerações na definição e uso do critério de renda seja na definição de classes ou da sua tradução em potencial de consumo e de capacidade de geração (e manutenção) de renda.

Em primeiro lugar, o conceito de classes se refere à família e não aos indivíduos, pois há solidariedade interna na transformação dos proventos em consumo. Uma pessoa pertence, ou não, a uma família da classe média.

Em segundo lugar, também seguimos a literatura de bem estar social usamos renda per capita e não renda total da família, ou dos domicílios. Pois há que se distinguir famílias que tem a mesma renda total e números de membros distintos. Por exemplo, na nossa classificação uma família que tem renda total de 1700 reais mensais dividida entre digamos 13 membros será dedicada exclusivamente à subsistência de seus membros, considerada pobre, enquanto outra composta de uma única pessoa terá a condição de comprar alguns supérfluos. Se usássemos o conceito de renda total da unidade estaríamos tratando de maneira igual pessoas em condições de vida bastante distintas. Existem significativos erros de classificação quando se usa renda domiciliar total ao invés do conceito per capita. Este erro corresponde nos diferentes estratos de renda: 29,2% na classe AB, 29,5% na classe C, 49% na classe D e 12,4% na classe E. O problema maior aqui é como tem havido redução sistemática no tamanho dos domicílios dos domicílios de 4,4 para 4,04 entre 2003 e 2009 função da transição demográfica em curso, o crescimento da renda total de 21,09% acumulado no período subestima o crescimento de renda total de 31,88%. Esta diferença de quase 10 pontos de porcentagem ou 50% do crescimento da renda total observada é o tamanho do erro cometido no período.

Em terceiro lugar, evitamos o uso de faixas de salário mínimo comum na literatura tupiniquim por pelo menos duas razões, a saber: o poder de compra do salário mínimo tem mudado sistematicamente ao longo do tempo. Em 2004 quando lançamos o estudo *Mapa do Fim da Fome II* baseados nas informações do Censo 2000 a nossa linha de pobreza superava a linha de 1/2 salário mínimo (a preços de 2000 era 75,5 reais (salário mínimo de R\$ 151) contra R\$ 79 da nossa linha de pobreza). À preços de hoje a

nossa linha de pobreza equivale a pouco mais de 1/4 de salário mínimo cerca de R\$ 127,50 (salário mínimo de R\$ 510) contra R\$ 140 reais da nossa linha ajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE. Ou seja, o uso do salário mínimo como numerário falha em manter constante o poder de compra ao longo do tempo que seria uma motivação inicial para o seu uso como linha de pobreza absoluta. O uso do salário mínimo não vem em geral acompanhado de diferenciadores do custo de vida regional conforme usado em nossos índices de classes econômicas e de pobreza.

As Divisões de Classes

Preferimos o uso de referências relativas a distribuição de porcentagens da população num ano base que são depois mantidas ao longo do tempo conforme explicado a seguir. Ao contrário de análises da distribuição de renda relativa onde mapeamos a parcela relativa de cada grupo na renda total nos fixamos aqui na parcela da população que está dentro de determinados parâmetros fixados para todo o período.

Ou seja, estamos preocupados com a renda absoluta de cada pessoa. A presente abordagem é similar àquela usada na análise de pobreza absoluta, só que estamos preocupados também com outras fronteiras como aquelas que determinam a entrada na classe média e a saída deste grupo para a classe alta. Fazendo uma analogia, na análise distributiva relativa estamos num gráfico de pizza de tamanho fixo onde para um grupo ganhar, outro tem de diminuir. Na análise absoluta aqui utilizada, além da dança distributiva, o tamanho de pizza pode mudar. O que está por traz do resultado é que além dos de renda mais baixa terem se apropriado de uma maior parcela relativa da pizza (a redução da desigualdade), a mesma aumentou de tamanho (o crescimento). Passou digamos de um tamanho brotinho para média. Na presente análise estamos preocupados não só na parcela relativa, mas na quantidade de pizza apropriada por cada estrato da sociedade⁵.

A Classe C é a classe central, abaixo da A e B e acima da D e E. A fim de quantificar as faixas, calculamos a renda domiciliar per capita do trabalho e depois a expressamos em termos equivalentes de renda domiciliar total de todas as fontes. A faixa C central está compreendida entre os R\$ 1064 e os R\$ 4561 a preços de hoje na grande São Paulo. A nossa classe C está compreendida entre os imediatamente acima

⁵ Quando usamos a PME em função da nossa classificação se basear em renda do trabalho, restringimos a análise ao grupo em idade ativa de 15 a 60 anos de idade e fazemos os ajustes equivalentes na renda domiciliar per capita.

dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos na virada do século⁶. Heuristicamente, os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia. Investigamos as migrações entre estes diferentes Brasis. A classe C auferem em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico. A classe C é a imagem mais próxima da média da sociedade brasileira. Dada desigualdade, a renda média brasileira é alta em relação ao resto da distribuição.

Na comparação com o resto do mundo: 80% das pessoas no mundo vivem em países com níveis de renda per capita menores que o brasileiro. A distribuição de renda no Brasil é próxima daquela observada no mundo. Temos uma renda ajustada por paridade de poder de compra (PPC) similar a mundial e o Gini interno é similar àqueles observado entre o PIB per capita PPC entre países. Ou seja, a nossa classe média não seria diferente daquela observada no mundo usando os mesmos métodos. Talvez por isso, o estudo mais recente sobre classe média mundial da Goldman Sachs (“The Expanding Middle”) gere resultados próximos a nossa classe C, vulga média: R\$ 859 a R\$ 4296 deles contra R\$ 1064 a R\$ R\$ 4591 nosso, ambos expressos em reais da Grande São Paulo de hoje. Outros estudos internacionais variam bastante a definição de Classe Média de R\$ 115 a R\$ 516 no trabalho de Barnajee & Duflo do MIT de 2007 até R\$ 2435 a R\$ 10025 do Banco Mundial (Global Economic Prospects de 2007). Este último mais próximo da definição da classe média em países desenvolvidos, segundo o estudo da Goldman Sachs. A nossa classe C está dentro dos limites deles que variam muito entre si. Alguns olham para a nossa classe C e a enxergam como média baixa e para a nossa classe B e a enxergam como classe média alta. O mais importante é ter um critério consistente definido. De toda forma, aquele pertencente a nossa classe A que se julgam classe média, procure as palavras *Made in USA* atrás de seu espelho. Agora a parcela da Classe C subiu 22,8% de abril de 2004 a abril de 2008, neste mesmo período a nossa Classe A & B subiu 33,6%. Portanto para quem acha classe média mais rica que a nossa classe C, a conclusão que a classe média cresceu não é afetada, pelo contrário. Outros indicadores indicam a ocorrência de um *boom* na classe C: casa, carro, computador, crédito e carteira de trabalho estavam **todos** nos seus níveis recordes históricos quando a crise chegou ao país e agora em 2010 estão voltando todos a níveis próximos ou superiores a estes recordes históricos.

⁶ O status relativo de renda dos 10% mais altos vis a vis o resto da distribuição era segundo os estudos de David Lam e Ricardo Paes de Barros o que diferencia a concentração de renda no Brasil frente à de outros países, como os Estados Unidos que não é um país particularmente igualitário.

Capítulo 5 – Monitorando as Classes Econômicas

Esta nova pesquisa da FGV, a partir dos microdados da PNAD recém-disponibilizados, revela, entre outros indicadores, qual foi a dança distributiva da população brasileira entre os diferentes estratos econômicos. A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação em cinco grupos de renda. Olhamos a evolução da participação da população em cada estrato. Transformando uma longa estória (definidos conforme a tabela abaixo) em números objetivos, temos a seguir os limites das classes econômicas medidas em renda domiciliar total de todas as fontes, por mês⁷:

Definição das Classes Econômicas

Renda Domiciliar Total de Todas as Fontes
limites

| | Inferior | Superior |
|----------|----------|----------|
| Classe E | 0 | 705 |
| Classe D | 705 | 1126 |
| Classe C | 1126 | 4854 |
| Classe B | 4854 | 6329 |
| Classe A | 6329 | |

Analisando em detalhe o que aconteceu em cada grupo.

Evolução das Classes Econômicas

| | 2009-2003 | 2008-2009 |
|----------|-----------|-----------|
| Classe E | -45.50% | -4.32% |
| Classe D | -11.63% | -3.00% |
| Classe C | 34.32% | 2.49% |
| Classe B | 38.51% | 3.49% |
| Classe A | 40.99% | 0.18% |

Classe A: de acordo com a última PNAD, a proporção de pessoas na classe A cresce 0,18% no último ano, o que corresponde à entrada de 106,5 mil pessoas no grupo mais

⁷ Os valores são calculados a partir do conceito de renda domiciliar per capita. Quando aplicados a PME compatibilizadas com o fato da renda ser só do trabalho para a população de 15 a 60 anos.

alto de renda. Só nos últimos 6 anos, somamos 3,2 milhões de pessoas ascenderam a esta classe que em 2008 atinge 9,6 milhões de pessoas.

Classe B: a proporção de pessoas na classe B (renda familiar entre 4854 e 6329 reais) cresce 3,5% apenas no último ano, ou seja, 443 mil pessoas passaram a esta classe no último ano. Se analisarmos desde 2003, o contingente de pessoas que passam à classe B é de 3,4 milhões. Hoje, em 2009, temos 40,4 milhões de pessoas na classe B.

Classe C: A mesma que atingia 37,56% da população brasileira em 2003, passa a 50,45% em 2009, ou 94,9 milhões de brasileiros que tem renda acima de 1126 até 4854 reais mensais, a classe dominante no sentido populacional. Este crescimento acumulado de 34,34% no período de seis anos, traduzido em termos de população, equivale a dizer que 29 milhões de brasileiros que não eram, passam a ser classe C nos últimos 5 anos (3,2 milhões só no último ano).

Classe D: A proporção de pessoas na classe D é 23,62% em 2009 atingindo 44,4 milhões de brasileiros com renda desde 705 reais mensais até o limite da classe C. Em termos de movimento houve redução de 0,9 milhões em um ano ou caindo 3%, e de 2,5 milhões se considerarmos os últimos 6 anos.

Classe E: Com redução de 4,32% no último ano, o que corresponde à saída de 1 milhão de pessoas do grupo de renda familiar mais baixa até 705 reais mensais, equivalente à pobreza na nossa metodologia. Este movimento coroa uma tendência desde o fim da recessão de 2003 quando a pobreza caiu 45,5%, ou seja, cerca de 20,5 milhões de pessoas cruzaram a linha de miséria. Como resultado disso, temos 28,8 milhões de miseráveis (15,32% da população⁸) que seriam quase 50 milhões pessoas se a miséria não tivesse caído nos últimos anos.

⁸ Com renda per capita inferior a 137 reais mensais (a preços da grande São Paulo ou 145 reais a preços médios nacionais ponderados pela população de cada estado).

Diferença Populacional por Classes Econômicas

| | 2009-2003 | 2008-2009 |
|----------|-------------|------------|
| Classe E | -20,481,069 | -1,022,145 |
| Classe D | -2,431,443 | -946,083 |
| Classe C | 29,063,545 | 3,172,653 |
| Classe B | 3,391,694 | 443,181 |
| Classe A | 3,253,636 | 106,487 |

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

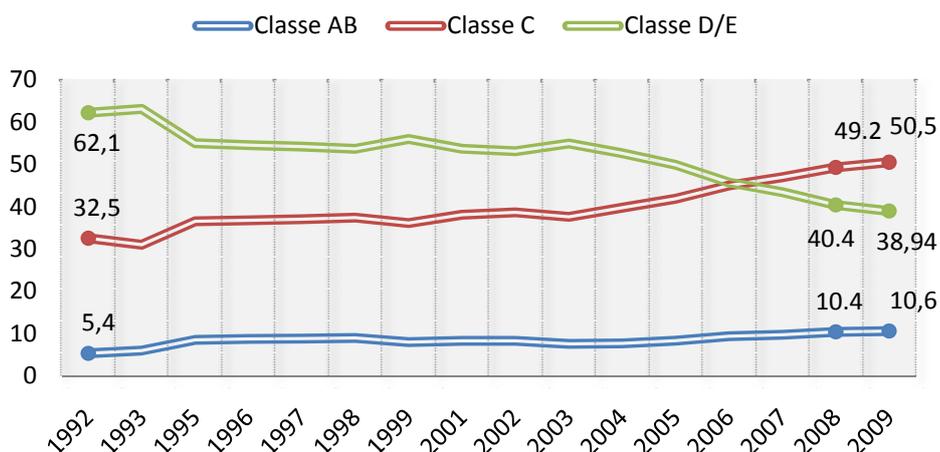
População por Classes Econômicas

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Total | 175,398,020 | 177,758,060 | 180,001,710 | 182,218,501 | 184,384,292 | 186,440,290 | 188,194,383 |
| Classe E | 49,319,851 | 45,147,533 | 41,047,646 | 35,196,724 | 33,659,359 | 29,860,927 | 28,838,782 |
| Classe D | 46,884,477 | 48,286,025 | 48,713,422 | 48,006,542 | 46,298,711 | 45,399,117 | 44,453,034 |
| Classe C | 65,871,283 | 70,620,183 | 75,266,800 | 81,889,806 | 86,476,548 | 91,762,175 | 94,934,828 |
| Classe B | 6,977,329 | 7,100,301 | 7,583,287 | 8,549,859 | 9,271,379 | 9,925,842 | 10,369,023 |
| Classe A | 6,345,080 | 6,604,018 | 7,390,555 | 8,575,570 | 8,678,295 | 9,492,229 | 9,598,716 |

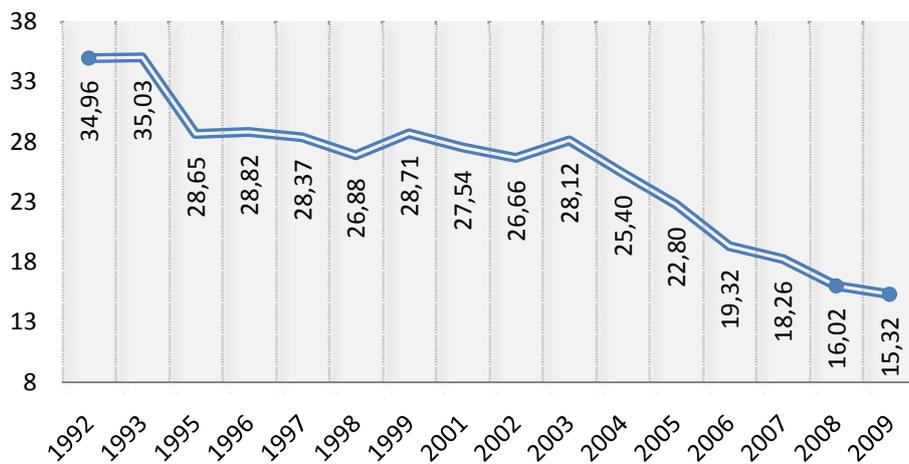
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notamos através dos gráficos abaixo sucessivos aumentos das classes C e AB, contrapondo a diminuição da E (os mais pobres) que vem sendo vistos desde 2003.

Evolução das Classes Econômicas

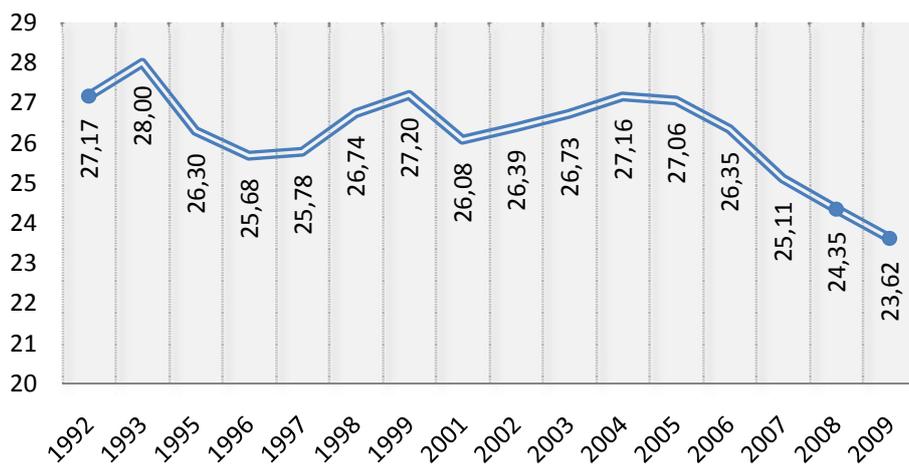


Evolução da Classe E



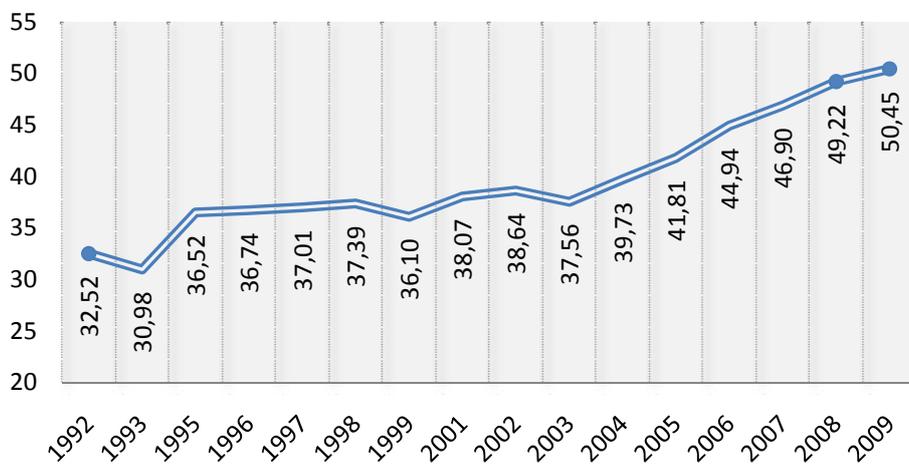
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução da Classe D



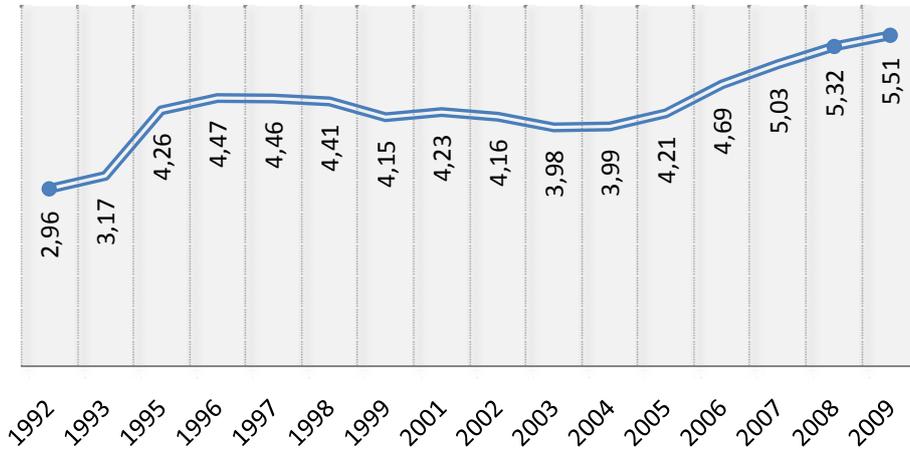
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução da Classe C



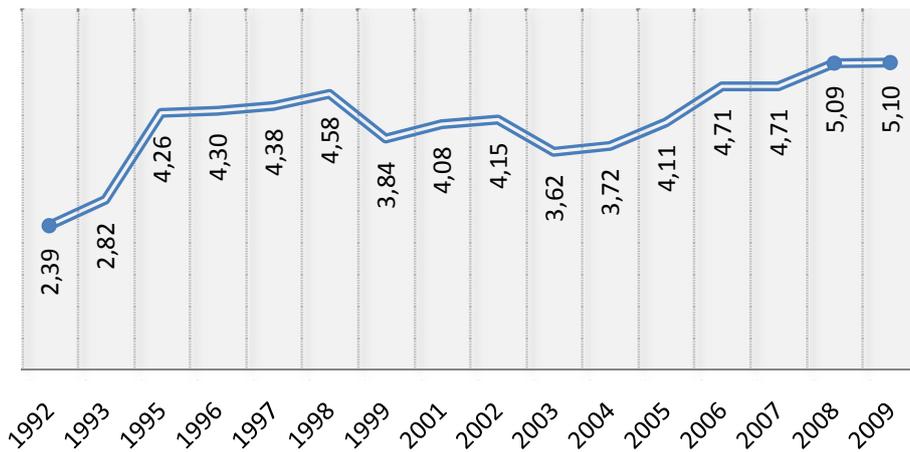
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução da Classe B



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução da Classe A



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

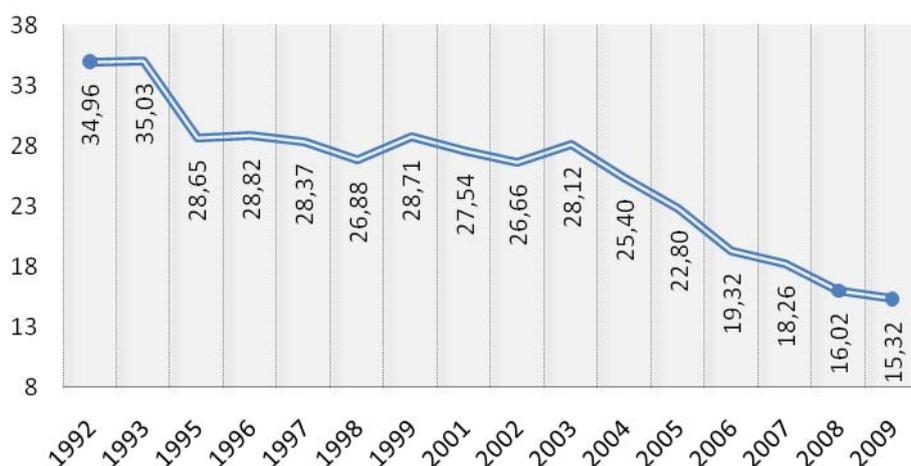
Capítulo 6 – Indicadores Sociais Clássicos baseados em Renda (Pobreza, Desigualdade e Bem Estar Social)

Debate Social

A equipe do CPS tem sido a primeira a apontar, isto é antes de qualquer outra instituição brasileira resultados sociais mais diversos. O grupo que deu origem ao CPS foi o primeiro a mostrar em fevereiro de 1996, a melhora dos indicadores sociais depois do Plano Real. Em 1999, o grupo mostrou a pobreza aumentando face às crises externas. Em 2004, O CPS mostrou não só a deterioração social ocorrida no primeiro ano da gestão Lula (2003), como a queda da miséria ocorrida em 2002 ao apagar das luzes do Governo do Fernando Henrique. Nenhuma outra instituição teve a ousadia de lançar pesquisa sobre o tema. Acesse no site ou neste link http://www.fgv.br/cps/Pesquisas/miseria_queda_grafico_clicavel/FLASH/

Olhando os grandes traços das séries de pobreza desde 1992, quando o novo questionário da PNAD foi estabelecido, temos duas marcadas mudanças de patamar. Em primeiro lugar, no biênio 1993-1995, a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria passa de 35.3% para 28.8% da população brasileira. Em 2003, a miséria ainda atingia 28.2% da população tendo subido no primeiro ano do governo Lula, conforme anunciamos em primeira mão em 2004. Em 2003 se inicia um novo período de queda, chegando a 22.7% em 2005. Isto compõe uma queda acumulada de 19.18% entre 2003 e 2005, magnitude comparável a queda de 18,47% do período de 1993 a 1995. O paralelo existente na redução de miséria entre os dois episódios ocorridos dez anos a parte, pode ser percebido no gráfico abaixo.

Proporção de População Pobre (%)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Em 2006, inspirado neste padrão de mudança da pobreza aos saltos lançamos a pesquisa com o título provocativo de o “Segundo Real”. De lá para cá, a miséria continua sua trajetória descendente caindo quase 45,5% acumulados desde 2003. Seguindo a métrica ditada pelos efeitos imediatos do Plano Real na pobreza que tivemos o prazer de detectar em primeira mão nas séries há 13 anos atrás, teríamos hoje já três reais de redução de pobreza, tomando o período 2003 a 2009, ou seja, estamos próximos de completar em seis anos ao invés de 25 anos a primeira e mais importante meta do milênio de reduzir a pobreza à metade.

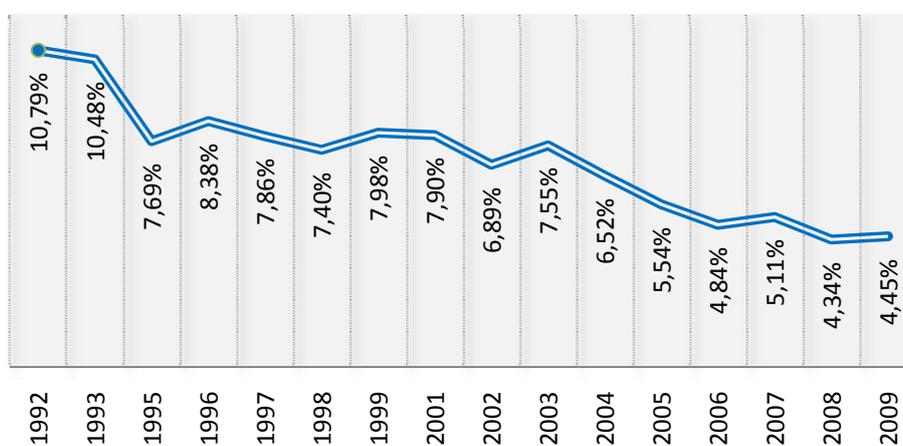
Custo da Erradicação da Miséria

Uma outra medida útil no desenho de políticas públicas é o hiato de renda (P1). Isto é, quanto de renda falta, em média, aos miseráveis para que eles consigam satisfazer suas necessidades básicas no mercado. Utilizando como base nossa linha de insuficiência de renda, o déficit médio expresso em termos monetários de cada brasileiro miserável seria R\$ 60,89 mensais a preços médios do Brasil. Em 2008 a mesma estatística era R\$ 58,71 (60,33 em 2003). Captada pelo ligeiro aumento no índice conhecido P2 (4,34 para 4,45) observamos que não houve alívio na severidade da miséria (contrapondo-se ao que ocorreu nos anos anteriores – em 2003 o P2 era 7,55%). Os dados de queda de renda do primeiro décimo indicam que os mais pobres dos pobres não foram os que ganharam no último ano.

Voltando ao cálculo do custo de erradicação em 2009, como só uma parte dos brasileiros está abaixo da linha, os dados mostram que seriam necessários R\$ 9,33 em

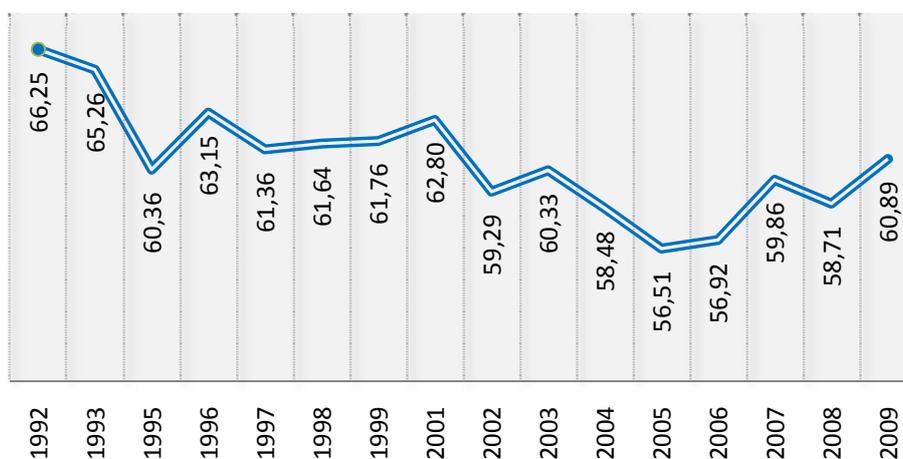
média, por pessoa (contra R\$ 9,40 em 2008 e R\$ 16,96 em 2003), para aliviar totalmente a pobreza no Brasil, totalizando um custo de R\$ 1.7 bilhões mensais e R\$ 21 bilhões no ano. As informações revelam quanto custaria para completar a renda de cada brasileiro até a linha de R\$ 137 nacional, ou seja, o menor valor das transferências suficientes para içar cada miserável até o piso de suas necessidades básicas. Este exercício não deve ser lido como uma defesa de determinadas políticas específicas, mas como uma referência ao custo de oportunidade social da adoção de políticas desfocadas. O dado é útil para traçar o alvo das políticas e organizar suas fontes de financiamento.

Hiato Quadrático de Pobreza (P²)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

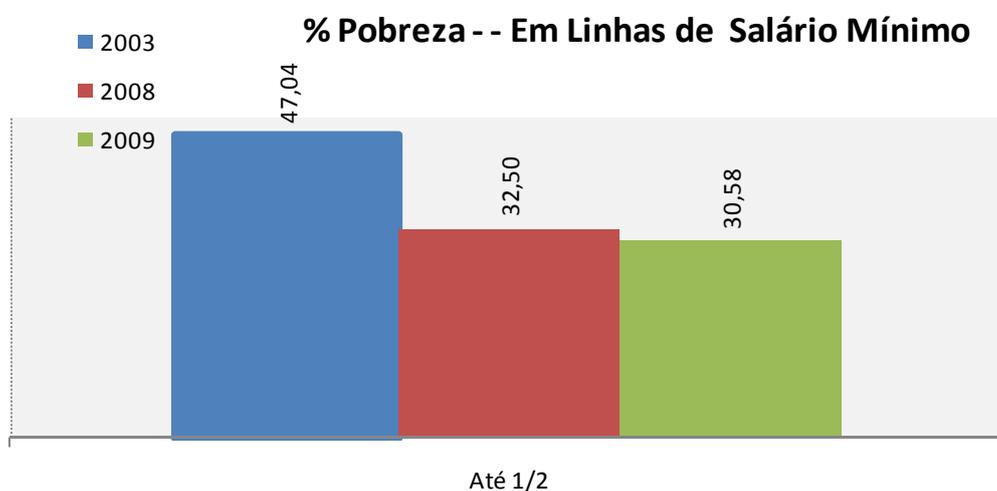
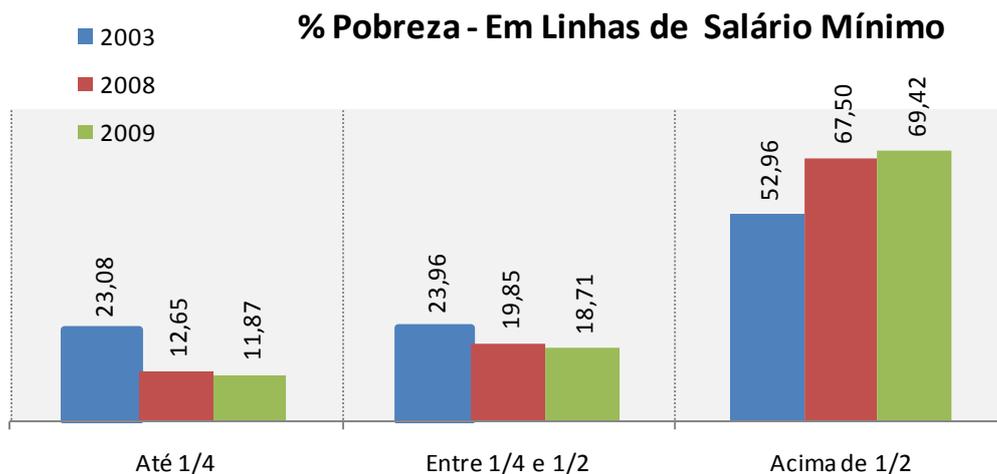
Custo da Pobreza - por pobre (R\$)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Pobreza em termos de Frações de Salário Mínimo

Há um hábito no Brasil que julgamos pouco recomendável de calcular medidas de pobreza absolutas associadas a múltiplos e frações do salário mínimo corrente. A análise revela que entre 2008 e 2009 3 milhões de pessoas cruzaram a linha de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e que de 2003 a 2009 25 milhões percorreram o mesmo sentido. Apresentamos abaixo as taxas de pobreza usando diversas linhas referenciadas a frações do salário mínimo para os anos de 2003, 2008 e 2009.

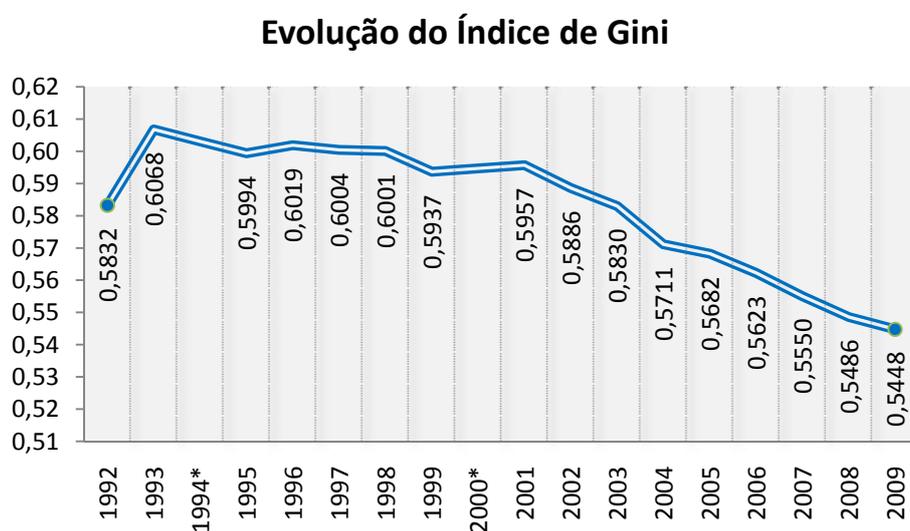


Desigualdade

“O elemento fundamental para entendermos a trajetória de todas as classes de A a E é o comportamento da desigualdade, a verdadeira jabuticaba brasileira.”

De maneira geral, 2009 assim como a década até agora vista como um todo, destaca-se menos pelo crescimento generalizado de renda para todos os estratos da população, do que pela redução da desigualdade observada, conforme o gráfico abaixo ilustra:

Indicadores Baseados em Renda Domiciliar Per Capita

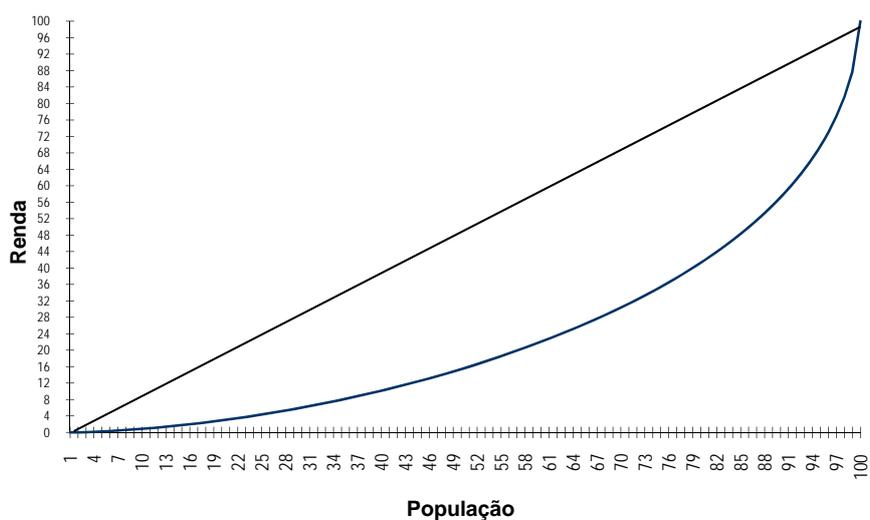


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

A desigualdade medida pelo índice de Gini cai 0,70% no último ano, queda inferior a apresentada entre 2007 e 2008, com 1,15% (valor superior a quatro dos cinco anos da década da redução da desigualdade até então). O panorama anual da redução de desigualdade desde o início da década foi: -1,2%, em 2002, -1%, em 2003, -1,9% em 2004, -0,6% em 2005 e -1,06% em 2006, - em 2007 e -1,15% em 2008. A queda é substantiva - nunca na estória estatisticamente registrada brasileira desde 1960 a desigualdade caiu tanto..

As curvas de Lorenz abaixo mostram que a dominância de forma que para qualquer medida de desigualdade que repita o princípio das transferências 2009 é mais igualitário que 2001.

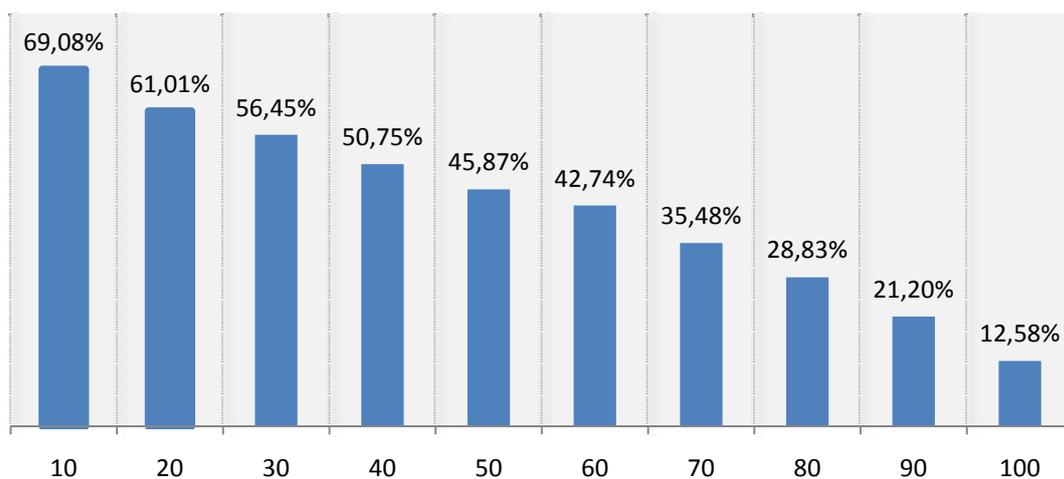
Desigualdade de Renda Familiar Per Capita – Brasil 2009



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Apresentamos a seguir o ganho acumulado de renda entre 2001 e 2009 por cada décimo da população. A taxa de crescimento é decrescente à medida que caminhamos do primeiro (69,08%) ao último décimo (12,58%) - este caráter progressivo não é tão bem traduzido pelas, aparentemente, pequenas mudanças das séries do índice de Gini ou das Curvas de Lorenz a partir da qual o índice é derivado.

Variação Acumulada da Renda Média por Décimos de Renda - Brasil (2009/2001)

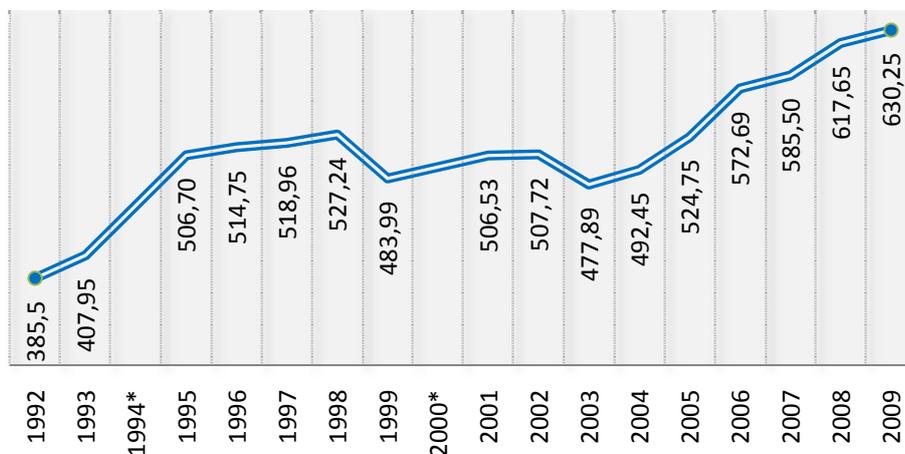


Medida de Bem-Estar Social de Sen

A fim de fornecer uma síntese final, acoplamos os efeitos da média e da desigualdade numa função bem-estar social simples proposta por Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia. Essa função multiplica a renda média pela medida de equidade, dada por um menos o índice de Gini (isto é: Média * (1 – Gini)). Logo, a desigualdade funciona como um fator redutor de bem-estar em relação ao nível da renda média. Por exemplo, a renda média de 630,25 reais mensais por brasileiro seria o valor do bem-estar social segundo a medida simples de Sen, se a equidade fosse plena. Mas na verdade corresponde a 45,52% deste valor, 286,92 reais, dada a extrema desigualdade atual brasileira. O deságio era ainda maior quando o índice era apenas 41,7% da renda média em 2003. Apresentamos no gráfico abaixo, a evolução ano a ano da média de renda, da desigualdade de renda e da combinação das duas, dada por essa medida de bem-estar.

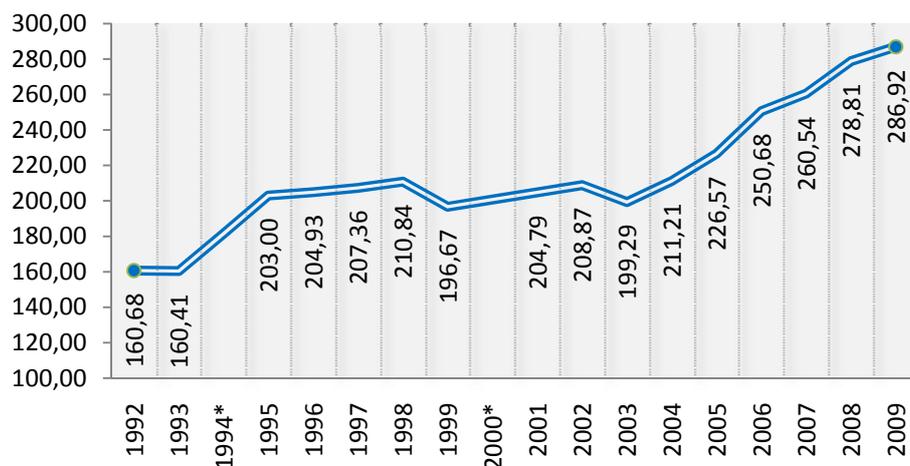
Indicadores Baseados em Renda Domiciliar Per Capita

Evolução da Renda Média - R\$ de 2009



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução do Bem-Estar - R\$



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Panorama de Evolução: Medidas Sociais baseadas em Renda per Capita

Com periodicidade anual e abrangência nacional, a PNAD nos permite monitorar a evolução de diversos indicadores sociais baseados em renda. O panorama disponível no site da pesquisa apresenta a evolução temporal de diferentes indicadores como miséria (a partir de diferentes linhas e conceitos), classes econômicas (agregadas ou desagregadas), renda, desigualdade e educação (entre outros indicadores) desde o início da década de 90. A seguir um quadro das variáveis disponíveis para análise:

- População
- Pobreza – Linha CPS
- Pobreza – Linha Salário Mínimo
- Renda
- Educação
- Classes Econômicas
- Ótica do Produtor
- Ótica do Consumidor

Cada um desses indicadores pode ser analisado para o conjunto geral da população ou por subgrupos abertos: i) características sócio-demográficas como sexo, idade, anos de estudo, raça, a posição na família; ii) características do produtor como posição na ocupação, contribuição, educação e acesso a ativos digitais; iii) características do consumidor como acesso a bens de consumo e serviços; e iv) espaciais como local de moradia, área (metropolitana, urbana não metropolitana e rural), estados, e de forma inovadora, capitais e periferias:

Tema:
Indicador:

* Segure a tecla 'CTRL' para marcação de 2 filtros simultâneos.

Características Sócio-Demográficas

| | | |
|-----------------------------------------------------|---------------------------------------------|---------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> População Total | <input type="checkbox"/> Sexo | <input type="checkbox"/> Faixa Etária |
| <input type="checkbox"/> Cor ou Raça | <input type="checkbox"/> Posição na Família | <input type="checkbox"/> Imigração |
| <input type="checkbox"/> Maternidade | | |

Renda

| | | |
|-------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Tem renda de todas as fontes | <input type="checkbox"/> Tem renda do trabalho principal | <input type="checkbox"/> Tem renda da previdência |
| <input type="checkbox"/> Tem renda de outras fontes | <input type="checkbox"/> Tem renda de programas sociais | <input type="checkbox"/> Tem renda de todos os trabalhos |
| <input checked="" type="checkbox"/> Classe econômica | <input checked="" type="checkbox"/> Classes econômicas | <input checked="" type="checkbox"/> Classes econômicas 2 |

Características do Produtor

| | | |
|----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Posição na Ocupação | <input type="checkbox"/> Tempo de Empresa | <input type="checkbox"/> Anos de estudo do chefe |
| <input type="checkbox"/> É Contribuinte da Previdência Privada | <input type="checkbox"/> Tamanho da Empresa | <input type="checkbox"/> Frequenta ou frequentou curso superior |

http://www3.fgv.br/ibrecps/RET4/2009_temporal/index2.htm

Fontes de Rendas e Mudanças

Se algo mudou o segundo esforço é saber: Por que mudou? Mudou em que? Estas últimas perguntas sugerem as duas linhas complementares de resposta aqui exploradas, a saber: a primeira olha para os determinantes próximos da distribuição de renda e para os componentes primários da renda das pessoas, o papel de pensões e aposentadorias, programas sociais e trabalho.

Decomposição de Desigualdade⁹

Como reduzir a desigualdade? Mais uma vez a presente década pode nos mostrar os caminhos aplicando-se ao período de 2001 a 2008 a metodologia de decomposição das variações do Gini. Conforme a última coluna da tabela abaixo demonstra a renda do trabalho explica 66,86% da redução da desigualdade esperada entre 2001 e 2008, a seguir vêm os programas sociais com destaque ao Bolsa Família e seu antecessor Bolsa Escola que explicam 17% da redução da desigualdade enquanto os benefícios previdenciários explicam 15,72% da desconcentração de renda ficando as demais rendas com um resíduo inferior a 1%. As demais colunas das tabelas comparam 2008 com os

i)⁹ No período de 2001 a 2008 a renda dos 10% mais pobres subiu em termos reais 72% e a dos 10% mais ricos apenas 11,2%. Os rendimentos do trabalho explicam 66% da queda do índice de Gini, enquanto 15,7% da queda da desigualdade são explicadas pelos aumentos dos benefícios da previdência social e 17% por programas sociais como Bolsa Família (vide seção 4). Agora cada ponto percentual de redução de desigualdade pelas vias da previdência custou em termos monetários 384% mais que o obtido pelas vias dos programas sociais.

demais anos. Já as tabelas posteriores decompõem a natureza dos efeitos por tipo de renda separando os efeitos da contribuição de cada fonte na renda total pela mudança da massa relativa de benefícios dos efeitos da desigualdade de cada fonte avaliada a partir do Gini da renda total.

Capítulo 7 – Análise de Decomposição de renda em Ingredientes trabalhistas

a. Decomposição Trabalhista

Diversas são as variáveis que caracterizam a performance trabalhista, tais como a ocupação, o desemprego, o salário, a extensão da jornada e da participação no mercado de trabalho, entre outras. Uma dificuldade é a integração destes diversos componentes num arcabouço comum. Pois sempre estamos comparando laranjas com bananas. Isto é medidas baseadas em diferentes unidades como horas, com unidades monetárias e frações, etc. . Seguimos aqui mais uma vez a literatura de bem estar utilizando como medida de desempenho social integradora a renda. Usamos aqui uma metodologia que mapeia os impactos da evolução de cada um dos principais ingredientes trabalhistas em termos do total de renda auferida individualmente por cada pessoa. Depois aplicamos aos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população em cada ano para captar as razões da evolução trabalhista destes segmentos ao longo do tempo.

Inicialmente partimos da relação básica de que a renda total do indivíduo pode ser decomposta na relação entre renda total e renda do trabalho e na magnitude da renda do trabalho. Isto é obtido ao se multiplicar e dividir a renda total pela renda do trabalho e arrumando os termos de forma conveniente, já que a ordem dos fatores não altera o produto.

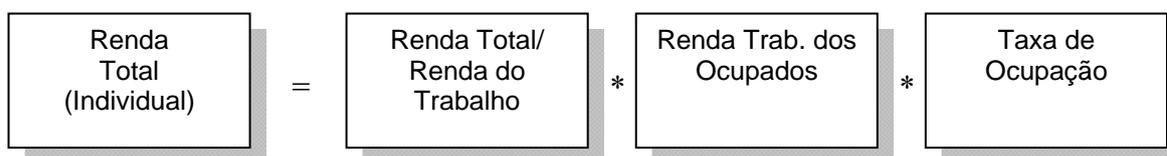
$$\begin{array}{|c|} \hline \text{Renda} \\ \text{Total} \\ \text{(Individual)} \\ \hline \end{array} = \begin{array}{|c|} \hline \text{Renda Total/} \\ \text{Renda do} \\ \text{Trabalho} \\ \hline \end{array} * \begin{array}{|c|} \hline \text{Renda do} \\ \text{Trabalho} \\ \hline \end{array}$$

(RENDA TODAS AS FONTES DE RENDA / RENDA DE TODOS TRABALHOS):
Razão entre a renda total e a renda proveniente do trabalho. Mede a importância relativa do salário na composição da renda total da pessoa (quanto maior o indicador, menor a importância relativa do trabalho e maior a de outras rendas como as advindas de programas sociais, pensões ou de transferências privadas).

No esquema acima o primeiro termo capta o papel de redes de proteção social advindas de políticas públicas e de transferências privadas em alavancar a renda do trabalho individual. Já o segundo termo sintetiza o desempenho trabalhista.

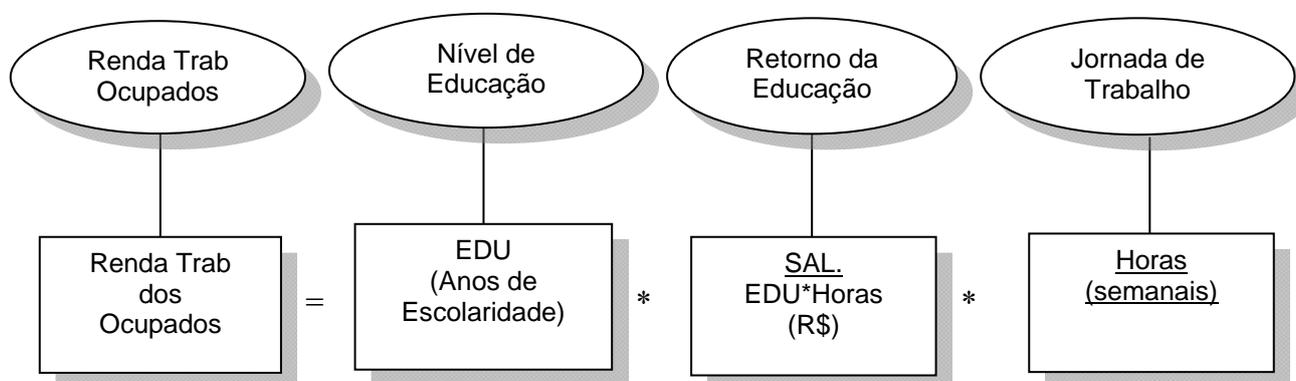
A seguir damos um passo além e dividimos a renda do trabalho em dois componentes: renda trabalhista daqueles que estão ocupados (i.e., salário dos

empregados) e taxa de ocupação multiplicando e dividindo os termos pelo número de ocupados. Chegamos assim aos três principais determinantes da renda aqui propostos:



Trabalhamos a seguir, com os dois últimos termos acima separadamente:

i. Decomposição do salário dos que estão ocupados:



(SALÁRIO / JORNADA * EDUCAÇÃO): Razão entre o salário hora (remuneração média por cada hora trabalhada) e a educação média (anos completos de estudos). Mede o prêmio da educação no mercado de trabalho. Quanto maior o indicador, maior é a capacidade do indivíduo de transformar em renda cada unidade do investimento educacional realizado em cada hora trabalhada. Numa economia estagnada com muita oferta de educação tende a ser baixo. Este componente seria num mercado de trabalho competitivo equivalente a produtividade do trabalho.

(NÍVEL DE EDUCAÇÃO): Média de anos completos de estudos. Dá a magnitude do investimento realizado em capital humano.

(JORNADA): Média de horas trabalhadas nos dá a extensão do esforço empreendido.

Este tipo de distinção sobre o que impacta a renda é particularmente relevante. Por exemplo, entre uma duplicação da renda de trabalho resultante de dobrar a carga de trabalho e outra onde as horas ficam paradas e o salário-hora dobra, a maioria das pessoas vai preferir o segundo. Similarmente, aumentar a renda por que aumentou a escolaridade reflete a recuperação de um investimento na educação. Como NERI 2008 mostra, o prêmio da educação no Brasil não só caiu porque aumentou a oferta na expansão educacional que se acelera a partir de 1995 como ele cai mais que aumentou a

oferta, o que é até certo ponto surpreendente, refletindo a estagnação trabalhista pós 1997.

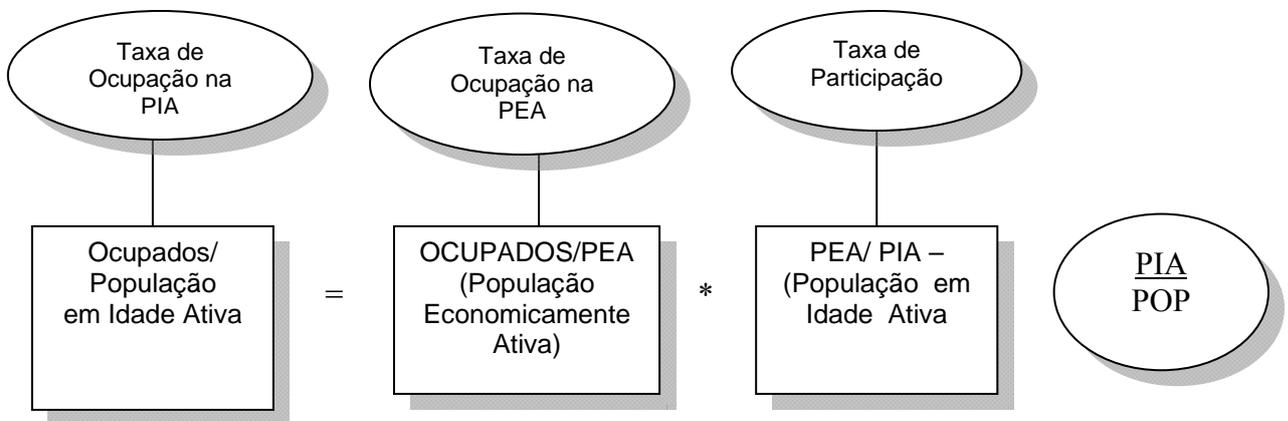
$$SAL = \left(\frac{SAL}{HOR * EDU} \right) * \left(EDU * HOR \right)$$

SAL = Renda do trabalho Salário

PEA = População Economicamente Ativa

POP = População

PIA = População em Idade Ativa

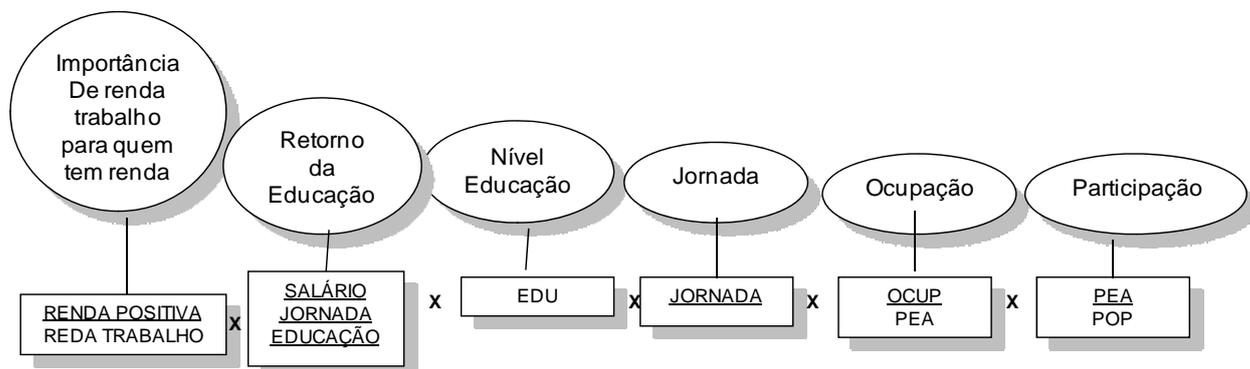


(NÚMERO DE OCUPADOS / POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)): Taxa de ocupação na população economicamente ativa. Mede a taxa de sucesso, ou seja, probabilidade de conseguir um emprego entre as pessoas que estão economicamente ativas (ocupadas ou desempregadas), ou seja, participando ativamente do mercado de trabalho. Este conceito corresponde ao complemento da definição clássica de desemprego. Por exemplo, se a estatística de ocupação for 75% então a taxa de desemprego será 25%, e assim por diante.

(POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) / POPULAÇÃO TOTAL NA FAIXA ETÁRIA): Taxa de participação no mercado de trabalho. Mede o nível de participação da população, incluindo aqueles indivíduos que estão exercendo algum tipo de trabalho (ocupados) e aqueles que não exercem, mas estão a procura de emprego (desempregados).

Neste exercício decompomos a renda (incluindo outras fontes não trabalhistas) dos habitantes brasileiros em diferentes pedaços a fim de analisar o impacto de cada componente no total. Ou seja, é possível estimar a renda total das pessoas que estão entre os 20% mais pobres, como resultado de um conjunto de fatores (salário, educação, retorno educacional, ocupação, participação no mercado de trabalho e da complementação de outras fontes de renda como aquelas advindas de programas sociais). Cada um destes fatores impacta de diferente forma a renda total observada.

Esquema que reúne as variáveis utilizadas:



PEA = População Economicamente Ativa
 POP = População Total
 PIA = População em Idade Ativa

Evolução de 2003 a 2009

Dado o papel central desempenhado pela renda do trabalho na determinação do rendimento, passamos agora a avaliar os impactos dos ingredientes clássicos de mercado de trabalho no crescimento da renda. Mudamos o nível da análise do conceito domiciliar per capita, centrando agora na renda individual das pessoas em idade ativa (de 15 a 65 anos). Começamos com uma metodologia de decomposição simples, onde analisamos o papel dos fatores de trabalho na renda média, tanto em níveis e mudanças.

Apresentamos abaixo a aplicação desta decomposição aos moradores entre 15 e 65 anos no período entre 2003 e 2009. Ressaltamos em primeiro lugar que houve aumento de 3,86% ao ano na renda individual do brasileiro, o que corresponde a um ganho acumulado de 25,5% no período. Os 20% mais ricos ganharam 3,14% contra 6,89% dos mais pobres. Agora, o que explica a variação de renda? Em primeiro lugar e mais importante, destacamos os fatores expansionistas ligados ao nível de escolaridade do indivíduo, que cresceu 2,12% a.a. na população total (0,89% a.a. entre os mais ricos e 5,19% dos mais pobres). A educação média cresce cerca de um ano completo de estudo no período.

Olhemos agora a jornada de jornada com redução de -0,53% no período, que correspondente em diminuir de 43,5 horas semanais em 2003 para 42,1 em 2009. A redução de jornada nos demais grupos foi de -0,36 nos mais ricos contra -0,93% dos

mais pobres. Sintetizando os três fatores salariais, a renda de cada ocupado cresceu em termos líquidos 3,07% a.a., Com relação aos deslocamentos ocupacionais acumulados, no período, a taxa de participação sobe 0,41% a.a. no total (entre os mais pobres houve queda de -0,56%) e a taxa de ocupação na população economicamente ativa sobe 0,61% a.a (0,34% e 0,18% para pobres e ricos). Ou seja, houve aumento proporcional da força de trabalho ativa, assim como a probabilidade de cada habitante ter acesso a um posto de trabalho. Finalmente, há uma tendência menos expansionista de outras fontes de renda em relação à renda do trabalho com queda de -0,24% a.a. (ao contrário dos mais pobres com aumento de 1,58%).

Em suma, boa parte dos indicadores clássicos de mercado de trabalho com exceção da jornada tem um comportamento expansionista no período, aí incluindo a educação e o retorno da educação, a taxa de ocupação na PEA que corresponde ao complemento do desemprego.

| 15 a 65 anos - Total | | | | | | | | |
|----------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------|---------------------|---------------------------|---------------------------------------------|
| População Total | | | | | | | | |
| Categoria | Ano | Renda de Todas as Fontes = | Renda de Todas as Fontes / Renda de Todos os Trabalhos x | Salário-Hora por Anos de Estudo dos Ocupados x | Anos de Estudo dos Ocupados x | Horas Trabalhadas x | Taxa de Ocupação na PEA x | Taxa de Participação no Mercado de Trabalho |
| | 2009 | 806,56 | 1,1703 | 3,08 | 8,64 | 42,107 | 0,833 | 0,739 |
| | 2003 | 642,65 | 1,1874 | 2,82 | 7,619 | 43,468 | 0,803 | 0,721 |
| Total | Taxa de Variação Anual (%) | 3,86 | -0,24 | 1,48 | 2,12 | -0,53 | 0,61 | 0,41 |

| 15 a 65 anos - 20 mais | | | | | | | | |
|------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------|---------------------|---------------------------|---------------------------------------------|
| População Total | | | | | | | | |
| Categoria | Ano | Renda de Todas as Fontes = | Renda de Todas as Fontes / Renda de Todos os Trabalhos x | Salário-Hora por Anos de Estudo dos Ocupados x | Anos de Estudo dos Ocupados x | Horas Trabalhadas x | Taxa de Ocupação na PEA x | Taxa de Participação no Mercado de Trabalho |
| | 2009 | 2095,93 | 1,1642 | 4,805 | 11,725 | 42,958 | 0,934 | 0,796 |
| | 2003 | 1740,82 | 1,1952 | 4,3 | 11,116 | 43,909 | 0,915 | 0,758 |
| Total | Taxa de Variação Anual (%) | 3,14 | -0,44 | 1,87 | 0,89 | -0,36 | 0,34 | 0,82 |

| 15 a 65 anos - 20 menos | | | | | | | | |
|-------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------|---------------------|---------------------------|---------------------------------------------|
| População Total | | | | | | | | |
| Categoria | Ano | Renda de Todas as Fontes = | Renda de Todas as Fontes / Renda de Todos os Trabalhos x | Salário-Hora por Anos de Estudo dos Ocupados x | Anos de Estudo dos Ocupados x | Horas Trabalhadas x | Taxa de Ocupação na PEA x | Taxa de Participação no Mercado de Trabalho |
| | 2009 | 151,28 | 1,3354 | 1,604 | 4,943 | 39,218 | 0,568 | 0,641 |
| | 2003 | 101,42 | 1,2154 | 1,48 | 3,648 | 41,476 | 0,562 | 0,663 |
| Total | Taxa de Variação Anual (%) | 6,89 | 1,58 | 1,35 | 5,19 | -0,93 | 0,18 | -0,56 |

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Capítulo 8 - Consumidores, Produtores e Marcadores de Classes

1. Visão Geral:

O objetivo deste livro é traçar um retrato resumido das condições brasileiras a partir da miríade de informações ibgeanas advindas de pesquisas domiciliares. A literatura de bem estar social busca sintetizar os diversos aspectos da realidade de diferentes pessoas. O capítulo dos indicadores sociais baseados em renda traduz os dados de salário, jornada, ocupação, desemprego, recebimento de pensões e aposentadorias, acesso a programas sociais, etc, etc, em poucos números, cada um com uma capacidade de retratar um aspecto peculiar da vida em sociedade, como nível de bem estar, a desigualdade, a taxa de pobreza, a composição das classes econômicas. Um primeiro esforço é o de condensar informações para transformá-las em conhecimento prático, do tipo quanto cresceu, ou diminuiu, ao fim e ao cabo o bolso dos diferentes brasileiros. Reconhecemos que o exercício é uma simplificação da realidade que transforma a riqueza de informações e as coloridas possibilidades da PNAD em gravuras em preto e branco.

As Razões da Mudança:

Se algo mudou o segundo esforço é saber: Por que mudou? Mudou em que? Estas últimas perguntas sugerem as duas linhas complementares de resposta aqui exploradas, a saber: a primeira olha para os determinantes próximos da distribuição de renda e para os componentes primários da renda das pessoas, o papel de pensões e aposentadorias, programas sociais e trabalho (e seus componentes) nas diversas medidas sintéticas.

Decomposição da Renda em diferentes Fontes PNAD

| Renda Domiciliar Per Capita - Diferentes Fontes ::: Total - Total | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|-------------------------------|---------------------------|----------------------------|
| População Total | | | | | | | | |
| Categoria | Corte Regional | Ano | Renda todas as fontes | Renda todos os trabalhos | Outras rendas privadas | Transferências Públicas - BF* | Piso Previdenciária - SM* | Previdência Pós-piso > SM* |
| Total | Total | 2009 | 630.25 | 479.26 | 12.76 | 10.64 | 32.54 | 95.05 |
| | | 2003 | 477.89 | 365.71 | 11.78 | 5.13 | 21.22 | 74.05 |
| | | Taxa Crescimento Anual (%) | 4.72% | 4.61% | 1.34% | 12.93% | 7.39% | 4.25% |
| | | Contribuição Relativa Crescimento Renda (%) | 100% | 75.28% | 0.71% | 2.96% | 7% | 14.05% |

Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

Entre 2003 e 2009, a renda per capita média do brasileiro cresceu 4,72% em termos reais (isto é já descontada a inflação e o crescimento populacional) passando de 478 para 630 reais por mês. A fonte de renda que mais cresceu foi a de programas sociais (12,9%) influenciada pela expansão do Bolsa Família criado em 2003. A seguir veio a parcela da renda da previdência vinculada ao salário mínimo. Os efeitos dos reajustes do salário mínimo que cresceu mais de 45% neste período pressionaram o valor da base de benefícios e do aumento da parcela de número de idosos, fruto do processo de envelhecimento da população. A renda de previdência acima do piso cresce abaixo do crescimento da renda geral. Cabe notar que a renda do trabalho teve um incremento médio de 4,61% ao ano o que confere uma base de sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais. A renda do trabalho corresponde a 76% da renda média percebida pelo brasileiro e de lá saiu 75,3% do ganho de renda observado.

No último ano o crescimento de renda per capita do trabalho e de aposentadorias vinculadas ao mínimo é um pouco menor. De toda forma, em ambos os períodos embora tenha havido aumento forte da renda derivada de programas sociais e aposentadorias ligadas ao mínimo a parcela devida ao trabalho fica próxima ao expressivo crescimento de renda desta fase de *boom*.

Composição de Renda por Classe Econômica

No período de 2003 até 2009, notamos que a parcela da renda associada a programas sociais, tais como o Bolsa Família cresceu mais de 50%. Na classe E que corresponde aos pobres pela linha média nacional do CPS - note que após os reajustes anunciados recentemente o novo critério de entrada no Bolsa Família a parcela destes programas nas respectivas rendas aumentou de 4,9% para 18,5%.

A análise da participação de diferentes tipos de renda por classe econômica pode ser útil para aferir os impactos prospectivos de diferentes instrumentos de política pública sobre a distribuição de renda, tais como, por exemplo, as medidas adotadas no bojo da crise externa iniciada em setembro de 2008, senão vejamos:

Aumentos do Bolsa Família e de outros programas não previdenciários tendem a beneficiar predominantemente a classe E que tem 18,5% de seus proventos desta modalidade de renda.

É interessante separar a renda de benefícios previdenciários em rendimentos individuais percebidos até 1 salário mínimo e benefícios acima deste piso, pois a

diferenciação de reajustes destas faixas foi a tônica desde 1998. O maior beneficiário de reajuste do piso previdenciário é a classe D com 13,44% das rendas vinculadas ao piso. Finalmente, o reajuste de pensões e aposentadorias acima deste piso beneficia acima de tudo a classe AB com 19,52% de seus proventos associados a esta fonte. Esta medida está em debate hoje para ser implementada.

| Renda Domiciliar Per Capita - Diferentes Fontes ::: Total - Total | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------|----------------|------|-----------------------|--------------------------|------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|
| População Total | | | | | | | | |
| Categoria | Corte Regional | Ano | Renda todas as fontes | Renda todos os trabalhos | Outras rendas privadas | <u>Transferências Pública - BF*</u> | <u>Piso Previdencia - SM*</u> | <u>Previdencia Pós-piso > SM*</u> |
| Total | Total | 2009 | 100.00% | 76.04% | 2.02% | 1.69% | 5.16% | 15.08% |
| | | 2003 | 100.00% | 76.53% | 2.47% | 1.07% | 4.44% | 15.50% |

| Renda Domiciliar Per Capita - Diferentes Fontes ::: Total - Total | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------|----------------|------|-----------------------|--------------------------|------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|
| Classe econômica | | | | | | | | |
| Categoria | Corte Regional | Ano | Renda todas as fontes | Renda todos os trabalhos | Outras rendas privadas | <u>Transferências Pública - BF*</u> | <u>Piso Previdencia - SM*</u> | <u>Previdencia Pós-piso > SM*</u> |
| Classe E | Total | 2009 | 100.00% | 68.83% | 1.82% | 18.53% | 9.95% | 0.86% |
| | | 2003 | 100.00% | 77.85% | 2.56% | 4.87% | 12.74% | 1.97% |
| Classe D | Total | 2009 | 100.00% | 75.77% | 1.08% | 6.04% | 13.44% | 3.67% |
| | | 2003 | 100.00% | 78.61% | 1.43% | 1.36% | 12.37% | 6.23% |
| Classe C | Total | 2009 | 100.00% | 75.75% | 1.48% | 1.39% | 8.02% | 13.36% |
| | | 2003 | 100.00% | 76.57% | 1.93% | 0.58% | 5.38% | 15.53% |
| Classe AB | Total | 2009 | 100.00% | 76.70% | 2.77% | 0.52% | 0.49% | 19.52% |
| | | 2003 | 100.00% | 75.74% | 3.32% | 1.10% | 0.25% | 19.59% |

Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

Produtores e Consumidores

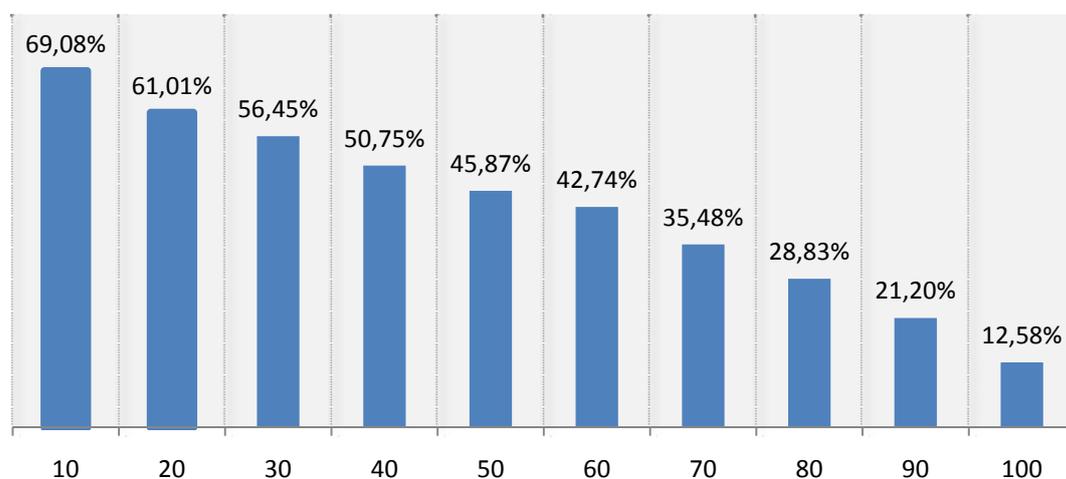
A segunda perspectiva olha para a relação menos direta, porém mais duradoura entre estoques de ativos e os fluxos de renda per capita. Isto permite entender como as pessoas transformam as suas rendas em padrões de vida presentes e passados e o respectivo potencial de consumo, e ainda captar os determinantes mais profundos que fazem jorrar as fontes de renda hoje e possivelmente no futuro.

A pesquisa inova ao explorar a miríade de informações da PNAD sobre a evolução do estoques de ativos das famílias, embasando uma visão ampla da natureza dos padrões de vida conquistados. Traduzimos a riqueza de dados em termos de classificação de classes econômicas, agrupados sob duas perspectivas: a do consumidor e a do produtor. A primeira identifica o potencial de consumo exercido pelas famílias através do acesso a bens de consumo (TV, Freezer etc.), acesso a serviços públicos (Lixo, esgoto), condições de moradia (financiamento, número de cômodos banheiros) e tipo de família. Já na ótica do produtor identificamos o potencial de geração de renda familiar através da inserção produtiva e nível educacional de diferentes membros do domicílio, bem como investimentos em capital físico (previdência pública e privada; uso de tecnologia de informação e comunicação), capital social (sindicatos; estrutura familiar) e capital humano (frequência dos filhos em escolas públicas e privadas), de forma a captar a sustentabilidade das rendas percebidas. A comparação destas duas dimensões de consumidores e produtores permitirá nos termos da fábula de la Fontaine separar os brasileiros em cigarras e formigas. Transformando uma longa estória, a capacidade de geração de renda do brasileiro subiu segundo o nosso índice sintético 31% enquanto o índice sintético de potencial de consumo aumentou 21%.

Distribuição de Renda

Apresentamos a seguir o ganho acumulado de renda por décimos da população a começar pelos mais pobres entre 2001 e 2009. A taxa de crescimento é quase monotonicamente decrescente à medida que caminhamos do primeiro (69,08%) ao último décimo (21,58%).

Varição Per Capita da Renda Média por Décimos de Renda - Brasil (2009/2001)



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PNAD/IBGE

2. Classes Econômicas

A pesquisa destrincha a evolução dos indicadores sociais baseados em renda domiciliar per capita tradicionalmente gerados pelo CPS como pobreza, desigualdade (incluindo os sem renda) e as classes econômicas (AB, C, D e E) sintetizando o que aconteceu com o bolso dos brasileiros de famílias de diferentes estratos econômicos. Analisamos os impactos imediatos de diferentes fontes de renda. Por exemplo, qual foi a importância relativa dos proventos do trabalho, dos benefícios da previdência ou do Bolsa Família para explicar as origens das alterações dos indicadores baseados nos fluxos de renda (pobreza, desigualdade e classes) bem como a sua maior ou menor sustentabilidade prospectiva.

Estratégia de Ampliação de Escopo das Classes Econômicas

Nossa estratégia é, a cada atualização das nossas séries tradicionais baseadas em renda domiciliar per capita como pobreza, desigualdade, bem estar social e agora as classes de renda, incorporar uma nova dimensão à análise das diversas classes econômicas: Empreendedorismo (www.fgv.br/cps/crediamigo2), Microcrédito (www.fgv.br/cps/crediamigo3), Microseguros (www.fgv.br/cps/ms), (www.fgv.br/cps/crediamigo2), explorando a cada pesquisa uma nova ótica. Na presente pesquisa vamos explorar uma visão multidimensional a partir da riqueza de

dados oferecidos pela PNAD¹⁰. Explorando ainda a riqueza de microdados da Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio (PNAD/IBGE) aplicamos um modelo de seleção seqüencial de variáveis de acordo com o nível de significância estatística relacionadas à renda domiciliar per capita, sempre a partir da família como unidade básica. Olhamos para o lado do consumidor e do produtor. No primeiro caso uma miríade de informações de acesso a bens de consumo, moradia e serviços públicos propiciados são propiciados pela PNAD. No lado do produtor, a ênfase está na inserção trabalhista que reflete o capital humano, o capital físico e o capital social que a PNAD permite captar pelo menos em parte. Falamos neste caso não só da escolaridade conquistada pela pessoa de referência do domicílio e do seu cônjuge, mas do investimento do futuro dos filhos abertos por faixas etárias e tipo de escola.

Quais são os principais estoques associados aos fluxos de renda?

i. Aspectos Técnicos

Apresentamos inicialmente nesta subseção uma discussão sobre uma série de modelos de estimação dos determinantes das classes econômicas.

O Acesso e Uso de Ativos e as Classes Econômicas

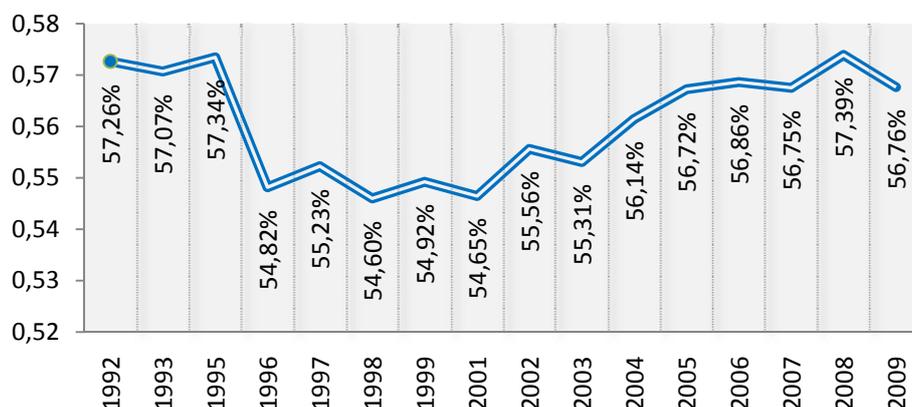
Apresentamos nessa seção o perfil do acesso e uso aos diferentes ativos produtivos e de consumo da população brasileira. Os resultados são apresentados inicialmente por gráficos que medem a evolução temporal do indicador, a fim de analisar o boom recente dos ganhos de renda conquistados desde 2003. Procuramos medir através das tabelas e gráficos de itens ligados ao consumo e produção da população brasileira, apresentando ao fim características básicas como sexo, cor, idade, posição na família, entre outros. Complementarmente, distribuimos o acesso entre as diferentes classes econômicas com uma análise pontual em 2009.

¹⁰ Na nossa última pesquisa, impactados pelos riscos emanados do estouro de bolhas financeiras, exploramos a demanda por mecanismos de seguro pela população de baixa renda e pelos segmentos recém-promovidos a novos estratos econômicos. Microseguros é uma agenda que emerge só agora no mundo, tal como o microcrédito floresceu nas últimas duas décadas. São seqüências naturais de um mesmo processo; se microcrédito possibilita às pessoas subirem na vida, o microseguro impede que estas mesmas pessoas sucumbam a choques adversos relacionados a desemprego, doenças, acidentes, roubo, morte, entre outros. Isto é, microseguro impede que uma situação crítica se torne crônica.

Posição na Ocupação

No último ano, houve diminuição na proporção de ocupados com 10 anos ou mais. A taxa que atingiu seu pico em 2008, chega em 2009 com 56,76% da população. Neste período houve queda de participação dos empregadores e dos trabalhadores sem carteira de trabalho. Os trabalhadores por conta-própria se mantiveram no mesmo patamar, enquanto os empregados com carteira e os funcionários públicos apresentaram ligeiro aumento. Se considerarmos o período desde 2003, os resultados positivos dos dois últimos grupos são bem mais expressivos, com crescimento de 24,6% e 8,6% na proporção de com carteira e de empregados públicos respectivamente.

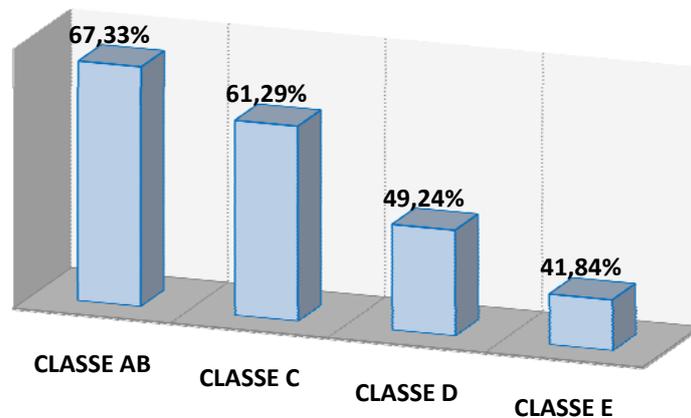
**Ocupados - 1992 a 2009
10 anos ou mais***



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Como já podíamos esperar quanto mais alto o nível de renda, maior é a ocupação. Na classe AB, 67,3% da população possui algum emprego (esse índice é 41,84% na classe E). A fotografia do *status* da ocupação, que representa um importante instrumento de produção, para os diferentes estratos de renda mostra que: empregados com carteira (22,96%) estão sobre representados na classe C, enquanto empregadores (9,81%) e funcionários públicos (16,84%) estão relativamente mais presentes na AB. Os sem carteira se concentram mais nos grupos C e D (em torno de 6,7%). Por fim, entre os mais pobres é maior a proporção de desempregados (10,1%), empregados agrícolas (4,7%) e não remunerados (10,9%).

Ocupados - 2009 10 anos ou mais*



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

| Perfil das Classes Econômicas - 2009 | | | | |
|--------------------------------------|-----------|----------|----------|----------|
| Posição na ocupação | | | | |
| Categoria | CLASSE AB | CLASSE C | CLASSE D | CLASSE E |
| Sem Emprego | 2.14% | 3.86% | 7.20% | 10.11% |
| Inativo | 30.53% | 34.84% | 43.56% | 48.05% |
| Empregado Agrícola | 0.29% | 2.33% | 4.49% | 4.68% |
| Empregado Doméstico | 0.57% | 4.53% | 5.95% | 4.27% |
| Empregado com carteira | 21.11% | 22.96% | 11.77% | 4.31% |
| Empregado sem carteira | 4.85% | 6.75% | 6.68% | 4.47% |
| Conta-própria | 11.89% | 11.85% | 11.00% | 11.05% |
| Empregador | 9.81% | 2.14% | 0.55% | 0.55% |
| Funcionário público | 16.84% | 7.09% | 3.19% | 1.61% |
| Não-remunerado | 1.95% | 3.65% | 5.62% | 10.90% |

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Contribuição Previdenciária

Em seguida restringimos a análise aos chefes do domicílio e apresentamos uma visão mais detalhada do tipo de contribuição previdenciária. A tabela mostra crescimento na contribuição pública e privada.

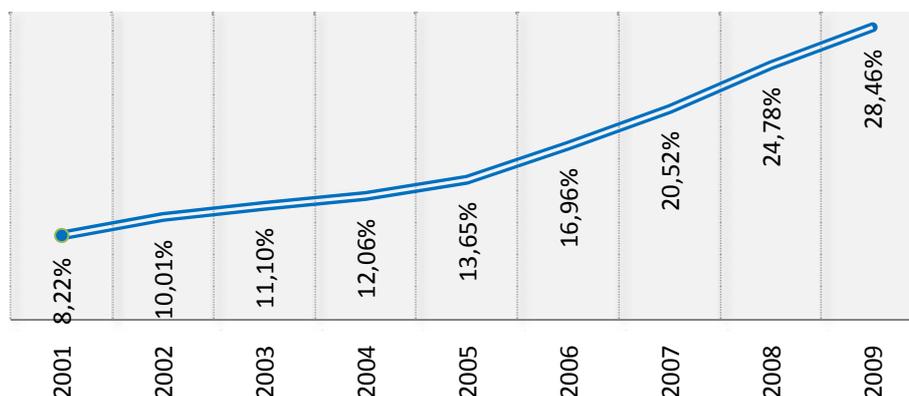
| | 2003 | 2008 | 2009 |
|----------------------------|-------|-------|-------|
| Contribui para Previdência | | | |
| Contribui Prev Pub e Priv | 2.11 | 2.02 | 2.17 |
| Contribui Prev Pub | 35.62 | 38.31 | 38.65 |
| Contribui Prev Priv | 0.75 | 0.89 | 0.96 |
| Desempregado | 3.98 | 2.67 | 3.25 |
| Inativo | 18.90 | 22.23 | 22.16 |

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

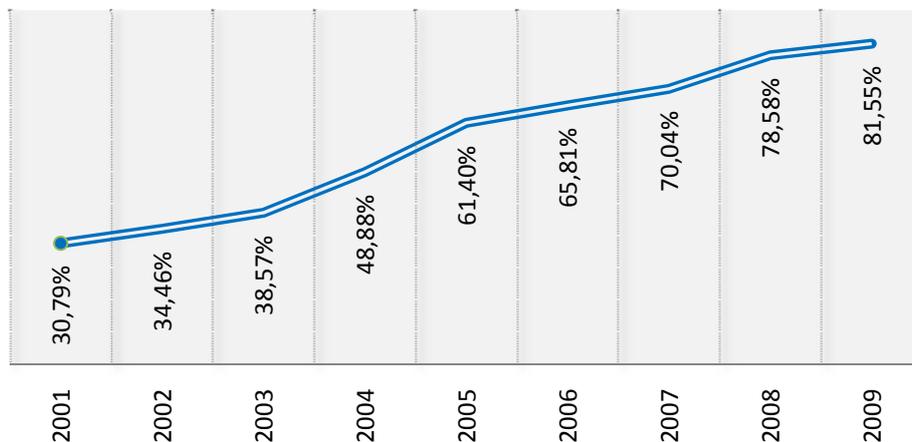
Ativos Digitais

Considerado um importante instrumento de uso dos produtores, apresentamos em seguida o gráfico que capta bem a evolução tecnológica que vem sendo vista no Brasil atual. Desde que foram incorporadas ao questionário da PNAD, em 2001, trajetória de acesso a ativos digitais no país é crescente. Se contarmos desde 2003, o acesso a computador com internet é 2,56 vezes maior em 2009 (crescimento de 14,8% no último ano). Efeito semelhante pode ser visto para acesso a celular, 2,1 vezes maior em 2009 (3,77% de aumento no último ano).

Computador com Internet - 1992 a 2009



Celular - 1992 a 2009



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

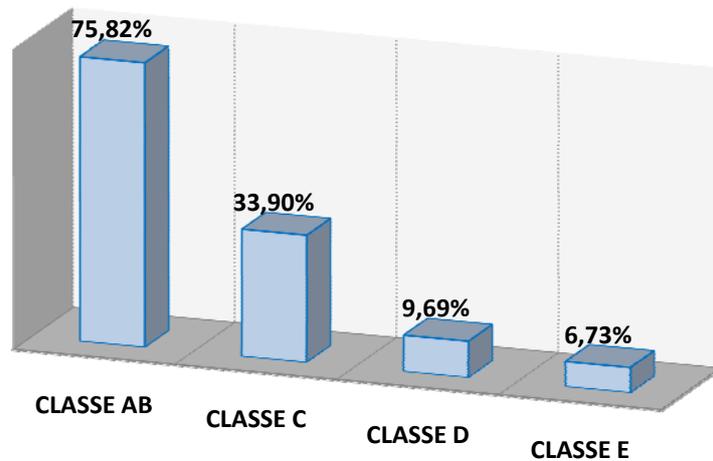
Acesso a Ativos Digitais (%)

| | 2003 | 2008 | 2009 |
|----------------------|-------|-------|-------|
| Tem comp com net | 11.10 | 24.78 | 28.46 |
| Tem comp | 3.93 | 7.80 | 7.92 |
| Não tem comp | 84.85 | 67.20 | 63.45 |
| Ignorado | 0.13 | 0.22 | 0.16 |
| TELEFONE | | | |
| Tem fixo e cel | 27.50 | 39.22 | 38.68 |
| Tem fixo | 22.11 | 4.86 | 4.19 |
| Tem cel | 11.07 | 39.36 | 42.87 |
| Não tem fixo nem cel | 39.20 | 16.35 | 14.10 |

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

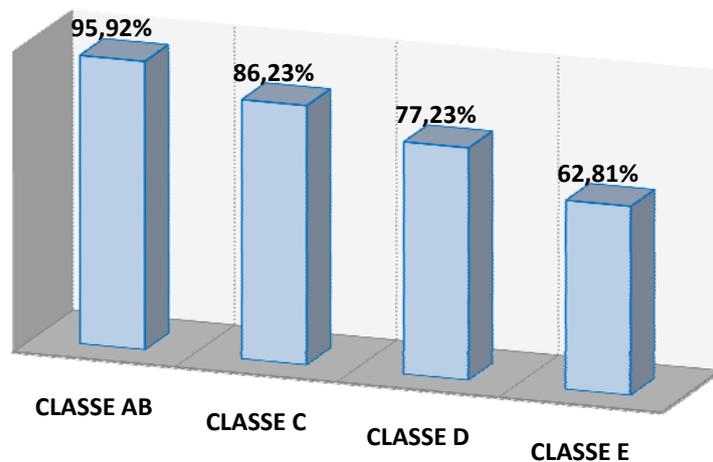
Em termos de distribuição, a desigualdade de acesso é grande, com quase 90% das pessoas que possuem computador com internet presentes na classe ABC. A taxa de acesso a computador com internet em 2009 é 75,82% na classe AB, sendo 11,3 vezes maior que a taxa observada na classe E (6,73%). O acesso a celular é respectivamente 95,92% e 62,81% nas classes AB e E.

Computador com Internet - 2009



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Celular - 2009



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

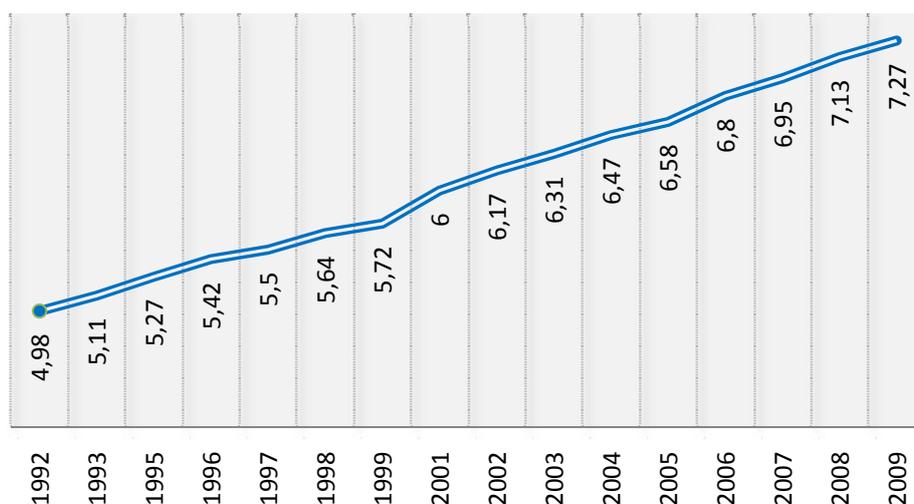
Educação

Dada a importância da acumulação de capital humano para crescimento e desenvolvimento das habilidades produtoras do indivíduo apresentamos abaixo uma visão detalhada da evolução recente da educação na população total e para dois importantes membros da família. Conforme podemos ver nos gráficos seguintes, a educação do brasileiro com 25 anos ou mais cresce monotonicamente desde 1992, sendo de aproximadamente 1 ano o aumento entre 2003 e 2009. Conforme podemos

observar nas tabelas seguintes, tanto o chefe do domicílio quanto o cônjuge tem apresentado recentemente maiores proporções de pessoas situadas entre os mais bem educados. A proporção de pessoas com 12 anos ou mais de estudo cresce 35,65% desde 2003 para os chefes e 39,51% para os cônjuges. Cresce também a participação daqueles com 8 a 11 anos de estudos, em virtude da queda de participação dos menos educados.

Evolução (em anos) da Educação Média do Brasileiro - 1992 a 2008

25 anos ou mais



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

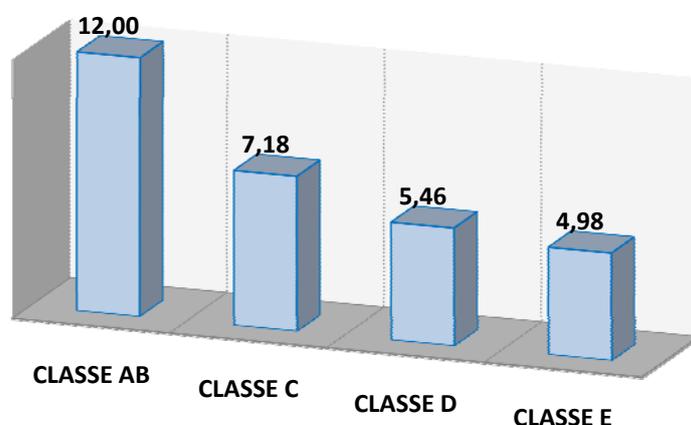
Evolução (%) da população por Faixa Educacional

| | 2003 | 2008 | 2009 |
|---------------------------------|-------|-------|-------|
| EDUCHEFE | | | |
| Sem instrução ou menos de 1 ano | 18.41 | 15.09 | 14.05 |
| 1 a 3 | 15.77 | 12.99 | 12.89 |
| 4 a 7 | 29.90 | 26.64 | 26.77 |
| 8 a 11 | 26.82 | 33.72 | 33.59 |
| 12 ou mais | 8.64 | 11.21 | 11.72 |
| EDUCACONJUGE | | | |
| Sem instrução ou menos de 1 ano | 10.80 | 8.72 | 8.08 |
| 1 a 3 | 11.92 | 8.96 | 8.59 |
| 4 a 7 | 24.16 | 20.67 | 20.58 |
| 8 a 11 | 23.08 | 27.81 | 27.65 |
| 12 ou mais | 6.53 | 8.66 | 9.11 |

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

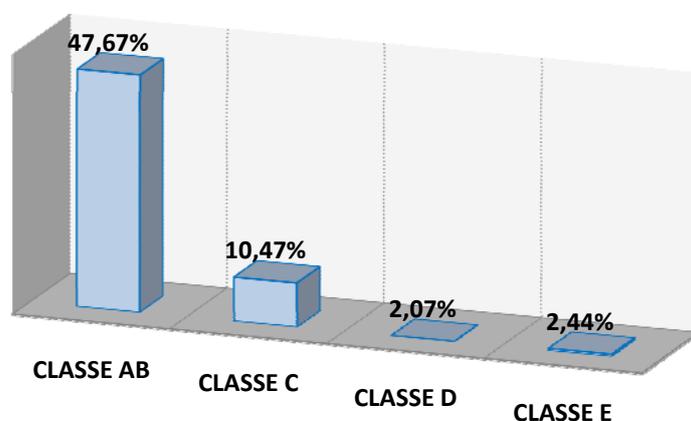
Como sempre, o mais relevante determinante da desigualdade e da pobreza no país é a educação. Pesquisas anteriores mostram que a renda aumenta monotonicamente com os anos de escolaridade. A média de educação da classe AB é 12 anos de estudos (contra 4,98 da classe E). Observamos a seguir a distribuição a proporção de freqüentadores de curso superior para diferentes grupos de renda: na classe AB, 47,67% da população freqüenta ou já freqüentou curso superior (esse percentual é 2,44% na classe E).

Educação Média (pop. com 25 anos ou mais) - 1992 a 2009



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Freqüenta ou Freqüentou Curso Superior 1992 a 2009



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

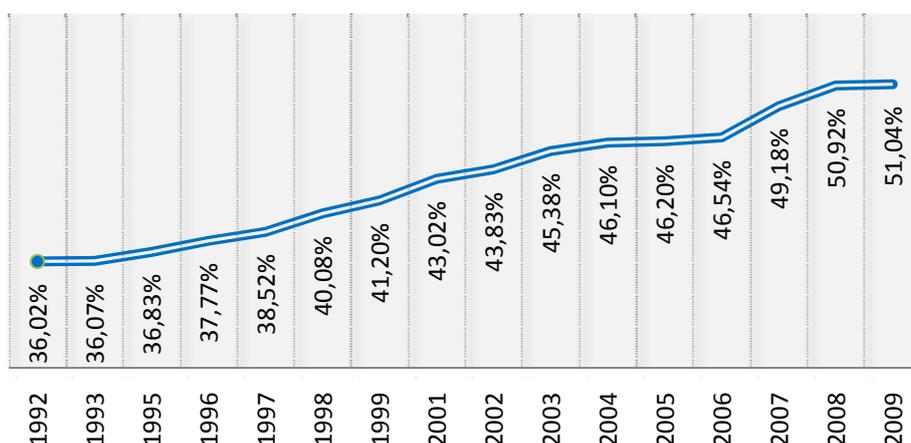
Características do Consumidor

Apresentamos a seguir cruzamentos que mostram a estrutura de classes e acesso a serviços. Conforme já podíamos imaginar os indivíduos providos de acesso a bens e serviços estão sobre representados entre as classes mais altas.

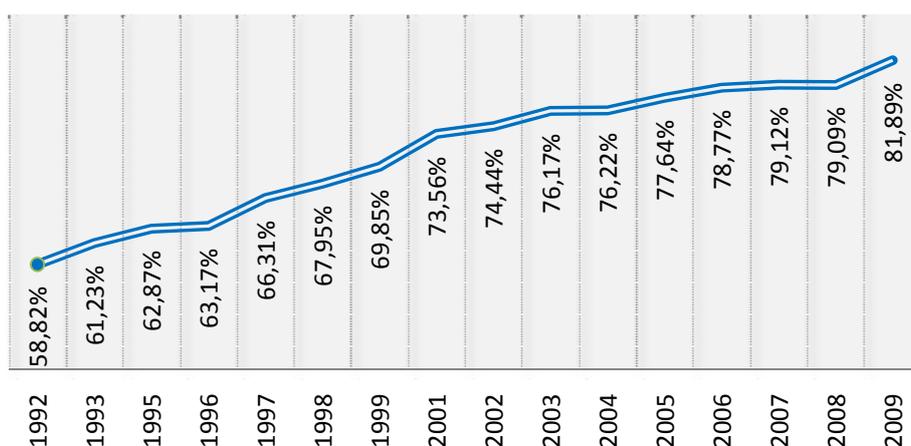
Serviços Públicos

No Brasil, a taxa de acesso a serviços públicos é crescente ao longo do tempo, conforme indicam os gráficos a seguir. Desde 2003, serviços como rede geral de esgoto e coleta direta de lixo apresenta aumento de 12,5% e 7,5%, respectivamente (0,23% e 3,5% no último ano).

Rede de Esgoto - 1992 a 2009



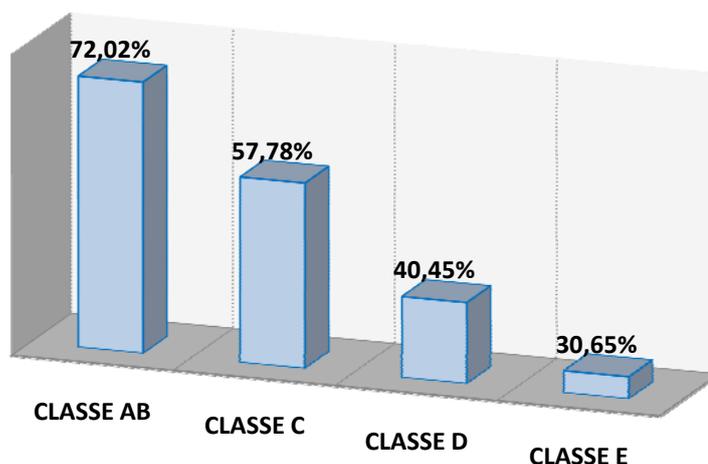
Lixo Coletado Diretamente - 1992 a 2009



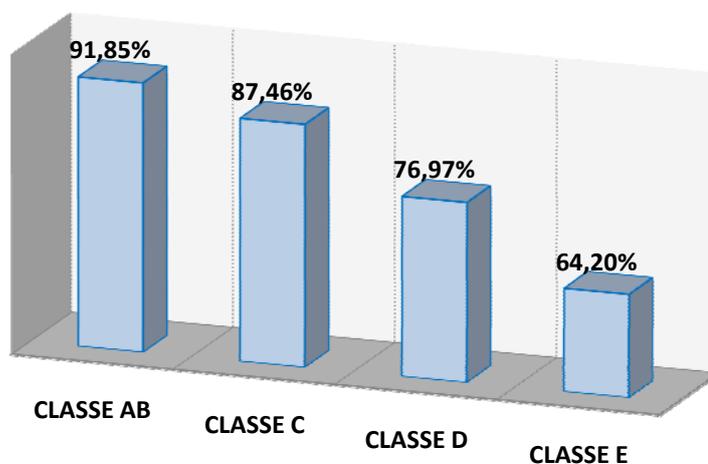
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

A taxa de acesso a rede de esgoto é 2,3 vezes maior na classe AB quando comparado a Classe E. No quesito coleta de lixo, a taxa é 43% superior para o grupo com renda mais alta.

Rede de Esgoto - 1992 a 2009



Lixo Coletado Diretamente - 1992 a 2009

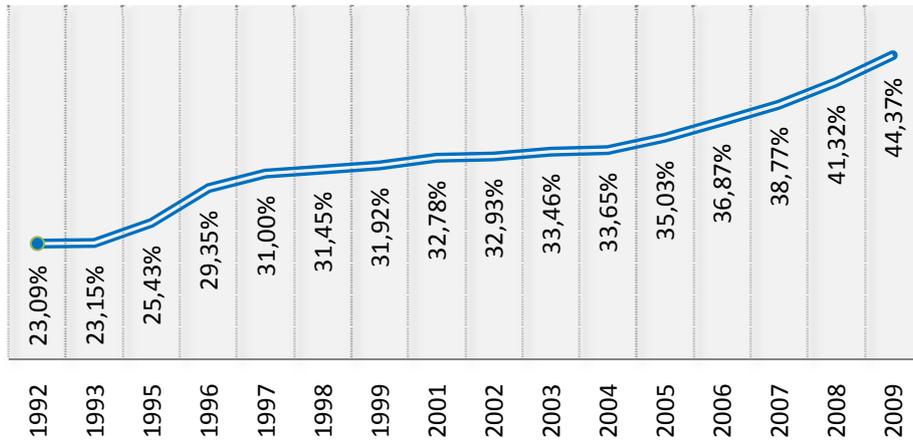


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

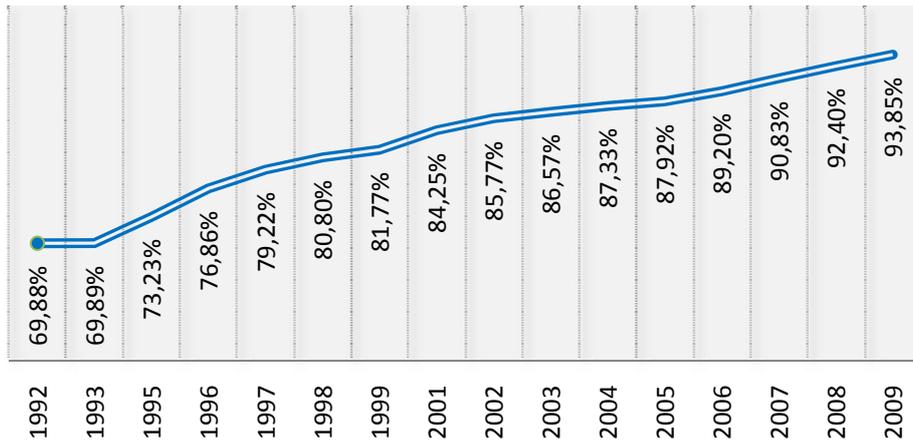
Bens de Consumo

Disponibilizamos uma série de acesso a diferentes bens de consumo que podem ser vistas a seguir. Acesso a máquina de lavar roupas foi o que mais cresceu entre 2003 e 2009 (32,61%, contra 8,41% da geladeira e 6,73% da televisão). Vale ressaltar que estes últimos já estão presentes em mais de 90% da população, sendo então o avanço superior a 6% bastante representativo.

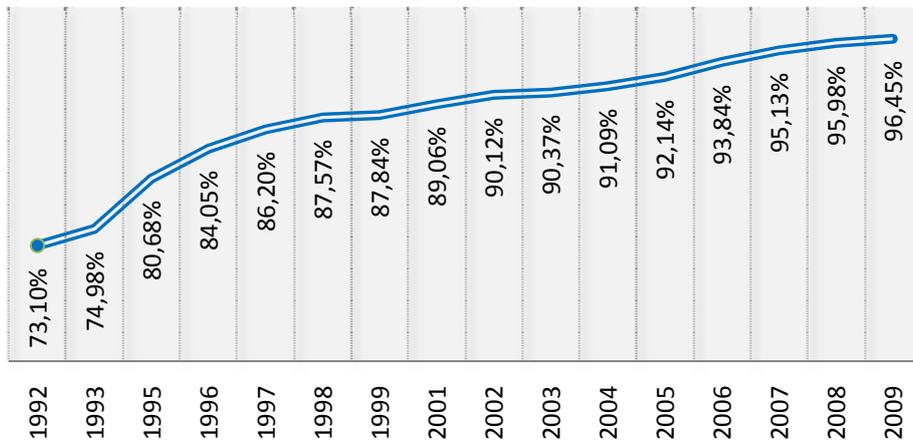
Máquina de Lavar Roupa - 1992 a 2009



Geladeira - 1992 a 2009

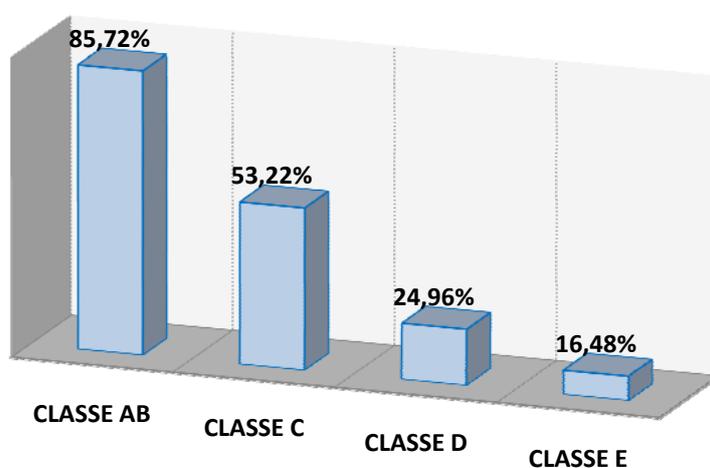


Televisão - 1992 a 2009

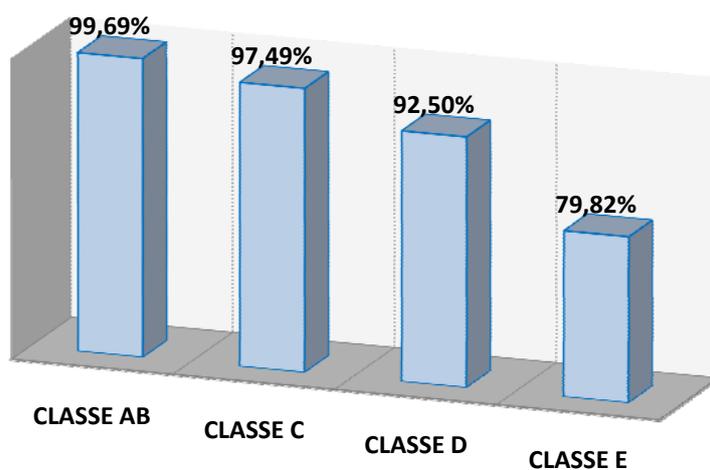


Em todos os itens, a proporção de acesso cresce conforme o nível de renda. Dentre eles, máquina de lavar roupa é o bem mais desigual com proporções de acesso são 85,72% e 16,48% para as classes AB e E, respectivamente. Apesar das altas taxas de acesso a geladeira, superior a 90% nas classes ABCD, ainda tem 20% de pessoas na classe E sem acesso a este bem. Televisão é o mais difundido atingindo mais de 90% da população em todas as faixas etárias, enquanto o freezer é o menos (atinge 35,91% da classe AB e 5,86% da classe C).

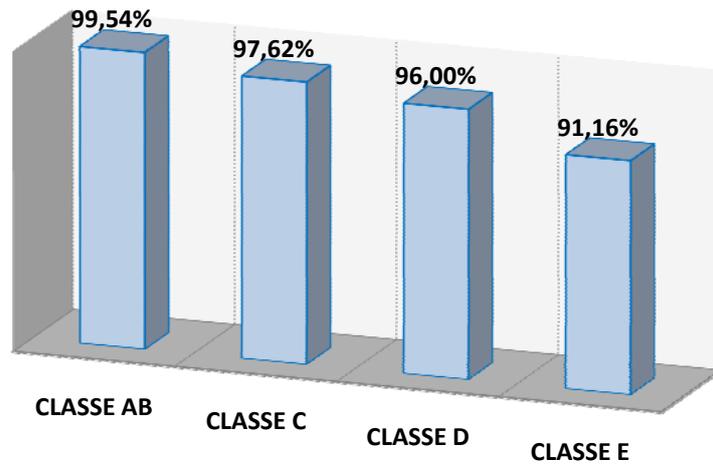
Máquina de Lavar Roupa - 2009



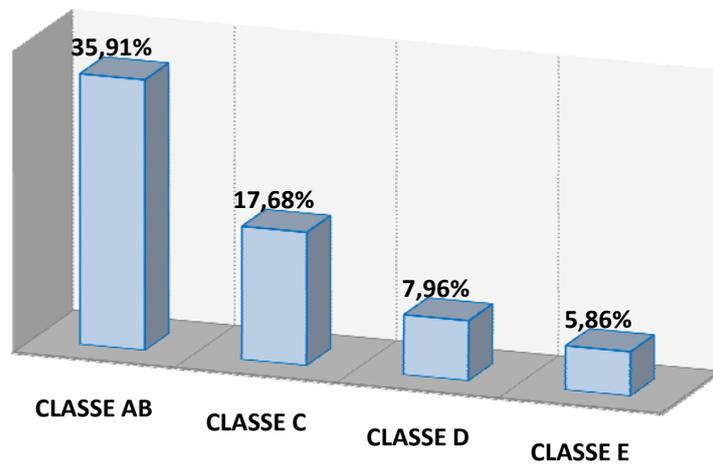
Geladeira - 2009



Televisão - 2009



Freezer - 2009

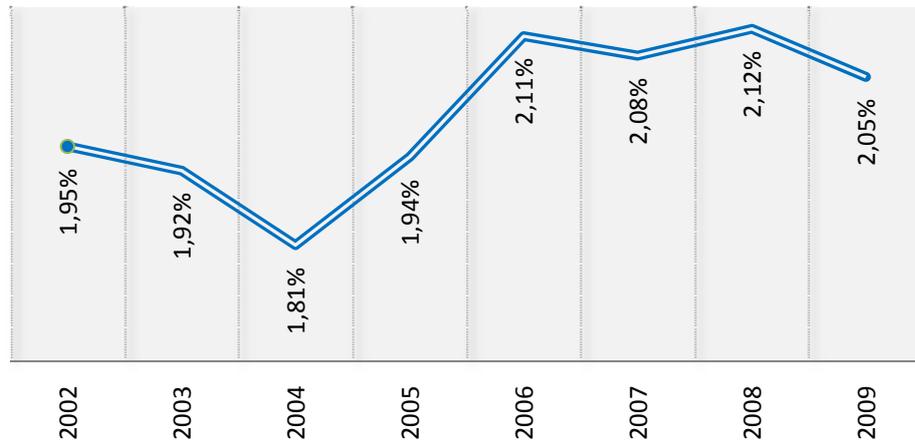


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Moradia

Em seguida avaliamos a quantidade de banheiros na propriedade. Com crescimento de quase 7%, na proporção de pessoas com mais de 3 banheiros em casa desde 2003, hoje, em 2009, cerca de 2,05% da população encontra-se nesse grupo.

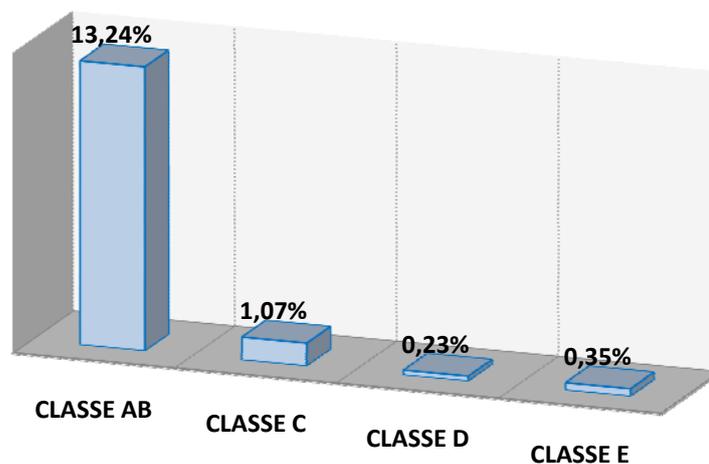
Mais de 3 Banheiros - 1992 a 2009



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Em estudos anteriores mostramos ser esta variável é um importante medidor de riqueza. Os dados da tabela abaixo mostram que em 2009, a proporção de pessoas que possui mais de 3 banheiros na classe AB é 13,24% (0,35% na classe E).

Mais de 3 Banheiros - 2009

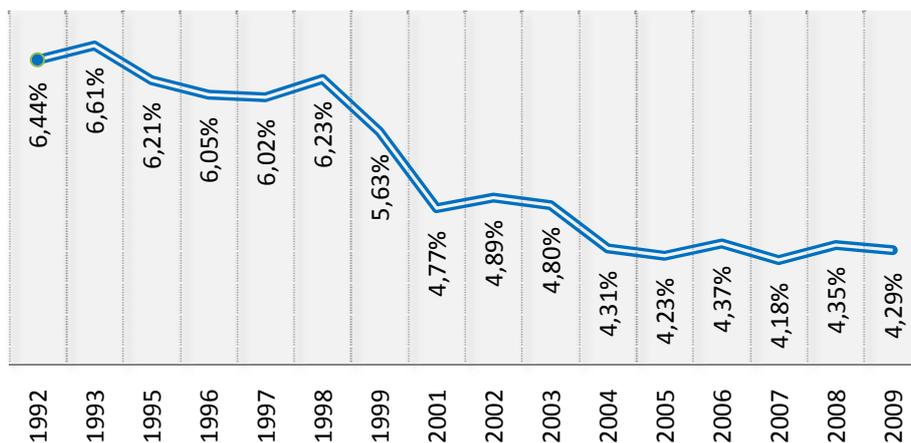


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Em termos de financiamento da moradia, observamos que a série se mantém mais ou menos estável desde 2004, com pequena queda se considerarmos a variação entre 2003 e 2009. Complementando esta análise, apresentamos a seguir tabela detalhada com diferentes tipos de condições de moradia. Em detalhe, o crescimento na

proporção de indivíduos que moram em casa alugada com valor acima da mediana, ou seja, alugueis mais caros (poderíamos interpretar como uma proxy da qualidade de moradia). Esse contingente cresce 89,8% desde 2003.

Casa Própria Financiada - 1992 a 2009



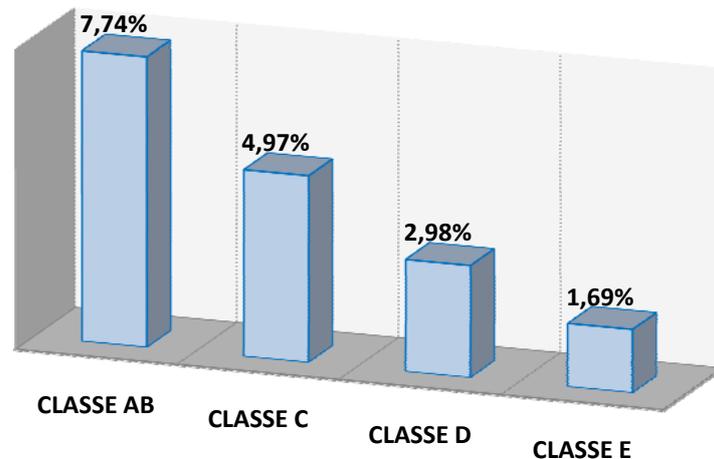
Evolução (%) da População por Condição de Moradia

| | 2003 | 2008 | 2009 |
|---------------------------|-------|-------|-------|
| Próprio – já pago | 70.62 | 71.27 | 70.58 |
| Próprio – ainda pagando | 4.80 | 4.35 | 4.29 |
| Aluguel abaixo da mediana | 8.70 | 7.17 | 6.80 |
| Aluguel acima da mediana | 4.73 | 8.19 | 8.98 |
| Cedido | 10.38 | 8.23 | 8.61 |
| Outra condição | 0.65 | 0.57 | 0.58 |

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Por estratos de renda, o acesso a financiamento de renda varia de 1,69% na classe E para 7,74% na AB.

Casa Própria Financiada - 2009



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Análise Multivariada - metodologia

A análise bivariada capta o papel exercido por cada atributo tomado isoladamente na demanda por seguro. Isto é, desconsideramos possíveis e prováveis inter-relações das "variáveis explicativas". Exemplificando: no cálculo de seguros por estados da federação desconsideramos o fato de que São Paulo é um lugar mais rico que a maioria, portanto deveriam ter mais acesso a seguro. A análise multivariada empreendida mais à frente procura dar conta dessas inter-relações através de regressões de diversas variáveis explicativas tomadas conjuntamente.

Visando proporcionar um experimento melhor controlado que a análise bivariada, o objetivo é captar o padrão de correlações parciais entre as variáveis de interesse e as variáveis explicativas. Em outras palavras, captamos as relações entre duas variáveis, mantendo as demais variáveis constantes. Essa análise é bastante útil na identificação de demandas reprimidas ou potenciais no sentido em que comparamos, por exemplo, quais as chances de uma pessoa de mais educação ter uma renda maior, sendo ela igual em todas as características ao da comparação.

Modelos de Escolha de Variáveis Explicativas

Começamos explorando a riqueza de informações relativas a posse e uso de ativos a partir da PNAD usando um modelo de seleção de variáveis de acordo com o nível de significância estatística para explicar a renda domiciliar per capita. Cabe notar que tanto no campo dos indicadores sociais tradicionais (i.e., pobreza e bem estar¹¹) assim como na definição de classes econômicas (i.e. E, D, C e AB) a família é a unidade básica de análise sob a hipótese de solidariedade dos seus membros que na sua totalidade repartem o provento auferido na linha do “um por todos e todos por um” dos Três Mosqueteiros de Alexandre Dumas. Outro ponto é o próprio uso da renda como

¹¹ Bem-estar como a medida de desigualdade derivada da medida de bem estar social usada.

unidade de referência para integrar as diferentes informações de acesso e uso de ativos produtivos ou de consumo. Na nossa visão quer gostemos ou não, renda é a variável mais usada em economia e se queremos ampliar a dimensão de análise é interessante partir do que já é feito na prática. Neste ponto cabe notar que falamos da soma das diversas fontes de renda reportadas pelas pessoas na PNAD e não da visão agregada de produção implícita no PIB¹².

Posteriormente, traçamos a partir desta seleção de variáveis as referentes ao produtor e ao consumidor com variáveis disponíveis na PNAD. O exercício funciona como parte do aprendizado para decidirmos o que importa na definição das classes e quanto importa cada um dos componentes estimados. A fim de determinar quais delas teriam maior poder explicativo e quais seriam mais relevantes, aplicando um procedimento de escolha seqüencial de variáveis que usa um modelo de equação minceriana de renda.

A lista de variáveis selecionadas para cada modelo (a partir de um teste F) é fornecida a seguir, em ordem crescente de importância, numa lista auto-explicativa de 31 grupos de variáveis, sendo as demais variáveis eliminadas não reportadas na tabela:

ORDEM DE ENTRADA NO MODELO

- 1 número de banheiros per capita
- 2 Telefone
- 3 educação do cônjuge
- 4 tipo de família
- 5 chefe contribui para previdência
- 6 máquina de lavar roupas
- 7 número de dormitórios per capita
- 8 educação do chefe
- 9 posição na ocupação do cônjuge
- 10 frequência escolar da criança (7 a 14 anos)
- 11 frequência escolar da criança (0 a 6 anos)
- 12 posição na ocupação do chefe
- 13 Computador
- 14 Geladeira
- 15 frequência escolar da criança (15 a 17 anos)
- 16 tipo de domicílio (próprio, financiamento e aluguel)
- 17 chefe sindicalizado
- 18 Freezer

¹² O relatório Stiglitz-Sen tornado público na última terça feira dia 15 de setembro defende que se use mais as informações de pesquisas domiciliares e menos a do PIB (per capita PPP) que domina as análises. Isto está descrito num Box deste relatório.

- 19 número de cômodos per capita
- 20 rede de esgoto
- 21 Rádio
- 22 número de banheiros
- 23 numero de moradores
- 24 Televisão
- 25 coleta de lixo
- 26 idade que o chefe começou a trabalhar
- 27 número de cômodos
- 28 participação da renda do trabalho
- 29 número de dormitórios

Inicialmente, cabe notar que propositalmente omitimos variáveis sociodemográficas e espaciais na explicação da renda per capita para depois podermos inferir qual é a renda equivalente de pessoas com diferentes características. Vale a pena ressaltar que as variável de número de banheiros per capita classe de renda foi a primeira a entrar no modelo preditivo de renda, seguida de acesso a telefonia móvel e celular bem antes de anos completos de estudo da pessoa de referência que entra em 8º lugar (subindo para 3º no caso de educação do cônjuge) que tipicamente tem o mais alto poder explicativo em pesquisas empíricas sobre desigualdade de renda e pobreza. Obviamente, não estamos estabelecendo relação de causalidade entre as diferentes variáveis de estoque e o fluxo de renda percebido, até porque a relação é bi-direcional. Na nossa interpretação é que identificaremos variáveis que são mais dependentes da renda do que geradoras da mesma. O exercício serve para balizar a estrutura do modelo de imputação de renda equivalente e de suas contrapartidas em termos de potencial de consumo e de capacidade de geração de renda. No mais a tabela é auto-explicativa.

Simulador de Rendas: Lado do Consumidor versus do Produtor

Ferramenta utilizada para simular a renda total da população, através da combinação de atributos individuais ligados ao consumidor e produtor. Para isso, selecione as suas características no formulário abaixo e clique em Simular.

Características do Consumidor

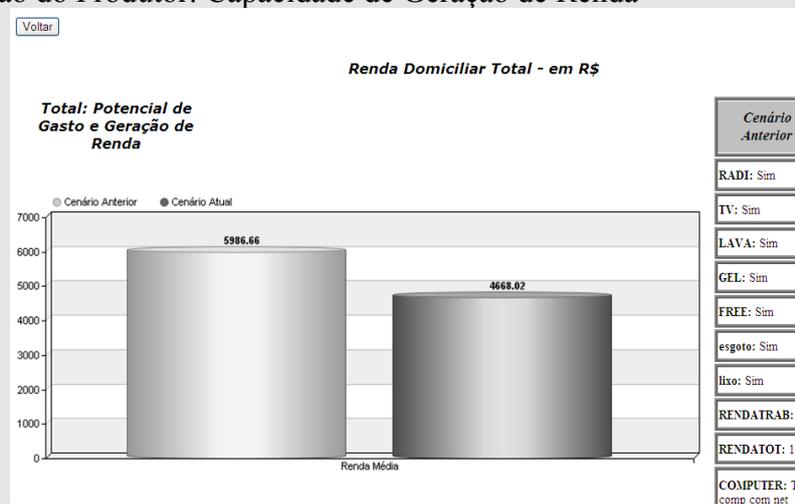
| | | | |
|----------------------|------------------|-----------------------|-------------------|
| Tem rádio | Sim | Condição de Moradia | Próprio (já pago) |
| Tem TV | Sim | Número de moradores | 4 |
| Tem máquina de lavar | Sim | Número de banheiros | 1 |
| Tem geladeira | Sim | Número de cômodos | 5 |
| Tem freezer | Sim | Número de dormitórios | 2 |
| Tem rede de esgoto | Sim | | |
| Tem coleta de lixo | Sim | | |
| Tipo de família | Casal sem filhos | | |

Características do Produtor

| | | | |
|--------------------------------------|------------------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Tem computador | Computador (com Internet) | Idade que o chefe começou a trabalhar | 25 a 29 anos |
| Tem telefone | Fixo e celular | Chefe sindicalizado | Sim |
| Contribuição previdenciária do chefe | Contribui para previdência pública e privada | Educação do chefe | 12 |
| Ocupação do chefe | Funcionário da iniciativa privada | Renda total familiar | 100 |
| Moradores até 6 anos | Não tem moradores até 6 anos no domicílio | Renda do trabalho familiar | 85 |
| Moradores de 7 a 14 anos | Não tem moradores de 7 a 14 anos no domicílio | Educação do Cônjuge | 8 a 11 anos |
| Moradores de 15 a 17 anos | Não tem moradores de 15 a 17 anos no domicílio | Ocupação do Cônjuge | Funcionário da iniciativa privada |

Os gráficos apresentados mostram a renda domiciliar total, na ordem:

- Total: Potencial de Gasto e Geração de Renda
- Visão do Consumidor: Potencial de Gasto
- Visão do Produtor: Capacidade de Geração de Renda



Uma das barras representa o Cenário Atual, com o resultado segundo as características selecionadas; a outra Cenário Anterior apresenta a simulação anterior.

http://www.fgv.br/ibrecps/cpc/SIM_PNAD_0208_RENDATOT/renda.htm

Note que na tabela acima não estamos falando da magnitude do coeficiente de cada categoria, mas do poder do conjunto de categorias de explicar renda. Quando olhamos a magnitude dos coeficientes extremos de cada variável, a renda equivalente de uma pessoa que more em domicílio com um banheiro para cada pessoas se dobrar (digamos dois banheiros para quatro pessoas ao invés de um banheiro) a renda sobe 27,5% em relação ao cenário anterior, enquanto uma pessoa que tem telefone fixo e móvel em casa, *ceteris paribus*, e uma pessoas que não tem nenhuma destas tecnologias de comunicação em casa é 38,5% mais alta. Na variável do cônjuge que se revelou mais significativa que a da pessoa de referência, cabe notar que ela encerra não só o impacto da educação, mas a própria composição de rendas familiares mais ou menos diversificada em cima de potenciais provedores. O mesmo não acontece com a variável educação da pessoa de referência, pois cada domicílio dispõe de pelo menos uma pessoa de referência. Um domicílio com cônjuge com pelo menos superior incompleto (12 anos ou mais de estudo) possui renda 28% maior do que um com cônjuge de nível de educação ignorado (a base na regressão (ie. O coeficiente zerado) que por sua vez tem uma renda 14% superior àqueles que não têm cônjuge.

Seguindo na ordem de relevância estatística do modelo de seleção de variáveis, temos uma variável de tipo de composição familiar onde uma família formada por um casal com todos os filhos menores de 14 anos possui uma renda per capita cerca de 30% menor que a de um casal sem filhos. A quinta variável com maior poder preditivo é aquela que capta a natureza da contribuição previdenciária pública e/ou privada do chefe do domicílio ou nenhuma das alternativas acima, leia-se chefes inativos ou desempregados onde a pessoa de referência que contribui para ambos os tipos de previdência tem uma renda familiar per capita cerca de 30% maior daqueles inativos e daqueles desempregados. As demais variáveis podem ser analisadas sob o mesmo prisma ou através do simulador descrito no Box mais abaixo.

Apresentamos no anexo uma exposição conceitual e aplicação prática de outra metodologia para definição de classe baseada em componentes principais, sem basear na renda das pessoas. Na essência, a análise de componentes principais reduz as variáveis observadas para um conjunto de variáveis artificiais, que é feito através do colapso de indicadores redundantes em novas variáveis que podem ser usadas em análise subseqüentes como previsoras numa regressão múltipla – ou em outro tipo de regressão. Tecnicamente, um componente principal pode ser identificado como uma combinação linear de variáveis otimamente pesadas. O primeiro componente extraído

numa análise de componente principal seria responsável por uma quantia máxima de total variância das variáveis observáveis. O segundo componente extraído responderia por uma variância máxima no conjunto de dados que não deriva do primeiro componente. Em condições ideais, isto quer dizer que o segundo componente estaria correlacionado com algumas das variáveis observadas que não mostram fortes relações com o primeiro componente.

O resultado final prático foram três componentes: o primeiro e mais significativo que pode ser interpretado como o do lado do consumidor - consumo composto de variáveis de bens de consumo (Lavadora, geladeira e freezer), e ao tamanho absoluto dos domicílios captado por número de cômodos e de banheiro. O vetor capta dois itens que alocamos como ligados também à produção como educação do chefe e do cônjuge e posse de bens ligados a tecnologias de informação e de comunicação como posse de telefonia fixa e móvel e de computador conectado a internet. O segundo vetor com mais relevância pode ser definido como aquele composto por algumas variáveis de qualidade do domicílio de moradia captada por números per capita de cômodos, dormitórios e banheiros, o número de moradores no domicílio e presença de adolescentes bem como de variáveis de qualidade de educação de filhos de 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos de idade bem como do tipo de estrutura familiar (Família de chefiada por mãe com filhos até 14 anos). Finalmente, o terceiro fator pode ser interpretado como o de geração efetiva de renda sendo composto da participação da renda do trabalho na renda total, o tipo de contribuição previdenciária (pública, privada etc.) e de posição na ocupação (empregado privado, conta-própria desempregado etc.) do chefe do domicílio,

Contribuição Marginal dos Estoques na Desigualdade de Fluxos

Exploramos a seguir a contribuição de cada variável de estoque sobre a variância da desigualdade de renda domiciliar per capita. Calculamos a contribuição marginal de cada variável no R^2 total da regressão tirando-as uma a uma da regressão completa e calculando a diferença relativa como a sua contribuição na margem para a desigualdade de renda:

Contribuição Marginal na Desigualdade de Renda

| | Sem a Variável Respectiva | | |
|------------------------------------------------------|---------------------------|--------------------|------------------------------------------|
| | R ² | dif R ² | dif R ² /R ² orig% |
| Todas as Variáveis (R ² original) | 0,6924 | - | |
| telefone | 0,6813 | 0,0111 | 1,60 |
| posição na ocupação do conjuge | 0,6825 | 0,0099 | 1,43 |
| freqüência escolar da criança (7 a 14 anos) | 0,6860 | 0,0064 | 0,92 |
| máquina de lavar roupas | 0,6868 | 0,0056 | 0,81 |
| educação do chefe | 0,6870 | 0,0054 | 0,78 |
| tipo de família | 0,6871 | 0,0053 | 0,77 |
| posição na ocupação do chefe | 0,6874 | 0,0050 | 0,72 |
| computador | 0,6876 | 0,0048 | 0,69 |
| freqüência escolar da criança (0 a 6 anos) | 0,6884 | 0,0040 | 0,58 |
| tipo de domicilio (próprio, financiamento e aluguel) | 0,6888 | 0,0036 | 0,52 |
| freqüência escolar da criança (15 a 17 anos) | 0,6890 | 0,0034 | 0,49 |
| geladeira | 0,6892 | 0,0032 | 0,46 |
| freezer | 0,6896 | 0,0028 | 0,40 |
| educação do conjuge | 0,6897 | 0,0027 | 0,39 |
| chefe contribui para previdência | 0,6898 | 0,0026 | 0,38 |
| chefe sindicalizado | 0,6916 | 0,0008 | 0,12 |
| número de banheiros per capita | 0,6919 | 0,0005 | 0,07 |
| número de dormitórios per capita | 0,6920 | 0,0004 | 0,06 |
| número de cômodos per capita | 0,6921 | 0,0003 | 0,04 |
| rede de esgoto | 0,6921 | 0,0003 | 0,04 |
| rádio | 0,6921 | 0,0003 | 0,04 |
| numero de moradores | 0,6922 | 0,0002 | 0,03 |
| televisão | 0,6922 | 0,0002 | 0,03 |
| idade que o chefe começou a trabalhar | 0,6923 | 0,0001 | 0,01 |
| número de cômodos | 0,6923 | 0,0001 | 0,01 |
| número de banheiros | 0,6923 | 0,0001 | 0,01 |
| coleta de lixo | 0,6923 | 0,0001 | 0,01 |
| número de dormitórios | 0,6924 | 0,0000 | 0,00 |
| participação da renda do trabalho | 0,6924 | 0,0000 | 0,00 |

Equação Minceriana

A equação minceriana de salários serve de base a uma vasta literatura empírica de economia do trabalho. O modelo salarial de Jacob Mincer (1974) é o arcabouço utilizado para estimar retornos da educação, entre outras variáveis determinantes do salário. Mincer concebeu uma equação para rendimentos que seria dependente de fatores explicativos associados à escolaridade e à experiência, além de possivelmente outros atributos, como sexo, por exemplo.

Essa equação é a base da economia do trabalho em particular no que tange aos efeitos da educação. Sua estimação já motivou centenas de estudos, que tentam incorporar diferentes custos educacionais, como impostos, mensalidades, custos de oportunidades, material didático, assim como a incerteza e a expectativa dos agentes presentes nas decisões, o progresso tecnológico, não-linearidades na escolaridade etc. Identificando os custos da educação e os rendimentos do trabalho, viabilizou o cálculo da taxa interna de retorno da educação, que é a taxa de desconto que equaliza o custo e o ganho esperado de se investir em educação -- a taxa de retorno da educação, que deve ser comparada com a taxa de juros de mercado para determinar a quantidade ótima de investimento em capital humano. A equação de Mincer também é usada para analisar a relação entre crescimento e nível de escolaridade de uma sociedade, além dos determinantes da desigualdade.

O modelo econométrico de regressão típico decorrente da equação minceriana é:

$$\ln w = \beta_0 + \beta_1 \text{educ} + \beta_2 \text{exp} + \beta_3 \text{exp}^2 + \gamma' x + \epsilon$$

onde

w é o salário recebido pelo indivíduo;

educ é a sua escolaridade, geralmente medida por anos de estudo;

exp é sua experiência, geralmente aproximada pelo idade do indivíduo;

x é um vetor de características observáveis do indivíduo, como raça, gênero, região; e

ϵ é um erro estocástico.

Este é um modelo de regressão no formato log-nível, isto é, a variável dependente - o salário - está em formato logaritmo e a variável independente mais relevante - a escolaridade - está em nível. Portanto, o coeficiente β_1 mede quanto um ano a mais de escolaridade causa de variação proporcional no salário do indivíduo. Por exemplo, se β_1 é estimado em 0,18, isso quer dizer que cada ano a mais de estudo está relacionado, em média, com um aumento de salário de 18%.

Matematicamente, tem-se que:

Derivando, encontramos que $(\partial \ln w / \partial \text{educ}) = \beta_1$

Por outro lado, pela regra da cadeia, tem-se que:

$$(\partial \ln w / \partial \text{educ}) = (\partial w / \partial \text{educ}) (1 / w) = (\partial w / \partial \text{educ}) / w$$

Logo, $\beta_1 = (\partial w / \partial \text{educ}) / w$, correspondendo, portanto, à variação percentual do salário decorrente de cada acréscimo unitário de ano de estudo.

Capítulo 9 - Crônica de uma Crise Anunciada

Parte I: Crônica da Crise e Composição de Classes

Findo 2009, a pobreza, a nova classe média e seus determinantes desigualdade e média de renda se recuperaram da ressaca de janeiro, voltando ao pico pré-crise

A classe ABC estava em dezembro de 2009 no recorde histórico, apesar de seus componentes não estarem individualmente no ápice.

A diferença da classe ABC é ínfima 0,1% frente ao segundo melhor ponto da série, de dezembro de 2008.

Tsunami ou marolinha?, Eis a questão que muitos se perguntaram nos meses posteriores a setembro de 2008 acerca dos impactos da crise deflagrada pelo *debacle* financeiro internacional. . Afinal, qual foi o impacto da crise no bolso dos brasileiros? Qual é o balanço completo do ano da crise começado na PNAD de setembro de 2008 até a seguinte de setembro de 2009, recém disponibilizada, dos indicadores sociais baseados em renda? Como a pobreza e a desigualdade se recuperaram da ressaca de janeiro de 2009? E a nova classe média brasileira continuou crescendo, estagnou ou submergiu durante a crise? Quem perdeu mais com a crise?

Apresentamos aqui breve síntese de uma série de pesquisas intitulada "crônica de uma crise anunciada" que monitora os efeitos da turbulência externa através dos microdados da PME/IBGE para as seis principais regiões metropolitanas brasileiras. O capítulo inicial que deu origem à série evidenciou que até dezembro de 2008 não havia sinal de retrocesso em nossas séries sociais. A segunda crônica ilustrou o período crítico da crise: a ressaca de janeiro de 2009 quando a crise chegou com força, erodindo parte dos ganhos sociais passados. Estudos posteriores mostraram mais do mesmo até agosto: tendência a recuperação da maioria dos indicadores sociais. Mas findo o calendário gregoriano de 2009, o ano da crise, onde de fato paramos? Fazemos aqui um balanço completo da evolução dos indicadores sociais para o imediato pós-crise ano de 2009. A presente sessão resume uma série de estudos conjunturais iniciados um ano atrás sobre os impactos da crise no bolso dos brasileiros. Cobrimos neste trajeto a composição de

classes econômicas e seus determinantes próximos como o crescimento da média e da desigualdade de renda.

O capítulo inicial que deu origem a série de pesquisas “crônica de uma crise anunciada” evidenciou que passados três meses pelo menos até dezembro de 2008 não havia sinal de crise em nossas séries de distribuição de renda, pobreza, da composição de classes sociais e da mobilidade entre. Havia apenas uma pequena reversão na série de crescimento das classes AB que era a que mais crescia até então. A segunda crônica ilustrou o período crítico da crise: janeiro de 2008 quando a crise chegou com força em todas as principais séries sociais, erodindo como uma ressaca parte dos ganhos passados. Os demais estudos conjunturais posteriores em geral vinculados a outro tema ligado a nova classe média brasileira mostram mais do mesmo no nosso núcleo de indicadores sociais baseados em renda: uma recomposição gradual dos efeitos da ressaca de janeiro de 2008. Neste trajeto observamos gradual recuperação ao longo do ano até que em dezembro de 2009 nos encontramos num nível muito próximo daqueles observados em dezembro de 2008. Esta revolução de 360 graus que volta ao ponto inicial é o que os dados até o final do ano de 2009 sugerem como melhor interpretação ao ocorrido em 2009.

Começamos pela composição da sociedade brasileira em termos de classes econômicas. Mesmo pessoas da classe AB, em famílias com rendas superiores a 4.800 reais por mês, que tinham perdido mais com a crise (-2,7% só em janeiro, tendo iniciado sua perda já em setembro de 2008 após atingir o seu ápice histórico em agosto de 2008), estão hoje 2% acima dos níveis de um ano atrás. A Classe C, imediatamente abaixo da anterior (renda domiciliar entre R\$ 1115 e R\$ 4808), por sua vez, não tinha sido atingida até a ressaca de janeiro de 2009. A classe C estava em dezembro de 2009 no segundo ponto mais alto das séries mensais saldo de -0,4% em relação a dezembro de 2008, atingindo o pico Curiosamente, a soma das classes ABC se encontra no recorde histórico em dezembro de 2009, apesar de seus componentes não estarem individualmente em seu ápice. Entretanto, a diferença é ínfima: 0,1% frente ao segundo melhor ponto da série de dezembro de 2008.

Se a manutenção do *status quo* da distribuição de renda nas principais áreas metropolitanas em dezembro pode ser considerada um bom resultado em época de crise, por outro lado, ela esconde uma parada súbita da melhora prévia dos indicadores: de dezembro de 2003 a dezembro de 2008 ainda pela PME, a Classe AB cresceu 43,8%, a classe C subiu 25,2% e a conjunção delas - ou seja, a classe ABC - subiu 28,9%. Houve

estagnação entre dezembro de 2009 em relação a dezembro de 2008 e forte expansão em relação ao início do ciclo expansivo em dezembro de 2003.

Olhamos agora para o outro extremo das classes econômicas, a classe E, que em nossa metodologia equivale aos pobres, com renda familiar total de até 804 reais. A proporção de pobres caiu 41% entre dezembro de 2003 e 2008, caindo 1,5% na comparação do último ponto com dezembro de 2009. Mais uma vez, o aumento da taxa de pobreza de 6,7%, observado na passagem de 2008 para 2009, foi revertido ao longo de 2009, resultando em uma queda de -1,5% que talvez constitua o melhor resultado positivo neste cenário de pontos equivalentes de dezembro dos dois últimos anos.

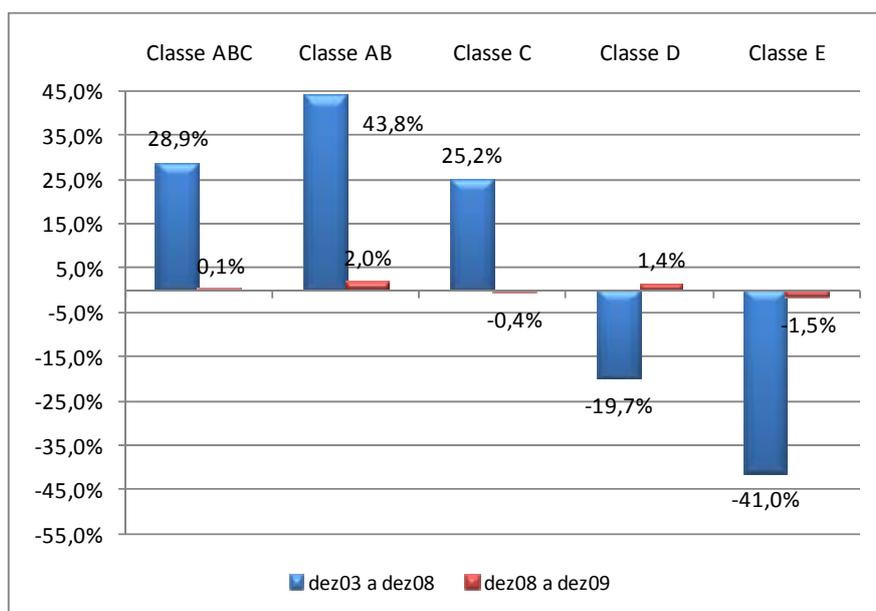
As mudanças ocorridas devem-se às mudanças na média e na desigualdade de renda *per capita*. A desigualdade medida pelo índice de Gini, que se encontrava no seu valor mínimo em dezembro de 2008 (0,5778), recupera-se da deterioração observada em janeiro de 2009 (quando sobe 2,5%) com quedas na direção contrária, atingindo em dezembro de 2009 praticamente o mesmo valor de um ano antes (0,5779). Em termos da renda média, a taxa de crescimento acumulada no período de dezembro de 2003 a dezembro de 2009 de renda *per capita* (portanto já descontando o crescimento populacional) foi de 36,3%, ou seja, 5,3% ao ano. Se isolarmos em dois momentos distintos, sendo o primeiro até dezembro de 2008, observamos que a taxa acumulada de crescimento da renda é pouco superior (36,8%). Ou seja, entre dezembro de 2008 e dezembro de 2009, observamos uma ligeira redução de -0,4%, mais uma vez próxima da constância do último ano, configurando uma parada súbita dos avanços anteriores, mas não retrocessos.

Preferimos centrar a análise em dezembro de cada ano para evitar a operação de “efeito *carry-over*”, implícito em médias anuais obscurecendo o tempo das mudanças. Observamos em todas as séries mais do mesmo: empate com muitos gols ao longo de 2009, com fortes perdas em janeiro e recuperação a partir de fevereiro. Dezembro de 2009 e de 2008, independentemente da operação de efeitos sazonais, são os picos das séries, como cristas de ondas.

Dezembro de 2009 também constituiu um indicativo mais atual do estado das coisas. Seguindo nesta linha, abrimos a última pesquisa mensal em ondas semanais até a última semana de dezembro de 2009, onde centramos nossa análise como indicador antecedente de curto prazo. Na última semana do ano, 17,74% da população estava na classe E e 67,7% na ABC, sugerindo viés de piora em relação à totalidade do mês de dezembro de 2009, o que talvez reflita o efeito observado em outras séries. Em

dezembro, observamos pelo Caged a destruição de 416 mil postos de trabalho, queda acima do ajuste normal do mês, interrompendo a recuperação de agosto a novembro, retomada depois em janeiro, quando quebramos os recordes dos respectivos meses da série. O saldo líquido de 995 mil novos postos de trabalho no final do ano 2009 é um resultado razoável no contexto da crise internacional, quando a maioria dos países destruiu postos de trabalho. Há uma retomada da tendência social ascendente, mas o balanço das séries ainda não são águas passadas.

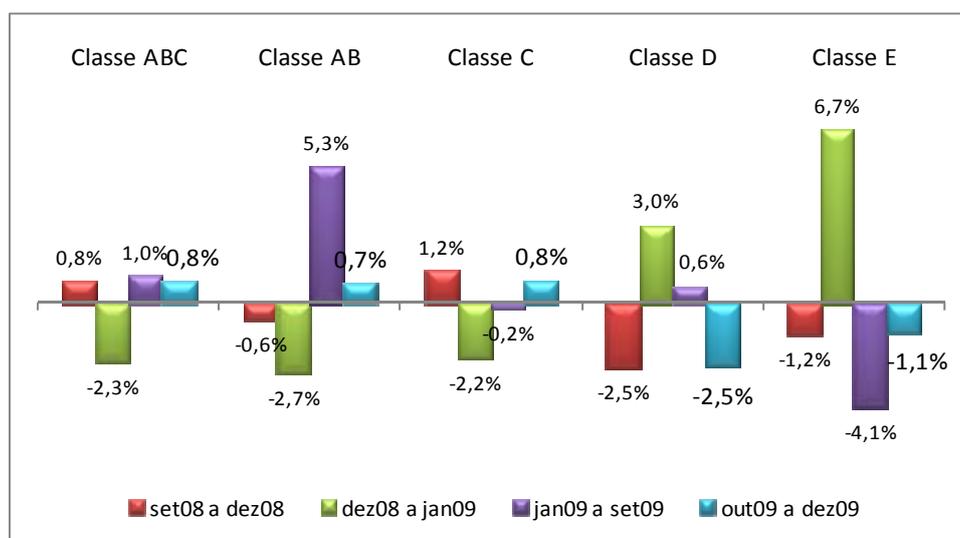
Variação das Classes Econômicas Pré versus Pós-Crise



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Em seguida, abrimos o período pós-crise em variações. No imediato pós-turbulência, leia-se de setembro a dezembro de 2008 não observamos mudança qualitativa deste quadro a não ser pela pequena redução acumulada de -0,6% da classe AB (que representou uma parada súbita, pois, como vimos anteriormente, a classe vinha crescendo acima das demais). Houve manutenção na dinâmica das demais classes: a classe C seguiu crescendo, agora a 1,2% no período, e as classes D e E mantendo a tendência de queda, -2,5% e -1,2%, respectivamente.

Varição das Classes Econômicas no Pós-Crise



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

No mês seguinte (em janeiro), observamos forte reversão da tendência anterior, com retração dos estratos mais altos: a classe AB cai -2,74% e a classe C - que vinha, não só se mantendo incólume da queda, como crescendo, cai -2,2%. Apenas em janeiro, cerca de 760 mil pessoas das classes AB e C de volta às classes D e E. Em contrapartida, as classes D e E sobem 3,03% e 6,73% em um mês. Ou seja, todas as tendências observadas se invertem como se ricocheteassem num objeto sólido. Janeiro aparece como o ponto crítico do ponto de vista de transição na composição das classes econômicas. A crise começa nas bolsas lá fora, e aqui no país chega no primeiro mês do ano ao bolso do cidadão comum.

Em seguida, de janeiro a setembro de 2009, observamos uma reversão desses resultados anteriores, seguido pelos meses de outubro a dezembro de 2008, onde temos um perfil semelhante ao primeiro período analisado (à exceção do ligeiro aumento da classe AB, que confronta com a queda branda no início).

O resultado líquido é: apesar do acontecido na virada do ano, a tendência acumulada do pós-crise com deslocamento das pessoas dos estratos mais baixos para os mais altos, resulta num panorama de constância, que remete a índices com patamares semelhantes aos do pré-crise.

PME e a Evolução Recente das Condições de Vida

A tradição entre as instituições de pesquisa como o IBGE é usar os dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) em níveis individuais, e não em níveis domiciliares. Tipicamente, processando indicadores como taxa de desemprego, formalidade e a renda média do trabalho dos ocupados. Entretanto, a PME é uma pesquisa domiciliar comparável à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e pode ser usada como tal. Esse ponto merece destaque, pois a avaliação das condições socioeconômicas deve levar em conta o processo de repartição de recursos no bojo dos domicílios. Por exemplo, o fato de a renda do trabalhador adulto poder beneficiar outros membros de sua família, como as crianças. Ou ser beneficiado pela renda do cônjuge o que oferece um seguro social de natureza familiar. Nesse sentido, o conceito mais adequado para auferir o nível de pobreza seria a renda domiciliar *per capita* dos indivíduos, que corresponde à soma da renda de todas as pessoas dos domicílios dividida pelo número total de moradores. Similarmente, quando queremos quantificar a extensão da chamada classe média para, por exemplo, avaliar o poder de compra de bens familiares, tais como a casa própria, o conceito adequado é a renda total auferida por todos os membros do domicílio. Ambos os conceitos resumem uma série de fatores operantes sobre os membros da família, tais como os níveis de ocupação e de rendimento, auferidos de maneira formal ou informal, mas cujos efeitos sejam rateados ou agregados pelo número total de moradores.

A questão central aqui ensejada é como melhorar o monitoramento das condições de vida da nossa população. Como avaliar o desempenho social e econômico dispondo apenas dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), cujo conhecimento fica, em média, 18 meses defasados em relação dos instantes mensurados? Por exemplo, hoje estamos há 22 meses desde a última fotografia nacional tirada a partir da Pnad. A Pnad foi a campo na primeira semana de outubro de 2008 e irá se tornar conhecida apenas em setembro de 2009 quando os efeitos da crise estarão no seu auge e a colheita de dados será de tempos de bonança. O aumento de velocidade é um requisito necessário para poder traçar um sistema de acompanhamento e avaliação de metas sociais operativo. Isto inclui tanto sistemas gerenciais feitos no âmbito das administrações públicas, como o acompanhamento das flutuações da renda apropriada por diferentes segmentos da sociedade. Do ponto de vista das empresas privadas que querem se adequar às flutuações do ciclo de negócios para ajustar a sua produção e para nichar a sua demanda, a urgência requerida não é menor. Função destas necessidades propomos lançar mão do processamento dos microdados da PME, que, graças a sua agilidade, nos permite diminuir a defasagem de um ano e meio da PNAD para pouco mais de um mês e meio aqui (NERI; CONSIDERA, 1996).

Capítulo 10 – Conclusão

“Equidade com crescimento segue em alta: nos 12 meses até julho de 2010, a pobreza caiu 11,3%, a classe C cresceu 3,4% e a classe AB 13%;.”

A economia brasileira cresce desde o fim da recessão de 2003. De 2003 a 2009, o crescimento do PIB per capita foi em média de 2,88% ao ano, sendo superado em 1,83 pontos percentuais ao ano pela renda PNAD em 4,71% ao ano, a perspectiva aqui seguida. Na China e na Índia ocorreu o oposto, o PIB cresceu mais que a renda das pesquisas domiciliares. O tamanho da goleada de crescimento sofrida pelo Brasil frente a outros Brics depende do tipo de placar. A desigualdade de renda no Brasil vem caindo ano a ano desde 2001 a 2009: a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 1,49% ao ano, enquanto a renda dos 10% mais pobres cresceu a notável taxa de 6.79% por ano, incluindo a piora em 2009. Nos demais BRICs a desigualdade embora mais baixa, seguiu subindo.

Como consequência deste crescimento inclusivo, o número de pobres que era 49 milhões de pessoas (classe E) em 2003, caiu para 20,5 milhões de pessoas em 2009, chegando a 28,8 milhões de pobres. A taxa de pobreza caiu de 16,02% para 15,32% entre 2008 e 2009, uma queda de 4,32% em pleno ano de crise. Olhando mais para cima na distribuição, 29 milhões ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média (Classe C) entre 2003 e 2009, sendo 3,2 milhões no imediato pós-crise. Nas soma das classes ABC, 35,7 milhões foram adicionados entre 2003 e 2009, sendo 3,7 milhões no ano da crise. Isso significa que, desde 2003 mais de meia população do Reino Unido foi incorporada às classes ABC.

Os números acima ensejam duas reflexões, uma política e outra econômica. Os 94,9 milhões de brasileiros que estão na Classe C correspondem a 50,5% da população. Isto significa que a nova classe média brasileira não só inclui o eleitor mediano, aquele que decide o segundo turno de uma eleição, mas ela poderia sozinha decidir um pleito majoritário. A classe C é também dominante do ponto de vista econômico, pois concentra mais 46,2% do poder de compra dos brasileiros em 2009 (45,7% em 2008) superando as classes AB estas com 44,1% do total de poder de compra. As classes D e E tem hoje 9,7% do poder de compra caindo dos 19,8% logo antes do plano Real.

Mas como foram os detalhes da dinâmica do bolso do brasileiro no período pós-crise internacional? Os ganhos de renda do trabalho familiares para as seis principais

regiões metropolitanas do Brasil mostram que em janeiro de 2009, a crise atingiu os bolsos brasileiros de forma intensa, causando um aumento de 6,8% na pobreza apenas nesse mês. No entanto, desde fevereiro de 2009, o Brasil livrou-se da crise e recuperou seu ritmo de crescimento pré-crise. Se formos além do último valor disponível da PNAD e mesmo do PIB, o Brasil está, agora, superando seu período de ouro anterior: nos 12 meses terminando em julho de 2010, a pobreza caiu 11,3% e a nova classe média cresceu 3,4% e a classe AB 13%. Isto porque a renda está crescendo 25% a mais e a desigualdade 50% a mais que no período de ouro de 2003 a 2008.

Agora quão sustentável é o recente padrão de crescimento inclusivo tupiniquim? Primeiro, o crescimento robusto do emprego formal, duplicado desde 2004, é o principal símbolo do surgimento da classe média brasileira. Apesar da ausência de qualquer reforma trabalhista e previdenciária significativa do governo, o Caged mostra que nos sete primeiros meses de 2010 o Brasil gerou 1,95 milhões de postos de trabalho formais superando qualquer ano completo da série. Dados os custos de contratação e demissão de trabalhadores anormalmente elevados na legislação do Brasil, sugere que as expectativas empresariais positivas. Da mesma forma, as evoluções do nível de desigualdade e de anos de escolaridade indicam a colheita de melhoria continuada no futuro. Aumentos nos anos de escolaridade no período 2003-09 são responsáveis por 65,3% do expressivo crescimento de 7,95% ao ano da renda per capita média dos 20% mais pobres no país, correspondendo no extremo oposto da distribuição de renda a 24% do aumento de 3,66% dos 20% mais ricos.

Àqueles que prevêem o final do ciclo de crescimento com redução de desigualdade, vale lembrar a continuidade desse movimento no Brasil durante a crise e que os 12 últimos meses apresentam aceleração desta tendência mesmo em relação ao período de ouro embora ganhando impulso devido à proximidade das eleições. O Brasil ainda enfrenta muitos obstáculos, incluindo baixas taxas de poupança, um emaranhado de obstáculos regulatórios e em especial um sistema de ensino fraco. Mas para as perspectivas de crescimento inclusivo futuro, o que importa não é o nível absoluto desses fatores, mas como eles evoluem no tempo. Há continuidade da melhora da quantidade educacional com metas futuras de qualidade que podem ser acompanhadas por escola com a novidade de que a educação passa a figurar no pódio de prioridades do brasileiro, segundo Ibope e agora o Datafolha, deixando margem a algum otimismo condicional. O Brasil pode saltar econômica e socialmente, se escolher o norte de sua fronteira de possibilidades.

Bibliografia

BACHA, E. L., AND TAYLOR, L. **Brazilian income distribution in the 1960s: Tacts' model results and the controversy.** *Journal of Development Studies*, Vol. <http://www.informaworld.com/smpp/title~content=t713395137~db=all~tab=issueslist~branches=14-v1414>, Issue 3, pages 271 – 297, 1978

BANERJEE, ABHIJIT V. AND DUFLO, ESTHER. **What is middle class about the middle classes around the world?**, mimeo, MIT December 2007.

BARROS, R.P. de; MENDONÇA, R. **A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960.** Rio de Janeiro: IPEA, 1992. (Texto para discussão, nº. 286).

BARROS, R.P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In: HENRIQUES, R. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P. Foguel, M. N. ULYSSEA G. (Orgs.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente.** Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane; NERI, Marcelo C. **The duration of poverty spells.** In: III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ENABET, Anais..., 1996.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane; NERI, Marcelo C. **Pobreza e inflação no Brasil: uma análise agregada.** In: Economia Brasileira em Perspectiva 1996, Rio de Janeiro: IPEA, 1996, v.2, p.401-420.

BIRDSALL, NANCY, CAROL GRAHAM, AND STEFANO PETTINATO “**Stuck In Tunnel: Is Globalization Mudding The Middle Class?**” Brookings Institution, Center on Social and Economic Dynamics WP No. 14, 2000.

BOOT, H. M. (1999) “**Real Incomes of the British Middle Class, 1760-1850: The Experience of Clerks at the East India Company**”, *The Economic History Review*, 52(4), 638-668.

BONELLI, R.P. de; SEDLACEK, G.L. Distribuição de renda: evolução no último quarto de século. In: SEDLACEK, G.L.; BARROS, R.P. de. **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea.** Rio de Janeiro: IPEA, 1989. (Série Monográfica 35).

CARDOSO, E.; BARROS, R.; URANI, A. Inflation and unemployment as determinants of inequality in Brazil: the 1980s, Chapter 5. In: DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Eds.), **Reform, recovery and growth: Latin America and the Middle-East**, Chicago: University of Chicago Press for the NBER, 1995.

DOEPKE, M. AND F. ZILIBOTTI (2005) ”**Social Class and the Spirit of Capitalism**”, *Journal of the European Economic Association* 3, 516-24.

DOEPKE, M AND F. ZILIBOTTI (2007) ”**Occupational Choice and the Spirit of Capitalism**”, NBER Working Paper.

ESTERLY, WILLIAM (2001) “**The Middle Class Consensus and Economic Development**”, *Journal of Economic Growth*, 6(4), 317-335.

FERREIRA, F.; LANJOUW, P.; NERI, M. **A Robust poverty profile for Brazil using multiple data sources**. *Revista Brasileira de Economia* 57 (1), p. 59-92, 2003.

FISHLOW, A. (1972): “**Brazilian Size Distribution of Income**”, American Economic Association: Papers and Proceedings 1972, pp.391-402

FREDERICK, JIM (2002) “**Thriving in the Middle Kingdom**”, TIME Magazine, Nov 11.

GASPARINI, L. **Different lives: inequality in Latin America the Caribbean, inequality the state in Latin America the Caribbean** World Bank LAC Flagship Report 2003. Washington, D.C.: World Bank, 2003. Mimeografado.

GOLDMAN SACHS - WILSON, DOMINIC AND DRAGUSANU, RALUCA “**The Expanding Middle: The Exploding World Middle Class and Falling Global Inequality**” - Goldman Sachs Economic Research/Global Economics Paper nº 170, July 2008

HOFFMAN, R. **A evolução da distribuição de renda no Brasil, entre pessoas e entre famílias, 1979/86**. In: SEDLACEK, G.; BARROS R.P. de. Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea. Rio de Janeiro: IPEA/Inpes, 1989.

HOFFMANN, R. **As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade**, *Econômica* 7, no.2, 335-341: Rio de Janeiro, Brazil, 2005.

IPEA. **Sobre a queda recente da desigualdade no Brasil**, 2006. (Nota técnica).

KAKWANI, N., SON, H. **Measuring the Impact of price changes on poverty**. International Poverty Centre, Brasília, 2006. (Working paper # 33).

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Linkages between pro-poor growth, social programmes labour market: the recent brazilian experience**. International Poverty Centre, Brasília, 2006a. (Working paper # 26).

_____. **Desigualdade e Crescimento: Ingredientes Trabalhistas em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulysea (orgs), Rio de Janeiro, 2007. vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/propobre/>

LA FONTAINE. **A cigarra e a formiga**

LANDES, DAVID. **The Wealth and Poverty of Nations**, New York: Norton, 1998.

LANGONI, C. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 3ª edição 2005, 1973

MURPHY, KEVIN M., ANDREI SCHLEIFER AND ROBERT VISHNY (1989) “**Industrialization and the Big Push**”, *Journal of Political Economy*, 97(5), 1003-1026.

NERI, M. C. **Diferentes histórias em diferentes cidades**. In: REIS VELLOSO, J.P.; CAVALCANTI, R. (Eds.). **Soluções para a questão do emprego**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2000.

_____. **Eleições e “Expansões”**, mimeo, vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/pp2/>, 2006a. (also available in English)

_____. **Miséria em queda: mensuração, monitoramento e metas**. mimeo Rio de Janeiro: FGV, vide: http://www3.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/inicio_q.htm . 2005.

_____. **Miséria, desigualdade e políticas de rendas: o Real do Lula**, mimeo, Rio de Janeiro: FGV, 2007. (also available in English)

_____. **Miséria, desigualdade e estabilidade** in Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007a. see: <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site_ret_port/> (also available in English)

_____. **A Nova Classe Média**, mimeo, Rio de Janeiro: FGV, 2008a. see: http://www.fgv.br/cps/classe_media/ (also available in English)

_____. **Miséria, e a nova classe média na década da igualdade**, mimeo, Rio de Janeiro: FGV, 2008b. see: <http://www.fgv.br/cps/desigualdade/> (also available in English)

_____. **Miséria, desigualdade e estabilidade** in Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007a. see: <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site_ret_port/>

_____. **A Dinâmica da Redistribuição Trabalhista** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007b.

_____. (org.) **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAMIGO**”, Editora da Fundação Getulio Vargas, 370pag, Rio de Janeiro, 2008

_____. **O reajuste do salário mínimo de maio de 1995**. In: XIX ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SBE, Recife. **Anais...** dez. 1997, v. 2, p. 645-666.

NERI, M. C. e CAMARGO, J. Distributive effects of Brazilian structural reforms. In: BAUMANN, R. (Ed.). **Brazil in the 1990s: a decade in transition**, Palgrave. Macmillan's Global Academic Publishing, UK, 2001.

NERI, M. C.; CONSIDERA, Cláudio; PINTO, Alexandre. A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90. In: **Revista Economia Aplicada**, Ano 3, v. 3, p.384-406, jul.-set. 1999.

NERI, M. C. e CONSIDERA, Cláudio. Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. In: **Economia Brasileira em Perspectiva 1996**, Rio de Janeiro: IPEA, 1996, v.1, p. 49-82.

NERI, M. C.; e GIOVANNI F, **Negócios bancários, garantias e acesso a crédito** in Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp 643-669, setembro-dezembro 2005.

RAMOS, Lauro; BRITO, M. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. **Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise**, Rio de Janeiro: IPEA, nº 22, p. 31-47, nov. 2003.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SOARES, S. “Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004.” *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 83-115. Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. A Classe Média Brasileira: Ambições, Valores e Projetos de Sociedade. Editora: Campus/Elsevier, 2010

STIGLITZ, J.; SEN, A e FITOSSI, **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2009. September, 2009
http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf

Apêndice I: Exercícios Multivariados.

Apresentamos a seguir modelo completo estimado de equação de renda. Incluímos variáveis de consumo e produção, assim como informações sócio-demográficas e espaciais.

Equação de Renda Domiciliar per Capita Brasil - 2009

| Analysis Of Parameter Estimates | | | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----|----------|----------------|----------------------------|--------|------------|------------|
| Parameter | | DF | Estimate | Standard Error | Wald 95% Confidence Limits | | Chi-Square | Pr > ChiSq |
| Intercept | | 1 | 4.5097 | 0.0553 | 4.4013 | 4.6182 | 6645.01 | <.0001 |
| RADI | Sim | 1 | 0.0576 | 0.0031 | 0.0515 | 0.0636 | 351.09 | <.0001 |
| RADI | ZZZNão | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| TV | Sim | 1 | 0.0154 | 0.0059 | 0.0038 | 0.0270 | 6.78 | 0.0092 |
| TV | ZZZNão | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| LAVA | Sim | 1 | 0.1986 | 0.0024 | 0.1940 | 0.2032 | 7066.06 | <.0001 |
| LAVA | ZZZNão | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| GEL | Sim | 1 | 0.2323 | 0.0046 | 0.2233 | 0.2413 | 2577.31 | <.0001 |
| GEL | ZZZNão | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| FREE | Sim | 1 | 0.1694 | 0.0028 | 0.1638 | 0.1749 | 3580.91 | <.0001 |
| FREE | ZZZNão | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| esgoto | Sim | 1 | 0.0412 | 0.0021 | 0.0370 | 0.0453 | 376.78 | <.0001 |
| esgoto | ZZZNão | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| lixo | Sim | 1 | 0.0464 | 0.0039 | 0.0387 | 0.0540 | 141.21 | <.0001 |
| lixo | ZZZNão | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| PARTICIPACAO | | 1 | 0.1000 | 0.0041 | 0.0919 | 0.1081 | 588.07 | <.0001 |
| COMPUTER | Ignorado | 1 | 1.0302 | 0.0249 | 0.9814 | 1.0791 | 1709.56 | <.0001 |
| COMPUTER | Tem comp | 1 | 0.1267 | 0.0038 | 0.1193 | 0.1340 | 1131.23 | <.0001 |
| COMPUTER | Tem comp com net | 1 | 0.2507 | 0.0030 | 0.2449 | 0.2565 | 7142.94 | <.0001 |
| COMPUTER | zNão tem comp | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| TELEFONE | Ignorado | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| TELEFONE | Tem cel | 1 | 0.1408 | 0.0033 | 0.1343 | 0.1473 | 1819.86 | <.0001 |
| TELEFONE | Tem fixo | 1 | 0.1737 | 0.0059 | 0.1621 | 0.1853 | 865.27 | <.0001 |
| TELEFONE | Tem fixo e cel | 1 | 0.2870 | 0.0039 | 0.2794 | 0.2946 | 5462.85 | <.0001 |
| TELEFONE | ZNão tem fixo nem cel | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| NBAN | | 1 | 0.0371 | 0.0039 | 0.0294 | 0.0447 | 90.71 | <.0001 |
| NCOMODOS | | 1 | 0.0107 | 0.0014 | 0.0079 | 0.0135 | 57.02 | <.0001 |
| NDORMITORIO | | 1 | 0.0158 | 0.0038 | 0.0083 | 0.0233 | 17.04 | <.0001 |
| NBAN_PC | | 1 | 0.2919 | 0.0116 | 0.2693 | 0.3146 | 637.33 | <.0001 |

| Analysis Of Parameter Estimates | | | | | | | | |
|---------------------------------|------------------------------------|----|----------|----------------|----------------------------|---------|------------|------------|
| Parameter | | DF | Estimate | Standard Error | Wald 95% Confidence Limits | | Chi-Square | Pr > ChiSq |
| NCOMODOS_PC | | 1 | 0.0754 | 0.0037 | 0.0681 | 0.0826 | 418.37 | <.0001 |
| NDORMITORIO_PC | | 1 | 0.1956 | 0.0141 | 0.1680 | 0.2231 | 193.43 | <.0001 |
| MORADORES | | 1 | -0.0180 | 0.0014 | -0.0208 | -0.0152 | 160.41 | <.0001 |
| chCONTRIBU | Contribui Prev Priv | 1 | -0.1554 | 0.0163 | -0.1873 | -0.1236 | 91.34 | <.0001 |
| chCONTRIBU | Contribui Prev Pub | 1 | -0.2425 | 0.0069 | -0.2560 | -0.2290 | 1244.14 | <.0001 |
| chCONTRIBU | Desempregado | 1 | -0.2278 | 0.0494 | -0.3248 | -0.1309 | 21.23 | <.0001 |
| chCONTRIBU | Ignorado | 1 | -0.3621 | 0.0072 | -0.3762 | -0.3479 | 2501.06 | <.0001 |
| chCONTRIBU | Inativo | 1 | -0.4097 | 0.0216 | -0.4521 | -0.3674 | 359.81 | <.0001 |
| chCONTRIBU | ZContribui Prev Pub e Priv | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| chPOSOCUP | Empregador | 1 | 1.1863 | 0.0489 | 1.0904 | 1.2823 | 587.57 | <.0001 |
| chPOSOCUP | Func.Inic.Privada | 1 | 0.8474 | 0.0488 | 0.7517 | 0.9431 | 301.17 | <.0001 |
| chPOSOCUP | Func.Público | 1 | 0.9610 | 0.0489 | 0.8651 | 1.0569 | 385.82 | <.0001 |
| chPOSOCUP | Ignorado | 1 | 0.6896 | 0.0485 | 0.5946 | 0.7846 | 202.44 | <.0001 |
| chPOSOCUP | Não Remunerado(estagio) | 1 | 0.7336 | 0.0491 | 0.6373 | 0.8299 | 222.85 | <.0001 |
| chPOSOCUP | Prof. Liberal | 1 | 0.9004 | 0.0488 | 0.8047 | 0.9960 | 340.29 | <.0001 |
| chPOSOCUP | zzzDesempregado | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| EDUCACHEFE | | 1 | 0.0211 | 0.0003 | 0.0205 | 0.0217 | 5353.92 | <.0001 |
| crianca1 | Alguem de 0 a 6 freq escola priv | 1 | -0.1013 | 0.0050 | -0.1110 | -0.0915 | 415.94 | <.0001 |
| crianca1 | Alguem de 0 a 6 freq escola pub | 1 | -0.1982 | 0.0038 | -0.2057 | -0.1907 | 2681.18 | <.0001 |
| crianca1 | Alguem de 0 a 6 nao freq escola | 1 | -0.2460 | 0.0033 | -0.2524 | -0.2396 | 5684.73 | <.0001 |
| crianca1 | Não tem ninguem 0 a 6 | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| crianca2 | Alguem de 7 a 14 freq escola priv | 1 | -0.0797 | 0.0044 | -0.0882 | -0.0711 | 333.96 | <.0001 |
| crianca2 | Alguem de 7 a 14 freq escola pub | 1 | -0.2807 | 0.0029 | -0.2862 | -0.2751 | 9687.75 | <.0001 |
| crianca2 | Alguem de 7 a 14 nao freq escola | 1 | -0.2637 | 0.0087 | -0.2808 | -0.2467 | 922.28 | <.0001 |
| crianca2 | Não tem ninguem 7 a 14 | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| crianca3 | Alguem de 15 a 17 freq escola priv | 1 | -0.1135 | 0.0067 | -0.1267 | -0.1003 | 284.55 | <.0001 |
| crianca3 | Alguem de 15 a 17 freq escola pub | 1 | -0.2259 | 0.0030 | -0.2317 | -0.2200 | 5645.02 | <.0001 |
| crianca3 | Alguem de 15 a 17 nao freq escola | 1 | -0.1363 | 0.0053 | -0.1467 | -0.1259 | 661.87 | <.0001 |
| crianca3 | Não tem ninguem 15 a 17 | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| chCOMECOTRAB | 10 a 14 anos | 1 | 0.0402 | 0.0139 | 0.0130 | 0.0674 | 8.41 | 0.0037 |
| chCOMECOTRAB | 15 a 17 anos | 1 | 0.0241 | 0.0139 | -0.0032 | 0.0515 | 3.00 | 0.0832 |
| chCOMECOTRAB | 18 a 19 anos | 1 | 0.0144 | 0.0141 | -0.0133 | 0.0421 | 1.04 | 0.3069 |
| chCOMECOTRAB | 20 a 24 anos | 1 | 0.0562 | 0.0145 | 0.0277 | 0.0847 | 14.93 | 0.0001 |
| chCOMECOTRAB | 25 a 29 anos | 1 | 0.0498 | 0.0172 | 0.0162 | 0.0835 | 8.42 | 0.0037 |
| chCOMECOTRAB | Até 9 anos | 1 | 0.0495 | 0.0140 | 0.0220 | 0.0770 | 12.41 | 0.0004 |
| chCOMECOTRAB | Ignorado | 1 | 0.2655 | 0.0150 | 0.2361 | 0.2950 | 312.60 | <.0001 |

| Analysis Of Parameter Estimates | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------------------------------------------------|----|----------|----------------|----------------------------|---------|------------|------------|
| Parameter | | DF | Estimate | Standard Error | Wald 95% Confidence Limits | | Chi-Square | Pr > ChiSq |
| chCOMECOTRAB | z30 anos ou mais | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| chSINDICATO | Ignorado | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| chSINDICATO | Não | 1 | -0.0866 | 0.0028 | -0.0920 | -0.0812 | 972.66 | <.0001 |
| chSINDICATO | Sim | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| domici | Aluguel abaixo da mediana | 1 | -0.0018 | 0.0039 | -0.0096 | 0.0059 | 0.21 | 0.6463 |
| domici | Aluguel acima da mediana | 1 | 0.1991 | 0.0036 | 0.1921 | 0.2061 | 3111.38 | <.0001 |
| domici | Cedido | 1 | -0.0568 | 0.0036 | -0.0638 | -0.0498 | 252.31 | <.0001 |
| domici | Ignorado | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| domici | Outra condição | 1 | -0.0979 | 0.0125 | -0.1224 | -0.0733 | 61.08 | <.0001 |
| domici | Próprio – ainda pagando | 1 | 0.1022 | 0.0050 | 0.0924 | 0.1119 | 422.23 | <.0001 |
| domici | ZPróprio – já pago | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| TIPOFAM | Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais | 1 | -0.3164 | 0.0079 | -0.3318 | -0.3010 | 1615.47 | <.0001 |
| TIPOFAM | Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais | 1 | -0.2097 | 0.0075 | -0.2244 | -0.1949 | 778.60 | <.0001 |
| TIPOFAM | Casal com todos os filhos menores de 14 anos | 1 | -0.3472 | 0.0076 | -0.3621 | -0.3324 | 2098.20 | <.0001 |
| TIPOFAM | Casal sem filhos | 1 | -0.0746 | 0.0076 | -0.0895 | -0.0598 | 96.94 | <.0001 |
| TIPOFAM | Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais | 1 | -0.3013 | 0.0070 | -0.3151 | -0.2875 | 1829.98 | <.0001 |
| TIPOFAM | Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais | 1 | -0.1136 | 0.0048 | -0.1230 | -0.1042 | 560.58 | <.0001 |
| TIPOFAM | Mãe com todos os filhos menores de 14 anos | 1 | -0.3441 | 0.0061 | -0.3561 | -0.3321 | 3162.74 | <.0001 |
| TIPOFAM | Outros tipos de família | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| EDUCACONJUGE | 1 a 3 | 1 | -0.0315 | 0.0166 | -0.0640 | 0.0010 | 3.60 | 0.0577 |
| EDUCACONJUGE | 12 ou mais | 1 | 0.2641 | 0.0167 | 0.2314 | 0.2969 | 250.15 | <.0001 |
| EDUCACONJUGE | 4 a 7 | 1 | -0.0233 | 0.0164 | -0.0554 | 0.0088 | 2.02 | 0.1554 |
| EDUCACONJUGE | 8 a 11 | 1 | 0.0158 | 0.0163 | -0.0162 | 0.0478 | 0.93 | 0.3338 |
| EDUCACONJUGE | Sem instrução ou menos de 1 ano | 1 | 0.0155 | 0.0167 | -0.0171 | 0.0482 | 0.87 | 0.3516 |
| EDUCACONJUGE | Znão tem conjuge | 1 | -0.1699 | 0.0177 | -0.2045 | -0.1352 | 92.29 | <.0001 |
| EDUCACONJUGE | ignorado | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| POSOCONJUGE | Desempregado | 1 | -0.3752 | 0.0061 | -0.3871 | -0.3632 | 3785.56 | <.0001 |
| POSOCONJUGE | Empregador | 1 | 0.2551 | 0.0083 | 0.2389 | 0.2713 | 952.78 | <.0001 |
| POSOCONJUGE | Func.Inic.Privada | 1 | 0.0651 | 0.0039 | 0.0575 | 0.0727 | 280.82 | <.0001 |
| POSOCONJUGE | Func.Público | 1 | 0.1449 | 0.0052 | 0.1346 | 0.1552 | 763.80 | <.0001 |
| POSOCONJUGE | Ignorado | 1 | -0.1359 | 0.0038 | -0.1433 | -0.1285 | 1292.39 | <.0001 |
| POSOCONJUGE | Não Remunerado(estagio) | 1 | -0.2132 | 0.0054 | -0.2238 | -0.2027 | 1563.75 | <.0001 |
| POSOCONJUGE | Prof. Liberal | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| POSOCONJUGE | Znão tem conjuge | 0 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| Scale | | 1 | 0.5806 | 0.0007 | 0.5793 | 0.5820 | | |

Equação de Renda Domiciliar per Capita Brasil – Até 2008

| Parâmetro | Categoria | Estimativa | Erro Padrão | Qui-Quadrado | P-valor |
|-----------|------------------------------------|------------|-------------|--------------|---------|
| Intercept | | 4.3911 | 0.0466 | 8866.64 | <.0001 |
| SEXO | Homens | 0.0280 | 0.0007 | 1554.61 | <.0001 |
| SEXO | Mulheres | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| fxage | 0 a 4 | 0.0719 | 0.0408 | 3.10 | 0.0785 |
| fxage | 10 a 14 | 0.0540 | 0.0408 | 1.75 | 0.1859 |
| fxage | 15 a 19 | 0.0566 | 0.0408 | 1.92 | 0.1660 |
| fxage | 20 a 24 | 0.1062 | 0.0408 | 6.77 | 0.0093 |
| fxage | 25 a 29 | 0.1442 | 0.0408 | 12.46 | 0.0004 |
| fxage | 30 a 35 | 0.1355 | 0.0408 | 11.01 | 0.0009 |
| fxage | 36 a 39 | 0.1160 | 0.0409 | 8.06 | 0.0045 |
| fxage | 40 a 44 | 0.0954 | 0.0408 | 5.46 | 0.0195 |
| fxage | 45 a 49 | 0.0969 | 0.0408 | 5.63 | 0.0176 |
| fxage | 5 a 9 | 0.0458 | 0.0408 | 1.26 | 0.2616 |
| fxage | 50 a 54 | 0.1263 | 0.0409 | 9.56 | 0.0020 |
| fxage | 55 a 59 | 0.1885 | 0.0409 | 21.27 | <.0001 |
| fxage | 60 ou mais | 0.3074 | 0.0408 | 56.67 | <.0001 |
| fxage | Ignorado | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| cor | Amarela | 0.0112 | 0.0058 | 3.71 | 0.0541 |
| cor | Branca | 0.0718 | 0.0015 | 2275.70 | <.0001 |
| cor | Ignorado | -0.1281 | 0.0296 | 18.67 | <.0001 |
| cor | Indígena | -0.0216 | 0.0071 | 9.16 | 0.0025 |
| cor | Parda | 0.0204 | 0.0015 | 191.91 | <.0001 |
| cor | Preta | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| REG_DOM | 1_Capital | -0.0261 | 0.0030 | 76.15 | <.0001 |
| REG_DOM | 2_Área metropolitana (não capital) | -0.0138 | 0.0032 | 18.82 | <.0001 |
| REG_DOM | 3_Área urbana não metropolitana | -0.0439 | 0.0017 | 640.46 | <.0001 |
| REG_DOM | 4_Área rural | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| chavuf | AC | 0.0005 | 0.0074 | 0.00 | 0.9468 |
| chavuf | AL | -0.2752 | 0.0046 | 3643.92 | <.0001 |
| chavuf | AM | -0.0336 | 0.0053 | 40.85 | <.0001 |
| chavuf | AP | 0.0850 | 0.0083 | 105.97 | <.0001 |
| chavuf | BA | -0.1595 | 0.0035 | 2132.03 | <.0001 |
| chavuf | CE | -0.2628 | 0.0038 | 4685.11 | <.0001 |
| chavuf | DF | 0.0617 | 0.0046 | 183.93 | <.0001 |
| chavuf | ES | -0.0683 | 0.0041 | 271.50 | <.0001 |
| chavuf | GO | -0.0074 | 0.0037 | 4.05 | 0.0443 |
| chavuf | MA | -0.1649 | 0.0041 | 1582.91 | <.0001 |
| chavuf | MG | -0.0553 | 0.0035 | 254.83 | <.0001 |
| chavuf | MS | 0.0068 | 0.0044 | 2.36 | 0.1243 |
| chavuf | MT | 0.1281 | 0.0041 | 982.65 | <.0001 |
| chavuf | PA | 0.0714 | 0.0041 | 306.25 | <.0001 |

| Parâmetro | Categoria | Estimativa | Erro Padrão | Qui-Quadrado | P-valor |
|-----------|--------------|------------|-------------|--------------|---------|
| chavuf | PB | -0.2231 | 0.0042 | 2873.63 | <.0001 |
| chavuf | PE | -0.2549 | 0.0039 | 4370.71 | <.0001 |
| chavuf | PI | -0.2699 | 0.0045 | 3530.11 | <.0001 |
| chavuf | PR | -0.0159 | 0.0037 | 17.96 | <.0001 |
| chavuf | RJ | -0.0120 | 0.0040 | 9.16 | 0.0025 |
| chavuf | RN | -0.2328 | 0.0044 | 2745.06 | <.0001 |
| chavuf | RO | 0.0711 | 0.0051 | 195.90 | <.0001 |
| chavuf | RR | -0.0888 | 0.0121 | 53.48 | <.0001 |
| chavuf | RS | -0.0301 | 0.0038 | 63.37 | <.0001 |
| chavuf | SC | 0.0630 | 0.0039 | 256.68 | <.0001 |
| chavuf | SE | -0.2198 | 0.0046 | 2323.19 | <.0001 |
| chavuf | SP | 0.0625 | 0.0035 | 311.11 | <.0001 |
| chavuf | TO | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| RM3 | AC_Capital | 0.0540 | 0.0089 | 36.97 | <.0001 |
| RM3 | AL_Capital | 0.0147 | 0.0065 | 5.12 | 0.0236 |
| RM3 | AM_Capital | 0.0349 | 0.0057 | 36.86 | <.0001 |
| RM3 | AP_Capital | -0.0211 | 0.0097 | 4.67 | 0.0306 |
| RM3 | BA_Capital | -0.0782 | 0.0036 | 476.90 | <.0001 |
| RM3 | BA_Periferia | -0.0312 | 0.0050 | 39.66 | <.0001 |
| RM3 | CE_Capital | 0.0550 | 0.0040 | 189.23 | <.0001 |
| RM3 | CE_Periferia | 0.0629 | 0.0049 | 167.49 | <.0001 |
| RM3 | DF_Capital | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| RM3 | ES_Capital | 0.0538 | 0.0095 | 31.82 | <.0001 |
| RM3 | GO_Capital | -0.0094 | 0.0048 | 3.75 | 0.0528 |
| RM3 | MA_Capital | -0.1057 | 0.0077 | 189.62 | <.0001 |
| RM3 | MG_Capital | 0.0078 | 0.0040 | 3.80 | 0.0512 |
| RM3 | MG_Periferia | -0.0409 | 0.0041 | 99.13 | <.0001 |
| RM3 | MS_Capital | -0.0322 | 0.0060 | 28.70 | <.0001 |
| RM3 | MT_Capital | -0.1144 | 0.0068 | 282.30 | <.0001 |
| RM3 | Nao RM | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| RM3 | PA_Capital | -0.1422 | 0.0044 | 1056.98 | <.0001 |
| RM3 | PA_Periferia | -0.1840 | 0.0053 | 1193.32 | <.0001 |
| RM3 | PB_Capital | -0.0108 | 0.0067 | 2.58 | 0.1085 |
| RM3 | PE_Capital | -0.0312 | 0.0043 | 52.76 | <.0001 |
| RM3 | PE_Periferia | -0.1151 | 0.0042 | 751.51 | <.0001 |
| RM3 | PI_Capital | 0.1001 | 0.0072 | 194.45 | <.0001 |
| RM3 | PR_Capital | 0.0178 | 0.0046 | 15.11 | 0.0001 |
| RM3 | PR_Periferia | -0.0067 | 0.0051 | 1.74 | 0.1867 |
| RM3 | RJ_Capital | 0.0001 | 0.0041 | 0.00 | 0.9801 |
| RM3 | RJ_Periferia | -0.0580 | 0.0043 | 179.92 | <.0001 |
| RM3 | RN_Capital | 0.0878 | 0.0066 | 176.34 | <.0001 |
| RM3 | RO_Capital | 0.0012 | 0.0074 | 0.03 | 0.8695 |
| RM3 | RR_Capital | 0.0730 | 0.0132 | 30.51 | <.0001 |

| Parâmetro | Categoria | Estimativa | Erro Padrão | Qui-Quadrado | P-valor |
|----------------|-----------------------|------------|-------------|--------------|---------|
| RM3 | RS_Capital | 0.0745 | 0.0042 | 308.98 | <.0001 |
| RM3 | RS_Periferia | 0.0136 | 0.0039 | 11.94 | 0.0005 |
| RM3 | SC_Capital | -0.0838 | 0.0093 | 81.46 | <.0001 |
| RM3 | SE_Capital | 0.0514 | 0.0068 | 57.74 | <.0001 |
| RM3 | SP_Periferia | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| RM3 | TO_Capital | 0.0065 | 0.0089 | 0.53 | 0.4680 |
| RM3 | ZZZSP_Capital | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| RADI | Sim | 0.0654 | 0.0011 | 3318.43 | <.0001 |
| RADI | ZZZNão | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| TV | Sim | 0.0740 | 0.0016 | 2175.67 | <.0001 |
| TV | ZZZNão | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| LAVA | Sim | 0.1422 | 0.0010 | 21120.2 | <.0001 |
| LAVA | ZZZNão | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| GEL | Sim | 0.1651 | 0.0014 | 14615.2 | <.0001 |
| GEL | ZZZNão | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| FREE | Sim | 0.1209 | 0.0011 | 12828.6 | <.0001 |
| FREE | ZZZNão | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| esgoto | Sim | 0.0332 | 0.0010 | 1174.74 | <.0001 |
| esgoto | ZZZNão | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| lixo | Sim | 0.0425 | 0.0016 | 665.18 | <.0001 |
| lixo | ZZZNão | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| PARTICIPACAO | | 0.0141 | 0.0016 | 80.82 | <.0001 |
| COMPUTER | Ignorado | 0.2002 | 0.0846 | 5.59 | 0.0180 |
| COMPUTER | Tem comp | 0.1288 | 0.0017 | 5934.57 | <.0001 |
| COMPUTER | Tem comp com net | 0.2673 | 0.0013 | 40096.8 | <.0001 |
| COMPUTER | zNão tem comp | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| TELEFONE | Ignorado | 0.3131 | 0.0722 | 18.81 | <.0001 |
| TELEFONE | Tem cel | 0.2081 | 0.0011 | 37111.0 | <.0001 |
| TELEFONE | Tem fixo | 0.1837 | 0.0013 | 18740.0 | <.0001 |
| TELEFONE | Tem fixo e cel | 0.3638 | 0.0013 | 81380.9 | <.0001 |
| TELEFONE | ZNão tem fixo nem cel | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| NBAN | | 0.0189 | 0.0014 | 188.46 | <.0001 |
| NCOMODOS | | 0.0203 | 0.0005 | 1741.55 | <.0001 |
| NDORMITORIO | | 0.0068 | 0.0013 | 25.28 | <.0001 |
| NBAN_PC | | 0.3034 | 0.0042 | 5103.00 | <.0001 |
| NCOMODOS_PC | | 0.0532 | 0.0013 | 1573.47 | <.0001 |
| NDORMITORIO_PC | | 0.2436 | 0.0052 | 2207.61 | <.0001 |
| MORADORES | | -0.0192 | 0.0005 | 1621.78 | <.0001 |
| chCONTRIBU | Contribui Prev Priv | -0.0292 | 0.0057 | 25.95 | <.0001 |
| chCONTRIBU | Contribui Prev Pub | -0.1820 | 0.0025 | 5116.03 | <.0001 |
| chCONTRIBU | Desempregado | -0.2824 | 0.0207 | 186.10 | <.0001 |
| chCONTRIBU | Ignorado | -0.2904 | 0.0027 | 11743.3 | <.0001 |
| chCONTRIBU | Inativo | -0.2973 | 0.0082 | 1328.74 | <.0001 |

| Parâmetro | Categoria | Estimativa | Erro Padrão | Qui-Quadrado | P-valor |
|--------------|------------------------------------|------------|-------------|--------------|---------|
| chCONTRIBU | ZContribui Prev Pub e Priv | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| chPOSOCUP | Empregador | 1.0853 | 0.0205 | 2794.72 | <.0001 |
| chPOSOCUP | Func.Inic.Privada | 0.7315 | 0.0205 | 1274.43 | <.0001 |
| chPOSOCUP | Func.Público | 0.8346 | 0.0205 | 1653.52 | <.0001 |
| chPOSOCUP | Ignorado | 0.4738 | 0.0206 | 528.40 | <.0001 |
| chPOSOCUP | Não Remunerado(estagio) | 0.5949 | 0.0206 | 833.69 | <.0001 |
| chPOSOCUP | Profi. Liberal | 0.7748 | 0.0205 | 1429.98 | <.0001 |
| chPOSOCUP | zzzDesempregado | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| EDUCACHEFE | | 0.0245 | 0.0001 | 45393.8 | <.0001 |
| crianca1 | Alguem de 0 a 6 freq escola priv | -0.0363 | 0.0019 | 378.12 | <.0001 |
| crianca1 | Alguem de 0 a 6 freq escola pub | -0.1825 | 0.0015 | 15687.7 | <.0001 |
| crianca1 | Alguem de 0 a 6 nao freq escola | -0.2255 | 0.0012 | 35586.2 | <.0001 |
| crianca1 | Ignorado | -0.2768 | 0.0459 | 36.40 | <.0001 |
| crianca1 | Não tem ninguem 0 a 6 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| crianca2 | Alguem de 7 a 14 freq escola priv | -0.0206 | 0.0017 | 143.85 | <.0001 |
| crianca2 | Alguem de 7 a 14 freq escola pub | -0.2472 | 0.0011 | 51796.3 | <.0001 |
| crianca2 | Alguem de 7 a 14 nao freq escola | -0.2324 | 0.0027 | 7247.11 | <.0001 |
| crianca2 | Ignorado | -0.0534 | 0.0497 | 1.15 | 0.2833 |
| crianca2 | Não tem ninguem 7 a 14 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| crianca3 | Alguem de 15 a 17 freq escola priv | -0.0865 | 0.0025 | 1243.46 | <.0001 |
| crianca3 | Alguem de 15 a 17 freq escola pub | -0.1751 | 0.0011 | 23336.6 | <.0001 |
| crianca3 | Alguem de 15 a 17 nao freq escola | -0.0828 | 0.0018 | 2137.99 | <.0001 |
| crianca3 | Ignorado | -0.5648 | 0.0619 | 83.37 | <.0001 |
| crianca3 | Não tem ninguem 15 a 17 | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| chCOMECOTRAB | 10 a 14 anos | -0.0078 | 0.0045 | 3.06 | 0.0801 |
| chCOMECOTRAB | 15 a 17 anos | -0.0146 | 0.0045 | 10.43 | 0.0012 |
| chCOMECOTRAB | 18 a 19 anos | -0.0045 | 0.0046 | 0.95 | 0.3308 |
| chCOMECOTRAB | 20 a 24 anos | 0.0244 | 0.0048 | 25.84 | <.0001 |
| chCOMECOTRAB | 25 a 29 anos | 0.0275 | 0.0061 | 20.32 | <.0001 |
| chCOMECOTRAB | Até 9 anos | -0.0034 | 0.0045 | 0.56 | 0.4540 |
| chCOMECOTRAB | Ignorado | 0.0193 | 0.0345 | 0.31 | 0.5763 |
| chCOMECOTRAB | z30 anos ou mais | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| chSINDICATO | Ignorado | 0.2028 | 0.0343 | 34.95 | <.0001 |
| chSINDICATO | Não | -0.0903 | 0.0010 | 8029.03 | <.0001 |
| chSINDICATO | Sim | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| domici | Aluguel abaixo da mediana | 0.0467 | 0.0015 | 965.75 | <.0001 |
| domici | Aluguel acima da mediana | 0.2029 | 0.0014 | 20705.5 | <.0001 |
| domici | Cedido | -0.0719 | 0.0013 | 3088.38 | <.0001 |
| domici | Ignorado | 0.4147 | 0.0746 | 30.89 | <.0001 |
| domici | Outra condição | -0.0998 | 0.0045 | 483.27 | <.0001 |
| domici | Próprio – ainda pagando | 0.0823 | 0.0018 | 2024.78 | <.0001 |
| domici | ZPróprio – já pago | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| TIPOFAM | 5 | 0.0657 | 0.0712 | 0.85 | 0.3559 |

| Parâmetro | Categoria | Estimativa | Erro Padrão | Qui-Quadrado | P-valor |
|--------------|----------------------------------------------------------|------------|-------------|--------------|---------|
| TIPOFAM | 9 | -0.2054 | 0.0889 | 5.34 | 0.0209 |
| TIPOFAM | Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais | -0.2596 | 0.0028 | 8467.10 | <.0001 |
| TIPOFAM | Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais | -0.1451 | 0.0027 | 2844.60 | <.0001 |
| TIPOFAM | Casal com todos os filhos menores de 14 anos | -0.2961 | 0.0027 | 11740.1 | <.0001 |
| TIPOFAM | Casal sem filhos | -0.0560 | 0.0028 | 411.72 | <.0001 |
| TIPOFAM | Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais | -0.2276 | 0.0026 | 7528.18 | <.0001 |
| TIPOFAM | Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais | -0.0760 | 0.0019 | 1669.57 | <.0001 |
| TIPOFAM | Mãe com todos os filhos menores de 14 anos | -0.2543 | 0.0023 | 12413.9 | <.0001 |
| TIPOFAM | Outros tipos de família | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| EDUCACONJUGE | 1 a 3 | -0.0341 | 0.0057 | 35.81 | <.0001 |
| EDUCACONJUGE | 12 ou mais | 0.2791 | 0.0058 | 2305.80 | <.0001 |
| EDUCACONJUGE | 4 a 7 | -0.0084 | 0.0056 | 2.20 | 0.1379 |
| EDUCACONJUGE | 8 a 11 | 0.0638 | 0.0056 | 128.60 | <.0001 |
| EDUCACONJUGE | Sem instrução ou menos de 1 ano | 0.0041 | 0.0057 | 0.50 | 0.4796 |
| EDUCACONJUGE | Znão tem conjuge | -0.1548 | 0.0061 | 640.85 | <.0001 |
| EDUCACONJUGE | ignorado | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| POSOCONJUGE | Desempregado | -0.3531 | 0.0023 | 24565.2 | <.0001 |
| POSOCONJUGE | Empregador | 0.2023 | 0.0033 | 3816.97 | <.0001 |
| POSOCONJUGE | Func.Inic.Privada | 0.0640 | 0.0015 | 1858.95 | <.0001 |
| POSOCONJUGE | Func.Público | 0.1357 | 0.0019 | 4873.94 | <.0001 |
| POSOCONJUGE | Ignorado | -0.1543 | 0.0014 | 12362.9 | <.0001 |
| POSOCONJUGE | Não Remunerado(estagio) | -0.2169 | 0.0019 | 13216.6 | <.0001 |
| POSOCONJUGE | Profi. Liberal | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| POSOCONJUGE | Znão tem conjuge | 0.0000 | 0.0000 | . | . |
| Scale | | 0.5730 | 0.0002 | | |

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Apêndice II: Análise de Componentes Principais para definição de Classes Econômicas

Metodologia

A análise de componentes principais é uma metodologia útil quando se tem dados num número de variáveis e se acredita que há alguma relevância nelas – que significa que algumas das variáveis estão correlacionadas, possivelmente porque elas estão medindo a mesma dimensão. Em vista desta aparente redundância, é possível que por exemplo, um item diferente num questionário não estão realmente medindo diferentes construções; mais possivelmente, eles estão medindo uma construção simples que poderia ser rotulada, no presente caso, de “uma visão otimista da realidade como um todo”

Consiste num procedimento de redução de variável e envolve o desenvolvimento das medidas obtidas numa série de variáveis e num número menor de variáveis artificiais – chamadas componentes principais – que serão responsáveis por muito da variância nas variáveis observadas. Na essência, a análise de componentes principais reduz as variáveis observadas para um conjunto de variáveis artificiais, que é feito através do colapso de variáveis redundantes em novas variáveis que podem ser usadas em análise subseqüentes como variáveis previsoras numa regressão múltipla – ou em outro tipo de regressão.

Tecnicamente, um componente principal pode ser identificado como uma combinação linear de variáveis otimamente pesadas. Ao fazer a análise de componente principal, é possível calcular um *score* para cada sujeito num dado componente principal. Cada sujeito medido teria *scores* em cada um dos novos componentes, e o *score* dos sujeitos no questionário original seria pesado de maneira ótima e então resumido para computar seus *scores* num dado componente.

Na verdade, o numero de componentes extraídos na análise de componente principal é igual ao número de variáveis observadas sendo analisada. Isto quer dizer que a análise de um questionário com muito itens resultaria em tantos componentes quanto o número de itens. Contudo, na maioria das análises, somente os primeiros componentes não redundantes contariam para uma significativa variância, então somente estes primeiros poucos componentes seriam retidos, interpretados, e usados em análise subseqüentes. Os demais componentes contariam somente para quantidades triviais de variância e geralmente não seriam retidas e analisadas.

O primeiro componente extraído numa análise de componente principal seria responsável por uma quantia máxima de total variância das variáveis observáveis. Em condições típicas, isto significa que o primeiro componente seria correlacionado com ao menos algumas das variáveis observadas e poderia ser com muitas. O segundo componente extraído teria duas importantes características. Primeira, este componente responderia por uma variância máxima no conjunto de dados que não deriva do primeiro componente. Em condições ideais, isto quer dizer que o segundo componente estaria correlacionado com algumas das variáveis observadas que não mostram fortes relações com o primeiro componente. A segunda característica do segundo componente é que ele estaria não correlacionado com o primeiro componente. Literalmente, computando a correlação entre componentes 1 e 2 daria zero. Esta é a regra principal: os demais componentes que são extraídos na análise mostram os mesmos dois aspectos: cada componente responde por uma quantidade máxima de variância nas variáveis observadas que os componentes anteriores não apontam, e é não correlacionada com todos os componentes precedentes. Uma análise de componente principal procede nesta maneira, com cada novo componente respondendo por progressivamente quantias menores de variância – isto porque só os primeiros poucos componentes são geralmente retidos e interpretados. Quando a análise está completa, os componentes resultantes irão mostrar graus variados de correlação com as variáveis observadas, mas completamente não correlacionadas umas com as outras.

As variáveis observadas são padronizadas ao longo da análise, isto é, cada variável é transformada de maneira a ter uma média de zero e uma variância de um. O que queremos dizer com “variância total” no conjunto de dados é simplesmente a soma das variâncias desta variáveis observáveis. Como elas foram padronizadas para ter uma variância de um, cada variável observadas contribui uma unidade para a variância total do conjunto de dados. Desta maneira, a variância total numa análise de componente principal será sempre igual ao número de variáveis observadas sendo analisadas, e os componentes que serão extraídos na análise separará esta variância. Se há seis componentes, por exemplo, o primeiro componente responderia por 2.9 unidades de variância total; talvez o segundo componente responderia por 2.2 unidades e aí por diante, com a análise continuando desta maneira até que toda a variância nos dados teriam sua resposta.

| | | Fator1 | Fator2 | Fator3 |
|-------------------|-------------------------|--------|--------|--------|
| RADI | Radio | 29 | 1 | 0 |
| TV | TV | 35 | 3 | 13 |
| LAVA | Maquina de lavar | 62* | -8 | 0 |
| GEL | Geladeira | 43* | -5 | 12 |
| FREE | Freezer | 43* | -2 | -15 |
| Esgoto | | 35 | -10 | 9 |
| Lixo | | 40 | -7 | 23 * |
| PARTICIPACAO | | 21 | 13 | 54* |
| COMPNET | Computador com internet | 67* | -7 | -8 |
| COMP | | 23 | 1 | 1 |
| NCOMP | | -71* | 5 | 7 |
| FIXOCEL | | 68* | -3 | -6 |
| FIXO | | -2 | -5 | -4 |
| CEL | Celular | -11 | 2 | 24 |
| NTEL | | -57* | 5 | -13 |
| NBAN | | 72* | -11 | -16 |
| NCOMODOS | | 64* | 2 | -34 |
| NDORMITORIO | | 33 | 55* | -33 |
| NBAN_PC | | 47* | -60* | -21 |
| NCOMODOS_PC | | 33 | -69* | -30 |
| NDORMITORIO_PC | | 32 | -46* | -41* |
| MORADORES | | -6 | 83* | 0 |
| EDUCACHEFE | | 68* | -19 | 29 |
| CHCONTRIB_PUBPRI | | 27 | -4 | 0 |
| V | | | | |
| CHCONTRIB_PUB | | 31 | -4 | 47* |
| CHCONTRIB_PRIV | | 10 | -4 | -6 |
| CHCONTRIB_DESEMP | | -6 | 10 | 4 |
| CHCONTRIB_INATIVO | | -11 | -9 | -44* * |
| CHPOS_DESEMP | | -6 | 10 | 4 |
| CHPOS_PRIV | | -4 | -2 | 52* |
| CHPOS_LIB | | -12 | 8 | -17 |
| CHPOS_EMP | | 27 | -2 | -4 |
| CHPOS_PUB | | 28 | -1 | 10 |
| CHPOS_NREM | | -10 | 0 | -18 |
| NFREQ_0_6 | | -24 | 23 | 37 |
| FREQpub_0_6 | | -10 | 12 | 17 |
| FREQpriv_0_6 | | 19 | -1 | 17 |
| N_0_6 | | 20 | -27 | -50* |
| NFREQ_7_14 | | -11 | 13 | -2 |
| FREQpub_7_14 | | -20 | 58* | 13 |
| FREQpriv_7_14 | | 37 | 6 | 7 |
| N_7_14 | | 4 | -63* | -16 |
| NFREQ_15_17 | | -12 | 23 | -8 |
| FREQpub_15_17 | | 1 | 49* | -21 |
| FREQpriv_15_17 | | 31 | 8 | -10 |
| N_15_17 | | -6 | -57* | 26 |
| CHTRAB_9ANO | | -16 | 6 | -12 |
| CHTRAB_1014ANO | | -8 | 8 | 15 |

| | Fator1 | Fator2 | Fator3 |
|-----------------|--------|--------|--------|
| CHTRAB_1517ANO | 12 | -2 | 24 |
| CHTRAB_1819ANO | 19 | -4 | 14 |
| CHTRAB_2024ANO | 17 | -5 | 5 |
| CHTRAB_2529ANO | 8 | -2 | 0 |
| CHTRAB_30ANO | 1 | 1 | -2 |
| chSINDICATO | 16 | -1 | 5 |
| PROPRIOPG | 7 | 15 | -41* |
| PROPRIO | 13 | -3 | 13 |
| ALUGUEL_AB | -17 | -8 | 24 |
| ALUGUEL_AC | 17 | -9 | 18 |
| CEDIDO | -18 | -6 | 16 |
| DOM_OUT | -4 | 2 | 2 |
| CASALFILHO | -4 | -37 | -7 |
| CASALFILHO_AB14 | -8 | -5 | 63* |
| CASALFILHO_AC14 | 23 | 3 | -31 |
| CASALFILHO_14 | 6 | 53* | -6 |
| MAE_AB14 | -9 | 9 | 4 |
| MAE_AC14 | -2 | -6 | -25 * |
| MAE_14 | -5 | 18 | -5 |
| MAE_IG | 0 | 0 | -1 |
| FAM_OUT | -10 | -38 | -21 |
| EDUCONJ_SEM | -25 | 13 | -21 |
| EDUCONJ_1_3 | -18 | 11 | -9 |
| EDUCONJ_4_7 | -11 | 11 | 13 |
| EDUCONJ_8_11 | 27 | -4 | 36 |
| EDUCONJ_12 | 48* | -7 | 2 |
| CONJPOS_DESEMP | -2 | 1 | 18 |
| CONJPOS_PRIV | 7 | 4 | 31 |
| CONJPOS_LIB | 6 | 8 | 4 |
| CONJPOS_EMP | 21 | 0 | -1 |
| CONJPOS_PUB | 25 | 3 | 3 |
| CONJPOS_NREM | -20 | 7 | -22 * |
| CONJPOS_NCONJ | -14 | -20 | -29 * |

| Variância Explicada por cada Fator | | | |
|------------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Fator1 | Fator2 | Fator3 | Factor4 |
| 6.7790241 | 4.4784225 | 4.0032932 | 2.9953943 |

Apêndice III – Dados de Fontes Diversas sobre a Nova Classe Média e o Consumo

As séries de outras medidas de nível de atividade também apontavam para a ocorrência de um boom na classe C: casa, carro, computador, crédito e carteira de trabalho estavam até próximo ao fim do terceiro trimestre de 2008 **todos** nos seus níveis recordes históricos. O nosso mercado interno, simbolizado pela nova classe média, foi fundamental na fase recessiva que a bússola de 99 entre 100 economistas apontava antes da crise.

VENDAS DE CARRO ZERO KM

Tabela - Frota de veículos Emplacados, por ano de fabricação

| Ano de Fabricação | Brasil | Varição Anual |
|-------------------|------------|---------------|
| <2001 | 30.258.603 | - |
| 2001 | 2.339.215 | - |
| 2002 | 2.308.180 | -1,33% |
| 2003 | 2.249.778 | -2,53% |
| 2004 | 2.604.987 | 15,79% |
| 2005 | 2.852.256 | 9,49% |
| 2006 | 3.333.312 | 16,87% |
| 2007 | 4.334.985 | 30,05% |
| 2008 | 5.251.205 | 21,14% |
| 2009 | 4.548.015 | -13,39% |
| 2010* | 934.276 | - |
| Total em 2010 | 61.014.812 | - |

*Acumulado de janeiro a abril

Fonte: Ministério das Cidades, DENATRAN, RENAAM, RENAEST

De 2003 a 2008, o número de carros emplacados assume uma tendência crescente, batendo recordes de venda anos após ano. Em 2009 há queda de 13%, aproximadamente, devido à crise mundial iniciada no ano anterior; no mercado brasileiro, a crise demorou um pouco para realmente afetar a venda de carros novos, visto que o pico de vendas ocorre em 2008. O recorde mensal de vendas é de março de 2010, com 353,7 mil unidades, conseguido graças à redução do IPI, incentivo fiscal que começou em 2009 e perdurou até março de 2010. As projeções de vendas colocam o Brasil em quarto lugar mundial no fim de 2010, superando a Alemanha. Até o fim da década, deverá ser a terceira potência mundial em vendas, ultrapassando também o Japão.

Aviação:

O tráfego aéreo como um todo apresentou crescimento no período de 2003 a 2008, saindo de 33,5 milhões de passageiros embarcados em 2003 para 56,2 milhões em 2008, uma variação de 68,18%. Quando abrimos entre setores, houve aumento de quase 29 milhões de passageiros em 2003, no tráfego doméstico, para 50,1 milhões em 2008; no tráfego internacional, também houve crescimento, partindo de 4,4 para 6 milhões de passageiros embarcados.

No tráfego internacional, porém, houve um ano com queda de passageiros, quando, em 2006, houve uma variação negativa de 18,86%. As variações dos tráfegos doméstico e internacional são de 73,04% e 36,49%, respectivamente, no período de 2003 a 2008.

| | TRAFEGO AEREO DOMESTICO E INTERNACIONAL | | | | | |
|------------------------|-----------------------------------------|----------|------------|----------|---------------|----------|
| Passageiros Embarcados | TOTAL | VARIAÇÃO | DOMÉSTICO | VARIAÇÃO | INTERNACIONAL | VARIAÇÃO |
| | 33.420.071 | | 28.976.831 | | 4.443.240 | |
| | 36.865.322 | 10,31% | 31.752.625 | 9,58% | 5.112.697 | 15,07% |
| TOTAL | 44.504.115 | 20,72% | 38.699.154 | 21,88% | 5.804.961 | 13,54% |
| | 47.702.443 | 7,19% | 42.992.134 | 11,09% | 4.710.309 | -18,86% |
| | 51.028.617 | 6,97% | 45.960.698 | 6,90% | 5.067.919 | 7,59% |
| | 56.204.766 | 10,14% | 50.140.082 | 9,09% | 6.064.684 | 19,67% |
| | 32.579.958 | | 28.312.724 | | 4.267.234 | |
| | 35.988.259 | 10,46% | 31.094.369 | 9,82% | 4.893.890 | 14,69% |
| PAGO | 43.367.120 | 20,50% | 37.805.874 | 21,58% | 5.561.246 | 13,64% |
| | 46.670.661 | 7,62% | 42.111.781 | 11,39% | 4.558.880 | -18,02% |
| | 49.994.976 | 7,12% | 45.059.009 | 7,00% | 4.935.967 | 8,27% |
| | 54.938.399 | 9,89% | 49.026.476 | 8,81% | 5.911.923 | 19,77% |
| TOTAL | | 68,18% | | 73,04% | | 36,49% |

Cartões de Crédito

No ano 2000 existiam 28,466 milhões de cartões de crédito; em 2010 já são 153,375 milhões, correspondendo a uma variação de 438,8%. Quanto aos cartões de débito, existiam 48,045 milhões em 2000, passando para 249,293 milhões em 2010. Isso corresponde a uma variação de 418,87% no período.

Os cartões estão divididos em três categorias: crédito, débito e rede/loja. A última categoria apresentou variação de 434,25%, saltando de 42,180 milhões, em 2000, para 225,347 milhões em 2010. O total de cartões saiu de 118,249 milhões, em 2000, para 628,015 milhões em 2010. Comparando com 2009, a variação de cartões de crédito foi de 378,51% (136,212 milhões).

CRÉDITO IMOBILIÁRIO
OPERAÇÕES CONTRATADAS COM RECURSOS DE CADERNETA
CONSTRUÇÃO, AQUISIÇÃO, REFORMA E MATERIAL PARA
CONSTRUÇÃO

| Período | Unidades Financiadas | | | Valores em R\$ Milhões | | |
|--------------|----------------------|---------------|----------------|------------------------|-----------------|-----------------|
| | Construção | Aquisição | Total | Construção | Aquisição | Total |
| 2004 | 24.961 | 28.865 | 53.826 | 1.394,4 | 1.607,9 | 3.002,3 |
| 2005 | 34.762 | 26.361 | 61.123 | 2.855,2 | 1.996,9 | 4.852,1 |
| 2006 | 45.433 | 68.440 | 113.873 | 4.483,5 | 4.856,8 | 9.340,3 |
| 2007 | 88.778 | 107.122 | 195.900 | 9.278,0 | 9.004,7 | 18.282,7 |
| 2008 | 162.299 | 137.386 | 299.685 | 16.220,8 | 13.811,5 | 30.032,3 |
| 2009 | 138.721 | 163.959 | 302.680 | 13.853,9 | 20.163,2 | 34.017,0 |
| 2010* | 66.317 | 80.518 | 146.835 | 7.404,7 | 11.170,4 | 18.575,1 |

Fonte: BACEN e ABECIP

Obs: Reforma e material p/ construção estão inclusos em Construção.

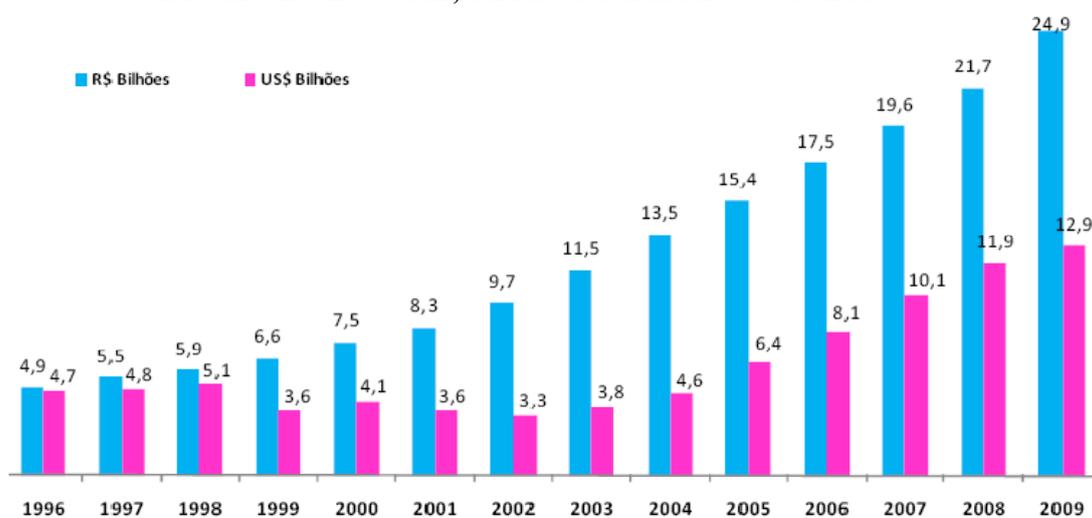
*Acumulado de janeiro a maio

Pela tabela acima se constata que existe um boom imobiliário que começou possivelmente em 2005, ganhando bastante fôlego em 2006 e atingindo, em 2009, pico de unidades financiadas. A maior variação de 2005 para 2006, com crescimento de 86%. De 2008 para 2009 há variação positiva de 53%, chegando a quase 300 mil unidades financiadas, entre construção, aquisição e reformas. Percebemos que a crise financeira iniciada em 2008 teve grande repercussão nesse mercado, que apresentou apenas 1% de crescimento para 2009. Em 2008 houve muito mais construção que aquisição, tendência não mantida em 2009; há certa alternância no padrão da série: mais aquisições em 2004, mudando em 2005, retornando em 2006 etc.

Quando olhamos para os valores, o maior crescimento percentual ocorre em 2007, com crescimento de quase 96%, com um valor de 18,2 bilhões de reais investidos. A crise influenciou tanto as unidades financiadas (em maior medida) quanto os valores investidos, os quais tiveram crescimento de ‘apenas’ 13,27%, sustentado pelas aquisições de imóveis. Comparando-se 2009 com 2004, chegamos a um crescimento de 1033%.

Nos cinco primeiros meses do ano corrente, o número de unidades financiadas já corresponde a 48,5% do número obtido em 2009; em valores, já são 54,61%, o que sugere manutenção do boom. Se a média de crescimento mensal se sustentar, caminharemos para um recorde tanto em unidades quando em valores dos financiamentos.

HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS



Fonte: ABIHPEC

A Indústria Brasileira de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos apresentou um faturamento “ExFactory”, líquido de imposto sobre vendas, de R\$11,5 bilhões em 2003 para 24,9 bilhões em 2009. Vários fatores têm contribuído para este crescimento do setor, dentre os quais: 1) participação crescente da mulher brasileira no mercado de trabalho; 2) lançamentos constantes de novos produtos, atendendo cada vez mais às necessidades do mercado; 3) o aumento da expectativa de vida, que trouxe a necessidade de conservar uma impressão de juventude também contribuiu para um maior volume de vendas.

| Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos | | 2009 US\$ Bilhões (preço ao consumidor) | %Percentual | |
|------------------------------------------|----------------|-----------------------------------------------|-------------|--------------|
| | | | Crescimento | Participação |
| Mundo | | 350,3 | -2,1 | |
| 1 | Estados Unidos | 58,9 | -1,3 | 16,8 |
| 2 | Japão | 39,9 | 6,6 | 11,4 |
| 3 | Brasil | 28,4 | 3,2 | 8,1 |
| 4 | China | 20,8 | 10,4 | 5,9 |
| 5 | Alemanha | 17,4 | -4,2 | 5,0 |
| 6 | França | 16,3 | -6,8 | 4,7 |
| 7 | Reino Unido | 15,0 | -13,2 | 4,3 |
| 8 | Itália | 12,5 | -5,4 | 3,6 |
| 9 | Espanha | 10,7 | -17,7 | 3,1 |
| 10 | Rússia | 10,4 | -9,2 | 3,0 |
| Top Ten | | 230,37 | -1,6 | 65,8 |

Fonte: Euromonitor 2009

Em relação ao mercado mundial de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, conforme dados do Euromonitor de 2009, o Brasil ocupa a terceira posição. É o primeiro mercado em desodorante; segundo mercado em produtos infantis, produtos

masculinos, higiene oral, proteção solar, perfumaria e banho; terceiro em produtos para cabelos e cosméticos em cores; sexto em pele e oitavo em depilatórios.

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos-ABIHPEC

VENDA DE COMPUTADORES

Em 2005, havia uma base total de 30 milhões de computadores individuais em operação, incluindo os de mesa (desktops) e portáteis (notebooks), representando 16% da população (nos EUA eram 68%). As vendas chegaram foram de 7,5 milhões de unidades em 2005, 7,8 milhões em 2006 e chegaram a 10,7 milhões em 2007 (aumento de 38% sobre o ano anterior). Em 2008 foram vendidas 13 milhões de unidades, crescimento de 21% em relação a 2007, segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

O crescimento nas vendas era puxado pelo aumento de 185% na venda de notebooks, os quais atingiram vendas próximas a 5,5 milhões de unidades. Em dezembro de 2009, a Intel previu que o Brasil seria, em 2010, o terceiro maior mercado de computadores pessoais no mundo, crescendo, talvez, mais que a China. Em 2009, o número de PCs vendidos foi de 11 milhões de unidades entre desktops e notebooks. Só no primeiro trimestre de 2010, foram vendidos 2,9 milhões de computadores (variação positiva de 40% em relação ao mesmo período do ano anterior). Mais de 50% das vendas de notebooks se destina a usuários domésticos; em volume de vendas, o Brasil deve ficar atrás apenas de EUA e China, já tendo ultrapassado Japão e Alemanha.

Fonte: http://www.economiabr.defesabr.com/Ind/Ind_consumo.htm#Computadores

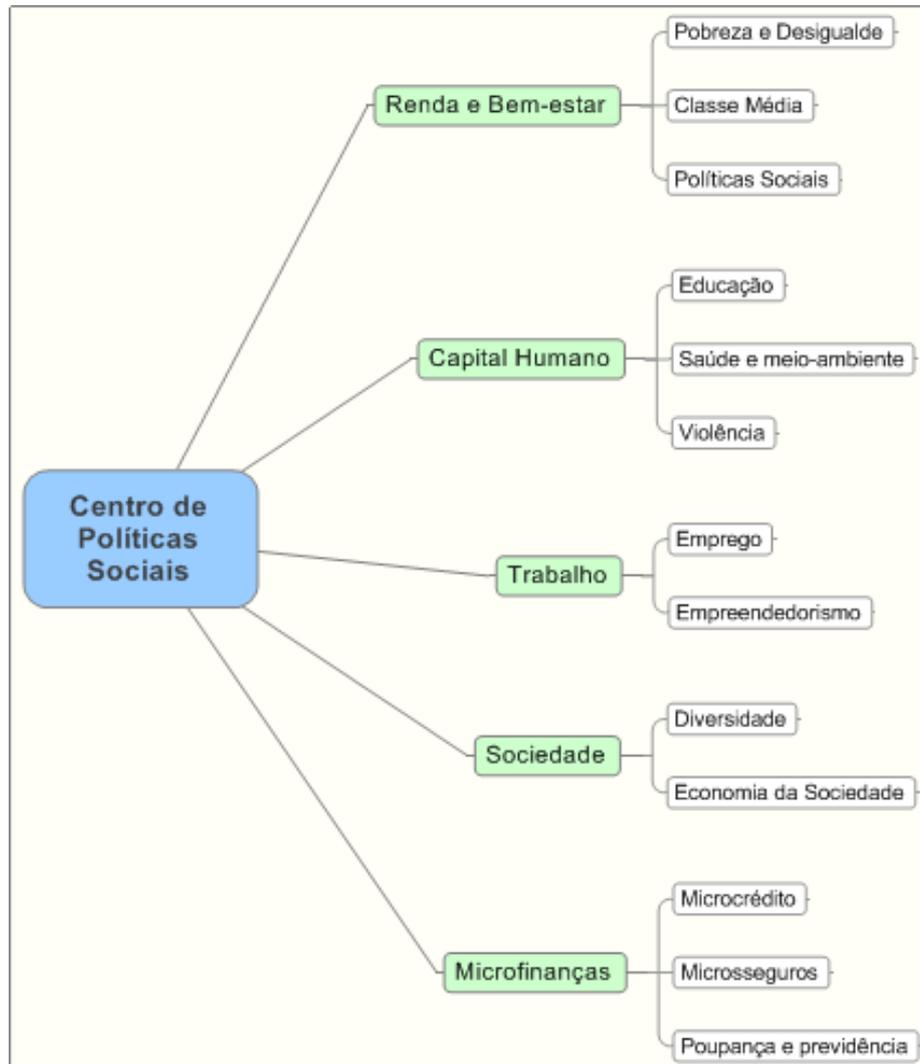
Centro de Políticas Sociais: Informações sobre a realidade social brasileira ao alcance do mouse

O Centro de Políticas Sociais realiza pesquisas para o público acadêmico e não-acadêmico sobre os temas mais prementes da realidade brasileira, disponibilizando os seus resultados para todo o público, buscando:

- Promover a inovação no pensamento social e aprimoramentos no desenho e na aplicação de políticas públicas.
- Desenvolver novos métodos de pesquisa e de difusão de conhecimento.
- Oferecer assessoria especializada mediante demandas de avaliação em nossas áreas de atuação.
- Incrementar o acesso da população em geral ao conhecimento, fortalecendo o debate público de idéias.

Desta maneira, o Centro de Políticas Sociais (CPS/FGV) busca contribuir para o desenvolvimento com equidade no Brasil mediante o estreitamento entre a pesquisa aplicada, o debate na sociedade e a implantação de políticas públicas.

As pesquisas do CPS versam sobre temas diversos, apresentados no esquema abaixo:



Não raro, estes temas estão estritamente relacionados como, por exemplo, saneamento e saúde ou microcrédito e pobreza. Em suas atividades, o CPS utiliza os principais mecanismos de pesquisa e análise para abordar, de maneira abrangente e profunda, tais temas conexos, mediante:

- Avaliação quantitativa e qualitativa de impacto
- Desenho e monitoramento de metas sociais
- Desenho de sistemas de incentivos
- Estudos de percepções sobre políticas e participação popular.

Os diversos objetivos almejados pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) podem ser agregados em três grandes grupos de metas. Internamente, alocamos a cada um desses conjuntos de objetivos uma espécie de CPS-virtual, a saber:

- i) **O Centro de Pesquisas Sociais** visa à realização e a publicação de pesquisas de base, teóricas e empíricas cujo principal público-alvo são os acadêmicos.
- ii) **O Centro de Projetos Sociais** cujo objetivo é avaliar o desenho e a operação de políticas públicas implementadas na prática pelo estado e/ou pela sociedade civil. Outro objetivo é gerar a auto-sustentabilidade financeira das demais atividades do centro através da prestação de serviços para governos, empresas e ONGS com especial ênfase na avaliação de políticas públicas.
- iii) Por último, mas não menos importante, **o Comunicação Para Sociedade** objetiva inovar na difusão das pesquisas em busca de proporcionar maiores impactos institucionais e apropriação de conhecimentos pela sociedade a partir dos conhecimentos gerados.

Sobre a evolução do CPS: Breve Histórico

Desde 2000, o Centro de Políticas Sociais atua dentro da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV) analisando a realidade econômico-social do Brasil. Utilizando métodos quantitativos e qualitativos, o CPS estabeleceu uma tradição de abordar temas variados, desde casamento e religião até distribuição de renda no Brasil. No entanto, o que pontuou o trabalho do CPS, e fez-se disso sua especialidade, tem sido sua preocupação com a equidade: como medi-la, com quais critérios, como alcançá-la.

Uma de suas propostas mais relevantes refere-se à adoção de Metas Sociais, o que tem norteado o trabalho do Centro. Nesse sentido, desde o início de suas atividades, o Centro defende a idéia de metas sociais – num paralelo às metas macroeconômicas do governo federal - ou seja, colocar o desempenho social no topo das prioridades nacionais. Isso se deve ao diagnóstico de que os níveis de renda e de gastos sociais

observados hoje no Brasil permitem uma melhora sustentável das condições de vida da população. Uma distribuição mais equânime dos recursos depende, por sua vez, de uma abordagem mais focada e agressiva sobre as carências sociais. O papel das metas sociais, assim, é disciplinar, justificar e motivar a ação pública.

A agenda de metas sociais teve um marco importante em 2000, quando o CPS organizou o encontro **NIP - Network on Inequality of LACEA/WB/IDB** - que contou com especialistas de renome internacional como James Heckman da Universidade de Chicago e François Bourguignon do Delta entre outros. Os temas discutidos foram violência, trabalho infantil e focalização de programas de combate a pobreza. Foi durante este evento que James Heckman o *keynote speaker* do nosso evento recebeu a notícia do seu Prêmio Nobel em Economia. Nesse encontro, o CPS apresentou o trabalho “Desafio das Políticas Sociais” que discutia a racionalidade econômica para o desenvolvimento de um sistema de metas sociais como forma de o governo federal aumentar a eficiência na utilização dos recursos sociais transferidos para os municípios – discussão esta que iria aprimorar e fortalecer.

Um conjunto de seminários de grande repercussão foram realizados em 2005 e 2009 sobre o tema da Educação: “Qualidade de Educação” – com Eric Hanushek como *keynote speaker* e “Educação na Primeira Infância” (2005) – do qual Heckman também participou - e “Metas de Educação” (2009). O Ministro da Educação Fernando Haddad esteve presente às discussões em ambos os seminários, discutindo as formas de melhorar o monitoramento das metas educacionais, entre outros temas. A realização de eventos dessa natureza ajuda o CPS a cumprir sua missão e atingir seus objetivos e, de certa forma, sintetiza algumas das principais características do Centro de Políticas Sociais. Os seminários congregaram diversos atores com interesse no tema (*stakeholders*) e incrementaram o debate de idéias. E, ao garantir a presença de gestores públicos, busca-se aumentar a efetividade da discussão no desenho das políticas públicas.

Desde sua fundação, o CPS assumiu um compromisso e tem primado pela difusão imparcial e, em primeira mão, de resultados de seus trabalhos baseados nas pesquisas domiciliares do IBGE – compromisso que fica acima de quaisquer interesses políticos.

A autonomia do CPS em relação à sua agenda de pesquisa só lhe tem fortalecido. De fato, sua marca de imparcialidade e credibilidade, aliada à constante preocupação com os impactos sociais de diversas políticas, tem lhe garantido a interlocução com vários atores.

Esse diálogo tem gerado também impactos institucionais para a FGV na medida em que o CPS leva seu nome a importantes fóruns de debate. O Prof. Marcelo Neri realizou palestras no Palácio do Planalto em 1996 sobre o Impacto do Plano Real sobre Pobreza e desigualdade, à época depois em 2006 sobre a "A Recente Redução da Desigualdade no Brasil", em, e apresentações no Palácio do Planalto em 2008, onde foram distribuídos 500 exemplares de pesquisas e outros 500 livros para Ministros de Estado, empresários e lideranças da sociedade civil.

O “dedo no pulso” da sociedade (“finger on the pulse”) tem sido a marca do CPS. O exemplo mais recente foi a pesquisa sobre a nova classe média brasileira (link) que identificou o crescimento da Classe C e a mudança nos estratos sociais de renda no Brasil no período de 2004 a 2008. A pesquisa resultou em forte impacto nacional e global, aí incluindo uma matéria exclusiva na revista *The Economist* que depois inspirou um caderno sobre a Nova Classe Média em Países Emergentes.

Ao abordar temas como educação, pobreza e desigualdade, economia da sociedade, microfinanças e trabalho, o CPS tem a oportunidade de tornar públicos os seus resultados e suas prescrições de políticas diretamente para o cidadão comum mediante: parcerias estratégicas (por exemplo, com *International Poverty Center*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); ações em rede (participando do grupo técnico do Compromisso Todos pela Educação e coordenando a Rede de Estudos de Desenvolvimento educacional uma iniciativa matricial pioneira no âmbito da FGV); e prestação de consultoria para avaliação de projetos (CrediAmigo, premiado programa de microcrédito do Banco do Nordeste; avaliações de cooperações internacionais para a *Inter-American Foundation* mais de 50 avaliações em mais de 15 países em 5 anos). Tal estratégia, além de garantir a pluralidade de seu trabalho, também tem ajudado a dar sustentabilidade do Centro.

Para alcançar seu objetivo de incrementar o debate público, o CPS tem dedicado crescentes esforços para melhorar a difusão de seu material para o grande público, seja

pelo uso da internet como ferramenta acessível para disponibilizar suas pesquisas, seja mediante a divulgação pela mídia nacional e internacional. É feito um trabalho minucioso com a mídia que demanda a “digestão” de tópicos técnicos complexos para a compreensão dos jornalistas – e, assim, uma cobertura mais amigável para o grande público. De fato, algumas pesquisas, em particular, alcançaram excelentes resultados de divulgação internacional, como “Miséria, Desigualdade, e Estabilidade: O Segundo Real” e “Economia das Religiões” lançadas no segundo e primeiro semestre de 2007: mais de 150 veículos internacionais, aí incluindo The Economist, Financial Times, Time Magazine, Le Figaro, El Clarin, Newsweek, entre outros de destaque.

Mantendo seu compromisso de identificar os temas prementes da sociedade e de pautar a equidade, o CPS propôs a agenda de Acesso a Mercados como porta de saída da pobreza, abrindo-se novas frentes de pesquisa, tais como: microsseguros, microcrédito e microfinanças em geral. Assim, editou o livro Microcrédito, O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro em 2008 – ao qual se segue uma série de trabalhos no tema, cuja atualidade é incontestável: face não só aos próprios impactos positivos do programa CrediAmigo e o potencial do mercado no Brasil, mas também face às implicações da crise financeira e o modo como ela fez repensar os parâmetros do setor financeiro.

Ao longo destes quase dez anos, o CPS deu um salto qualitativo, realizando pesquisas acadêmicas e de divulgação e conjuntura de relevância para a sociedade, e cujos temas, além de serem afeitos à sua linha de investigação, aproveitando a sua especialização e experiências passadas, também possibilitaram o desenvolvimento de novos produtos e formas de difusão, cujas metodologias poderão ser refinadas e utilizadas em futuros projetos.

Público internacional discute a pesquisa

A versão em inglês da presente pesquisa “The New Middle Class in Brazil: The Bright Side of the Poor” foi transmitido em tempo real (através de *webcast*) a diferentes países. A iniciativa contou com uma platéia qualificada que assistiu e enviou suas perguntas. A apresentação foi feita em formato de discussão, tendo por interlocutor o jornalista Mac Margolis da revista *Newsweek*.



Questões surgidas no debate internacional:

The Importance of the Middle Class

1. Why is it important to measure the size of the middle class? What is so special about middle classes in general and in Brazil?
2. Why is FGV research entitled “The New Middle Class (and not just middle class) in Brazil: The Bright Side of the Poor”?
3. How did this new middle class get there?

The Size of the Brazilian Middle Class

4. What is the current size of the Middle class in Brazil today? Isn't the income brackets attributed to this new middle class too low to be considered as such? Why not using standard minimum wage brackets usually released by IBGE? What is the difference between your survey and those generated by private firms (names omitted)?
5. Why use income and not consumption goods to measure economic classes in the country? What is the difference between FGV criteria and “Critério Brasil”?
6. How about subjective measures? What are their role in capturing the middle class?
7. What are the main needs and desires of the new middle class in Brazil?

Education

8. How about the importance of investing in education? What is likely to be the impact of Brazil's rising middle class / reduction in poverty on elementary education and secondary school education programs—among 1) private schools and 2) public schools? I live in Salvador, Bahia and I know people at all levels of society here. Although this is anecdotal on my part, I am observing that

people I know who live in residential zones considered “favelas” are increasingly enrolling their children in private schools as their incomes rise. It has long been reported that a significant number of school age children across Brazil don’t complete their educations at public schools because they need to work to support their families. What impact are rising incomes and programs such as Bolas Familia and Bolsa Escola having in terms of increased demand for / participation in public education programs?

9. Is there “a apagão de mão de obra no Brasil”. What is the role played by Professional education vis a vis traditional formal education?

Sustainability

10. Is inequality reduction and the emergence of this new middle class a sustainable process in Brazil?
11. What is the importance of credit to explain the rise of this new middle class?
12. if you take fiscal transfers out of Hh income, how many people will go back to poverty, out of the middle class. You to see what is market driven vs. redistributive policies.
13. it would interesting to desegregating many reasons for the increase of this "new middle class" (poverty alleviation policies, access to credit, formal employment, sustainability of macroeconomic stability, etc.) in order to identify the role of each in this process. By doing so, I believe you could observe how many people would be out of the middle class if, for instance, the new administration decides to dry out cash transfer mechanisms (something that I believe is very unlikely if not impossible). Carlos Pereira
14. In sum : What do you believe is the single most important factor in explaining the growth of the middle-class? Should we be crediting Lula and FHC for achieving this through redistributive policies? Or is it simply a case of the Brazilian economy taking off and everyone feeling the benefit? Or something else?

Income Distribution

15. The new middle class is expanding, but the upper classes (AB) also. So how is it possible that the inequalities of revenue are diminishing?
16. Socially and economically, Brazil was once famously characterized as "Belindia" - a mix of Belgium and India. What country or countries provide a better reference point for where Brazil is today, in terms of having a bigger middle-class?
17. How big is the difference between GDP and household per capita income growth rates?
18. What are the main driving forces behind the emergence of the new middle class in the country? More growth or less inequality?
19. What are the main factors behind mean income growth and behind the reduction in inequality in Brazil?
20. The revenue of the Black are expanding faster than the ones of the White. Why ? Are there targetted policies for them? Who is (which groups are) benefiting more from income growth in Brazil during the last 10 years?

Brazil versus other Brics

21. Brazil is no Asian Tiger, How Brazilian trends compare to other Brics countries?
22. What is the relationship between growth patterns between Brazil and China, for example?

Other Comparisons

23. How Brazil today compares with other countries : 1) Other Latin American Countries; 2) South Africa; 3) US and UK;
24. Professor Paul Krugman in his most recent book talks about the emergence of the US middle class in the post war period, how does it compare with the current Brazilian case?

The Role of Previous Social Policies

25. Bolsa Familia or Minimum Wage what explains more the fall of Brazilian inequality since the begin of the last decade?
26. Is the expansion of Minimum Wage desirable? How about real gains to the Bolsa Familia?

Impact of the Crisis

27. How did the crisis hit Brazil? Was it a Tsunami or a ripple?
28. Who lost the most in Brazil with the 2008 crisis?

After the Crisis (A.C.)

29. What is the current social situation in Brazil?
30. How much elections influence the current situation of Brazil? Why Lula is still so popular as the recent opinion polls show?

Future Prospects

31. What are the prospects of Brazilian income distribution and the new middle class with respect to the future? Which classes are more likely to grow in the future? Is the end of poverty likely to be achieved in Brazil in the near future?

The Next Generation of Social Policies in Brazil

32. What are the main social challenges for the next president of Brazil?
33. What are the specific policies to be implemented?
34. What were the main pitfalls of social policies in Lula administration? Which are the strong points. (Compare President Lula and former President Fernando Henrique Cardoso main achievements and difficulties in both economic and social terms?).
35. What's the reason for Brazil's economic miracle? (how big role in it plays president Lula). and the second one is about Ms. Dilma Rousseff - do you think she'll continue Lula's social reforms
36. Is there something we may call a Brazilian economic (or social) model?

CPS e o debate social

A proposição e o estudo de indicadores sociais baseados em renda (como pobreza, nova classe média, desigualdade e bem estar social) é a área de pesquisa de maior relevância do Centro de Políticas Sociais. O nosso desafio tem sido o de processar grandes quantidades de microdados de domínio público oriundos de pesquisas domiciliares e de cadastros administrativos a fim de diagnosticar causas e consequências da desigualdade. O grupo de pesquisadores do CPS tem obtido sucesso neste objetivo de revelar em primeira mão todas as inflexões destas séries nacionais ao longo dos últimos 18 anos e participado ativamente do debate sobre o desenho de políticas sociais. O gráfico dinâmico da miséria disponível no site da pesquisa mostra o trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos anos:

http://www.fgv.br/cps/Pesquisas/miseria_queda_grafico_clicavel/FLASH/index.htm

